

2º CICLO DE ESTUDO
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

As figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII

Edna Marisa da Cruz Boliqueime

M

2021



Edna Marisa da Cruz Boliqueime

As figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pelo Professor
Doutor Rogelio Ponce de León Romeo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Edna Marisa da Cruz Boliqueime

As figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pelo Professor Doutor Rogelio Ponce de León Romeo

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Ao meu pai,
à minha mãe
e à minha irmã.*

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	8
Introdução	10
1. A gramaticografia prévia	15
1.1. O século XVI	15
1.2. O século XVII	38
2. O século XVIII	47
2.1 – O contexto cultural e gramaticográfico português	47
2.2 – A gramaticografia portuguesa	52
2.2.1 <i>As Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina</i> (1721, 1725), de D. Jerónimo Contador de Argote	52
2.2.1.1 Vida e obra de D. Jerónimo Contador de Argote	52
2.2.1.2. Descrição geral das <i>Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina</i> (1721, 1725)	53
2.2.1.3. As figuras de construção	56
2.2.2. <i>A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa</i> (1770), de António José dos Reis Lobato	60
2.2.2.1. Vida e obra de António José dos Reis Lobato	60
2.2.2.2. Descrição geral das <i>Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa</i> (1770)	61
2.2.2.3. As figuras de construção	64
2.2.3. <i>A Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portuguesa</i> (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (Bernardo de Jesus Maria)	69
2.2.3.1. Vida e obra de Bernardo de Lima e Melo Bacelar	69
2.2.3.2. Descrição geral da <i>Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portuguesa</i> (1783)	70
2.2.3.3. As figuras de construção	72
2.2.4. <i>O Breve compendio da gramatica portugueza</i> (1786), de Francisca de Chantal Álvares	77

2.2.4.1. Vida e obra de Francisca de Chantal Álvares	77
2.2.4.2. Descrição geral do <i>Breve compendio da gramatica portugueza</i> (1786).....	78
2.2.4.3. As figuras de construção	81
2.2.5. O <i>Methodo grammatical resumido da lingua portugueza</i> (1803 [1792]), de João Joaquim Casimiro	84
2.2.5.1. Vida e obra de João Joaquim Casimiro	84
2.2.5.2. Descrição geral do <i>Methodo grammatical resumido da lingua portugueza</i> (1803 [1792])	84
2.2.5.3. As figuras de construção	86
2.2.6. A <i>Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro</i> (1799), de Pedro José de Figueiredo.....	88
2.2.6.1. Vida e obra de Pedro José de Figueiredo.....	88
2.2.6.2. Descrição geral da <i>Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro</i> (1799)	89
2.2.6.3. As figuras de construção	93
2.2.7. Os <i>Rudimentos de grammatica portugueza, commodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores</i> (1799), de Pedro José da Fonseca.....	97
2.2.7.1. Vida e obra de Pedro José da Fonseca	97
2.2.7.2. Descrição geral dos <i>Rudimentos de grammatica portugueza, commodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores</i> (1799)	98
2.2.7.3. As figuras de construção	102
2.3 –As figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII – síntese	105
Considerações Finais.....	113
Referências Bibliográficas.....	118
Fontes Primárias	118
Fontes Secundárias	120

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2021

Edna Marisa da Cruz Boliqueime

Agradecimentos

Quero começar por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Rogelio Ponce de León Romeo, sem o qual este trabalho não teria sido possível. Agradeço por me ter ensinado o que é a historiografia linguística, por me ter feito perceber desde cedo o quanto gostava desta área e que era à mesma queria dedicar este último ano. Agradeço por ter acompanhado a realização desta dissertação com toda a disponibilidade e dedicação e por esclarecer todas as minhas dúvidas e contribuir com sugestões que tornaram este trabalho muito mais rico.

Aos meus pais, por tudo aquilo que me ensinaram, pelos valores e princípios que incutiram em mim. Por me mostrarem todos os dias o quão importante é a família e por todo o apoio e carinho que sempre me deram, sobretudo neste último ano. Por me ensinarem a importância de saber sempre mais e por me proporcionarem a oportunidade de estudar aquilo de que gosto.

À Iara, por estar sempre lá para mim, para me ouvir e apoiar, mesmo quando sou chata. Por ser sempre honesta comigo e me dizer aquilo que pensa quando eu mais preciso. E por me incentivar em tudo o que o faço, mesmo que não o admita e que continue a dizer a toda a gente que eu só estudo o dicionário.

A toda a minha família, mesmo aquela que, não sendo de sangue, é também uma parte de mim. Por me acompanharem incondicionalmente ao longo da vida e estarem lá nos bons e nos maus momentos.

Aos meus amigos, pelo companheirismo que partilhamos há tantos anos. À Luísa, por todo o carinho e amizade ao longo dos últimos anos e daqueles que estão por vir. Por me incentivar e motivar e me compreender tão bem. Pelas conversas intermináveis, sobre tudo e mais alguma coisa. Ao Liceia, por tantos anos de amizade e por estar presente sempre que eu preciso. Aos meus colegas da Licenciatura e do Mestrado, por partilharem comigo tanto os momentos mais difíceis como os mais felizes do meu percurso académico.

A todos os professores que fizeram parte do meu percurso académico. Aos professores da João de Barros e da Cristina Torres, por me darem as bases sólidas de que eu precisava para o futuro. Aos professores da Licenciatura em Estudos Portugueses e do Mestrado em Linguística, por me darem a oportunidade de cultivar o conhecimento nas duas áreas que mais me apaixonam: a Literatura e a Linguística. À professora Silvéria Ramos, por tudo aquilo que me ensinou, nas aulas e fora delas. Por todo o carinho, inspiração e palavras sábias, que guardo no coração e levo comigo para a vida.

A todos, um agradecimento especial por fazerem parte de quem sou e por terem contribuído para a realização deste trabalho, cada um à sua maneira.

Resumo

A presente dissertação enquadra-se na área da historiografia linguística. Permanece ainda muito por estudar nesta área, razão pela qual pretendemos dar a nossa contribuição ao trabalhar as figuras de construção nas gramáticas portuguesas do século XVIII – Argote (1725 [1721]), Lobato (1770), Bacelar (1783), Chantal Álvares (1786), Casimiro (1803 [1792]), Figueiredo (1799) e Fonseca (1799). Para proceder a esta análise, baseámo-nos em conceitos metodologicamente relevantes em historiografia linguística: o primeiro corresponde à “lógica interna” (Breva-Claramonte 2002) ou “perspetiva interna” (Swiggers 2009: 70), que analisa as ideias linguísticas em si mesmas, e o segundo ao “clima de opinião” (Koerner 2014: 88) ou “perspetiva externa” (Swiggers 2009: 70), cuja atenção se dirige para o contexto em que tais ideias surgiram.

Estabelecemos quatro objetivos principais para o nosso estudo: descrever a gramaticografia dos séculos XVI e XVII, de modo a compreender que influência terá nos gramáticos em análise; apresentar o panorama cultural e gramaticográfico português no século XVIII; compreender a abordagem que cada gramático faz das figuras de construção e estabelecer o confronto entre as abordagens dos sete autores.

Concluímos que as construções figuradas são vistas como um afastamento das regras prescritas na sintaxe regular, mas admitidas na gramática. A corrente racionalista, em que se inserem Lobato, Bacelar e Casimiro, continua a ser determinante e manifesta-se sobretudo no estatuto de procedimento sintático explicativo atribuído às figuras. A corrente logicista não é tão influente, mas é visível na abordagem de Argote, que vê no uso a legitimação das figuras. Chantal Álvares destaca-se dos restantes autores por estabelecer uma relação direta entre as figuras e a retórica e a literatura. No caso de Figueiredo e de Fonseca, verifica-se a receção gradual do iluminismo linguístico, por exemplo, são conceitos como a clareza e a elegância que justificam o uso das figuras.

Palavras-chave: historiografia linguística, gramaticografia portuguesa, século XVIII, figuras de construção.

Abstract

The present work falls in the area of linguistic historiography. There still remains a great amount of investigation to carry out in this field, which is why we intend to give our contribution by analysing the figurative syntax in the eighteenth-century portuguese grammars – Argote (1725 [1721]), Lobato (1770), Bacelar (1783), Chantal Álvares (1786), Casimiro (1803 [1792]), Figueiredo (1799) e Fonseca (1799). To achieve this, we based our analysis on notions methodologically relevant in linguistic historiography: the first corresponds to “internal logic” (Breva-Claramonte 2002) or “internal perspective” (Swiggers 2013: 70), which analyses the linguistic ideas by themselves, and the second to “climate of opinion” (Koerner 2014: 88) or “external perspective” (Swiggers 2013: 70), which focuses on the context in which those ideas emerged.

We established four main goals for our work: to describe the sixteenth and seventeenth-century grammatical production, in order to understand the influence it has on the analysed authors; to present the eighteenth-century portuguese cultural and grammatical context; to understand each grammarians’ approach to the figurative syntax and to confront the seven authors’ approaches.

We concluded that the figurative constructions are viewed as a diversion from the rules prescribed in the regular syntax, but authorised in the grammar. The rationalist doctrine, in which Lobato, Bacelar and Casimiro base their ideas, is still crucial and manifests itself mainly on the role of explanatory syntactic procedure applied to the figures. The logicist doctrine is not as influent, but can be found in Argote’s approach, to whom the figures are authorised by use. Chantal Álvares stands out from the other authors for establishing a direct relationship between the figures and rhetoric and literature. In what concerns Figueiredo and Fonseca, we observed the gradual reception of the linguistic enlightenment, for example, its concepts like clarity and elegance that justify the use of figures.

Key-words: linguistic historiography, portuguese grammars, 18th century, figurative syntax.

Introdução

A presente dissertação tem como objeto de estudo as figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII. Esta temática insere-se na área da historiografia linguística, disciplina definida por Law (2003: 2) do seguinte modo:

the history of linguistics is the discipline which investigates what people thought about language long before we were born. It is concerned with the various forms which the discipline we call 'linguistics' took in the past, with the diverse ideas that past thinkers had about language, and with the texts in which they recorded their ideas.

Neste sentido, o objetivo do historiador da linguística será reconstruir o ideário linguístico de determinado autor ou época, através de uma metodologia específica. Infelizmente, a atenção concedida a esta área não tem sido a desejável – como explica Swiggers (2009: 72), há ainda muito a fazer, não só ao nível da investigação na área, mas também da sua valorização enquanto disciplina autónoma e relevante.

Tendo isto em conta, é nossa intenção com o presente trabalho contribuir, na medida do possível, para os avanços na investigação em historiografia linguística. Optámos por situar a nossa análise no século XVIII, época em que a produção gramatical portuguesa se começa a intensificar sobretudo devido à instituição do ensino da língua portuguesa em 1770. Perante um objeto de estudo deste tipo, a disponibilidade e acessibilidade dos textos, assim como de informações sobre os autores e as obras, nem sempre se faz sem obstáculos, principalmente porque, segundo Swiggers (2009: 70), há ainda muito por fazer neste âmbito, nomeadamente a edição, tradução e comentário de diversas obras.

Temos consciência de que, ainda que o estudo assim o exija, uma delimitação do *corpus* realizada com base em fronteiras cronológicas é necessariamente artificial. De modo a contornar esta circunstância, baseamo-nos no conceito de “periodización «entrelazada»” avançado por Swiggers (2004: 120) – fazendo justiça à complexidade da experiência humana do tempo, determina que “la experiencia «linear» del tiempo se combina con una experiencia no linear: la de procesos «laterales» y «compartidos», la de procesos cíclicos, la de anticipaciones y de «recaídas» y recuerdos”. Na medida em que qualquer obra reflete, então, o contexto precedente e aquele em que se insere, é

essencial abordar as fontes que condicionam a sua redação. A nossa análise cinge-se à produção gramatical portuguesa, mas pressupõe também um confronto com determinadas obras de outras tradições, que se destacaram pela influência que tiveram nos gramáticos portugueses – falamos sobretudo de obras da tradição latina, espanhola e francesa.

Além disso, importa esclarecer os critérios seguidos para o estabelecimento do *corpus*, na medida em que a categorização dos diferentes formatos textuais não está isenta de problemas e polémicas, como mostra, ainda que com o exemplo de obras dos séculos XVI e XVII, Ponce de León (2013: 39). A escolha das sete gramáticas em análise – Argote (1725 [1721]), Lobato (1770), Bacelar (1783), Chantal Álvares (1786), Casimiro (1803 [1792], Figueiredo (1799) e Fonseca (1799) – prendeu-se com o facto de as mesmas satisfazerem os critérios propostos por Schäfer-Priess (2019: 1) ao definir o conceito “gramática portuguesa”:

'gramática portuguesa', neste contexto, é definida como uma monografia sobre a língua portuguesa que contém uma descrição completa e sistemática das partes da oração e que não é destinada exclusivamente a um público de língua estrangeira. Ficam, portanto, excluídas per definitionem ortografias, louvores, tratados estilísticos, etc., assim como manuais para estrangeiros.

Perante um *corpus* que não inclui outros textos metalinguísticos além de gramáticas assim definidas, podemos afirmar que, no âmbito da historiografia linguística, o estudo que levamos a cabo se enquadra mais especificamente na área da historiografia gramatical.

Segundo Kemmler (2011: 67) e Schäfer-Priess (2019: 5), ao contrário do que acontece com o século XVI, a gramaticografia portuguesa do século XVIII não se encontra ainda suficientemente documentada nem estudada. Sobre o contexto cultural do iluminismo, a bibliografia existente é vasta, ao contrário do que acontece com aquela relativa às ideias linguísticas. Não obstante, os estudos de Gonçalves (1997, 2001, 2006) e de Schäfer-Priess (2001) e os trabalhos de conjunto de Fávero (1996), Moura (2012), Duarte (2017) e Schäfer-Priess (2019) trazem uma forte contribuição neste sentido. Além disso,

alguns investigadores têm-se dedicado ao estudo de um gramático ou obra particular: vejam-se os estudos de Assunção (1998, 1999, 2000) sobre Lobato e os de Duarte (2010, 2012a, 2012b, 2012c) sobre Figueiredo. Sobre os restantes autores, têm surgido alguns trabalhos pontuais, mas a atenção que lhes é concedida ainda não parece ser suficiente. Vemos, então, que permanece ainda muito por estudar no que à gramaticografia portuguesa setecentista diz respeito. Perante este estado da arte, pretendemos dar a nossa contribuição através da análise das figuras de construção nas gramáticas já mencionadas. Trata-se de uma matéria incluída na secção gramatical dedicada à sintaxe e que, apesar das diferentes designações consoante os autores (entre elas “sintaxe figurada”, “sintaxe irregular” ou “figuras de construção”), corresponde às construções que se afastam das regras gramaticais tal como prescritas na sintaxe regular. Veremos que a abordagem deste tópico varia de autor para autor, razão pela qual analisamos as figuras em cada uma das gramáticas e só posteriormente fazemos o confronto entre elas.

Para proceder à análise do objeto de estudo assim definido, foi necessária a adoção de uma metodologia que estivesse de acordo com a sua especificidade – baseámo-nos então em conceitos relevantes para a investigação em historiografia linguística. O primeiro corresponde à “lógica interna”, descrito por Breva-Claramonte (2002) como aquele que permite reconstruir o modelo de análise linguística de determinada gramática a partir da leitura atenta da mesma, da interpretação de metalinguagem, da reconstrução do modelo teórico e da confirmação de hipóteses à luz da leitura dos precursores do autor. O segundo conceito em que baseámos a nossa análise foi o de “clima de opinião”: segundo Koerner (2014: 88), uma vez que “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram”, importa estabelecer o contexto social, cultural e político em que a obra se insere.

Estes dois conceitos correspondem, em grande medida, à oposição estabelecida por Swiggers (2009: 70) entre, respetivamente, “perspetiva interna”, que analisa as ideias e práticas linguísticas em si mesmas e por si mesmas, e “perspetiva externa”, cuja atenção se dirige para o contexto em que tais ideias e práticas surgiram. Não significa isto que

apenas seja possível adotar uma destas duas perspetivas; pelo contrário, a complexidade do objeto de estudo implica necessariamente diferentes abordagens. Só desta maneira o conseguimos descrever, analisar e interpretar na sua totalidade, ou seja, atingir o objetivo da investigação em historiografia linguística: “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto” (Swiggers 2013: 43).

Além deste objetivo geral, aplicável a qualquer estudo nesta área, foi também necessário delinear outros mais específicos, de acordo com o objeto de estudo que estabelecemos. Antes de mais, temos como primeiro objetivo descrever a gramaticografia prévia ao século XVIII, analisando as figuras de construção nos autores mais representativos de modo a compreender que influência terão nos gramáticos em estudo. O nosso segundo objetivo é apresentar o panorama cultural e gramaticográfico português no século XVIII, uma vez que qualquer obra é, como vimos, o resultado do seu contexto. O terceiro é compreender a abordagem que cada um dos sete gramáticos faz das figuras de construção, o que passa por perceber qual o estatuto que lhes confere e quais as suas fontes e influências. Finalmente, temos como quarto objetivo estabelecer o confronto entre as abordagens dos diferentes autores, caracterizando as figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII.

Tendo estes objetivos em conta, estabelecemos para a nossa dissertação a estrutura que em seguida descrevemos. No capítulo 1, abordamos a gramaticografia prévia, na medida em que importa conhecer os antecedentes do fenómeno em estudo. A primeira secção deste capítulo é relativa ao século XVI, aquele em que surgem os primeiros textos metalinguísticos dedicados à língua portuguesa, enquanto a segunda é dedicada ao século XVII, época em que se impõem duas importantes correntes de pensamento – o racionalismo e o empirismo. Além de procedermos a uma contextualização do panorama sociocultural de cada um destes séculos, analisamos o modo como os autores mais representativos abordam as figuras de construção nas respetivas obras gramaticais. O capítulo 2 diz respeito ao século XVIII. Na secção 2.1, apresentamos a conjuntura cultural e gramaticográfica portuguesa nesta época, de modo a contextualizar as obras analisadas em seguida. A secção 2.2 é dividida em sete

subsecções, dedicadas a cada uma das gramáticas do *corpus*. Em cada uma delas, faz-se uma breve exposição da vida e obra do autor, descreve-se de modo geral a gramática (as circunstâncias de publicação, a receção da obra, as fontes do autor, a corrente em que se insere, entre outros aspetos relevantes) e analisam-se as figuras de construção na obra. Por último, na secção 2.3. é feito o confronto das diferentes gramáticas no que às figuras de construção diz respeito.

1. A gramaticografia prévia

1.1. O século XVI

Os séculos XV e XVI são marcados pela transição da gramática medieval para a gramática renascentista¹, transição esta que se caracteriza, de um modo geral, pela rutura. Os gramáticos renascentistas consideram-se “a sí mismos como *debellatores* de la barbarie gramatical de la Edad Media” (Sánchez Salor 1996: 26), procurando dignificar a gramática que consideravam corrompida pelo latim medieval, através, por exemplo, do regresso dos clássicos². Inicialmente, o Humanismo, de cariz predominantemente normativo (como mostra a comum definição de gramática como arte de escrever e falar corretamente, de acordo com o uso dos bons autores [Verdelho 1995: 76]), teve como objetivos “to transcribe, comment upon, and hand on to its successors the corpus of classical knowledge, and [...] to devise an adequate pedagogy” (Padley 1976: 9). A lógica, que constituía o cerne da teoria linguística medieval, é substituída pelo uso, pela razão e pela autoridade (Padley 1976: 31)³.

Por volta de 1540, estes primeiros objetivos do Humanismo já tinham sido cumpridos⁴ e tornou-se necessária uma nova abordagem dos estudos gramaticais. Procurando estabelecer uma base filosófica para o estudo da linguagem, esta foi levada a cabo por gramáticos como Julius Caesar Scaliger (1484-1558), Pierre de la Ramée (Ramus) (1515-

¹ Esta foi, segundo Padley (1976: 6), uma transição lenta: “This slow development of Humanism, its co-existence over quite a long period of time with Scholasticism, is important for its effect on grammatical theory, for it means that many grammarians received a scholastic training and retained elements of medieval practice in their works.”

² Nas palavras de Sánchez Salor (1996: 30), “la ruptura entre el gramático humanista y el gramático medieval; aquél hacía una gramática del latín medieval, que es un latín considerado como corrupto por los humanistas; el humanista pretende hacer una gramática del latín de Cicerón y Virgilio. En conexión con esta diferencia hay otra fundamental; y es que, los ejemplos en que se apoya la doctrina gramatical de los autores medievales son, por regla general, o bien ejemplos del latín del momento, o bien ejemplos inventados, mientras que los ejemplos del gramático humanista son, sistemáticamente, ejemplos tomados de los autores clásicos.”

³ Para mais informação relativa a este primeiro momento do Humanismo e aos autores que nele se destacaram (como Lorenzo Valla, Nicolaus Perottus, Aldius Manutius, Johannes Despauterius, Philip Melanchthon, Thomas Linacre, entre outros), vide Padley (1976: 5-57).

⁴ A este respeito, afirma Padley (1976: 58) o seguinte: “By 1540, Humanism was well on the way to completing the task it had set itself. Classical studies were flourishing, chairs of Greek and Latin had been endowed, and both languages had been codified with copious examples from the best authors.”

1572) e Francisco Sánchez de las Brozas (Brocense) (1523-1600)⁵, que já evidenciavam o desabrochar das ideias que estão na base do pensamento que caracteriza a transição do século XVI (até certo ponto, ainda medieval) para o século XVII (marcado pelos modelos empíricos e racionalistas) (Padley 1976: 58)⁶.

Apesar de Padley (1976: 51-52) afirmar que a sintaxe, área sobre a qual se debruça este trabalho, não recebe muita atenção por parte dos gramáticos renascentistas⁷, consideramos, à semelhança de Ponce de León (2006d: 12), que “de los libros que integran las Artes gramaticales renascentistas es la sintaxis el objeto preferido de la reflexión teórica por parte de los gramáticos más avanzados”. Veja-se o exemplo de Linacre (que influenciará sobremaneira o Brocense, *vide* Harto Trujillo 1996), que, além de lhe dedicar cinco dos seis livros da sua obra *De emendata structura latini sermonis* (1524), se destaca por estabelecer a divisão entre *constructio justa* e *constructio figurata*, incorporando definitivamente as figuras na concepção sintática (Colombat 1993: 130 e ss.)⁸.

⁵ Sobre o Brocense e as suas concepções pedagógico-linguísticas, *vide infra*.

⁶ Uma vez que a extensão e o âmbito deste trabalho não permitem um desenvolvimento mais detalhado destas questões, remetemos para o capítulo “The break with tradition: Scaliger, Ramus, Sanctius”, in Padley (1976: 58-110). Contudo, note-se que Ramus, apesar de, como efetivamente mostra Padley (1976: 77-96), encetar uma rutura com a tradição, se distancia dos outros dois autores por não se enquadrar no racionalismo; nas palavras de Salus (1976: 88), “Peter Ramus (ca. 1515) [...] was basically antiuniversalist, remarking that philosophical arguments in grammar did not save the scholastics from barbarisms [*Scholae Grammaticae*, 7-14, 95]. The descriptions and classifications of Ramus rely on the relations between actual word forms and give no place to either semantics or to logical categories.”

⁷ Nas palavras do autor, “Syntax receives on the whole scant attention. Even where voluminous studies are made of it, authors usually do little more than repeat material culled from Priscian’s two final books, relaying the traditional teaching on the three concords and the endless minutiae of case government inherited from medieval tradition.” (Padley 1976: 51).

⁸ Como explica o autor, para Linacre, “La construction juste est celle “à laquelle rien ne manque, dans laquelle rien ne se répète, tout est à sa place, rien n’est transformé”, la construction figurée recevant la définition exactement opposée” (Colombat 1993 : 132-133). Esta perspetiva implica conceder à elipse um tratamento particular e reconhecer a existência de “structures considérées comme pleines, dont sont dérivées des structures ellipsées” (Colombat 1993 : 153). Uma das consequências será o modo como Linacre aborda os verbos intransitivos: “Intransitive verbs like *vivo* and *curro* require the addition of an *accusativus cognatae significationis*, giving such underlying structures as *vivo vitam* and *curro cursum*” (Padley 1976: 55). Estas concepções linguísticas irão influenciar de forma decisiva as teorias de gramáticos posteriores como o Brocense e os mestres de Port-Royal (Padley 1985: 233). Em Portugal, a influência de Linacre é sentida na gramaticografia latino-portuguesa já na segunda metade do século XVI (em Manuel Álvares, por exemplo), nomeadamente no que diz respeito à inclusão das figuras no plano geral da sintaxe (Ponce de León 2015: 21-23).

Paralelamente a este projeto de renovação da gramática latina, assiste-se “a um progressivo movimento de imposição do uso do vernáculo” (Buescu 1978: 15). Este movimento é acompanhado pelo debate relativo à “questão da língua” (Buescu 1984a: 115-236) e pela revisão dos esquemas gramaticais, que terão agora de se adequar à feição diferenciada das línguas vernáculas relativamente ao latim. Os gramáticos da língua vernácula não deixam, no entanto, de funcionar como “verdadeiros elos de ligação, garantes duma continuidade, mediante o aproveitamento duma herança” (Buescu 1978: 7), já que fora a Idade Média, através da conservação e transmissão da tradição gramatical greco-romana, que permitira a proliferação de obras gramaticais e para-gramaticais no Renascimento (Buescu 1978: 11).

Elio António de Nebrija (1441-1522)⁹, humanista castelhano e uma das figuras mais notáveis do Renascimento europeu, é autor da obra que constitui a primeira tentativa de codificação de uma língua romance, a *Gramática Castellana* (1492)¹⁰. Ao contrário da gramática latina publicada anos antes, *Introductiones Latinae* (1481), que teve dezenas de reimpressões e reedições (Niederehe 2004: 42)¹¹, a gramática castelhana de Nebrija foi o seu maior fracasso profissional, pois as razões pedagógicas que guiaram o autor não foram compreendidas pelos colegas (Esparza & Sarmiento 1992: 21). Atualmente, reconhece-se o seu valor linguístico-cultural:

La Gramática Castellana (Salamanca, 1492) no solo es, en sentido estricto, el primer tratado gramatical de una lengua romance, sino también una obra de méritos intrínsecos innegables. Fue el primero en ver y captar la realidad lingüística tal como era, sin prejuicios latinistas. Trató de clasificarla, y es aquí donde su capacidad crítica y

⁹ Relativamente à vida e obra de Nebrija, *vide* Esparza & Sarmiento (1992: 11-33)

¹⁰ Note-se que a não gramatização do vernáculo até aqui se devera não à falta de meios, mas meramente à falta de interesse, como explica Auroux (1992: 46).

¹¹ De acordo com Fernandes (2006: 268), “a publicação das *Introductiones* significou uma grande inovação, não especialmente ao nível dos conceitos linguísticos, mas fundamentalmente da sua intenção pedagógica”. Redigida devido à necessidade de um novo método para o ensino do latim e resultado da experiência de Nebrija como professor, a obra, caracterizada por um método simples e breve e pela adequação à realidade das aulas, alcançou imenso êxito e justificou uma permanente revisão, que se traduziu no aparecimento de numerosas edições e reimpressões (Esparza & Sarmiento 1992: 13-14).

ausencia de culto servil a la tradición se mostro más claramente original. (Esparza & Sarmiento 1992: 87)

Apesar de o parentesco entre o latim e as línguas vernáculas ser reconhecido (e valorizado) pelos gramáticos renascentistas, estamos perante um movimento de elevação do vulgar a língua de cultura que Nebrija inicia e personifica. Neste sentido, a obra do gramático insere-se num programa de política linguística no qual a língua é perspectivada “como criatura orgánica, ligada a la vida y muerte de los imperios, paradójicamente estabilizada y como eternizada por el arte de gramática” (Asensio 1960: 406).

O facto de Nebrija distinguir entre o seu público os falantes nativos de castelhano dos não nativos¹² é representativo, pois, na verdade, a gramatização¹³ das línguas vernáculas exhibe como um dos seus primeiros objetivos a aprendizagem de línguas estrangeiras. Segundo Aurox (1992: 50), o processo de gramatização do vernáculo pode ser compreendido à luz de três aspetos: a renovação da gramática latina, a imprensa e as grandes descobertas¹⁴. Neste sentido, o próprio Nebrija estabelece três fins para a sua gramática castelhana: “fixar a língua [...], facilitar a aprendizagem do latim para as crianças, permitir aos estrangeiros aprender a língua castelhana” (Aurox 1992: 49). Ostentando uma atitude “notoriamente presencialista, referida à observação directa e às conclusões que a realidade actual e visível unicamente permite” (Buescu 1978:16), os primeiros gramáticos do vernáculo recorrem, por um lado, ao

¹² De acordo com Esparza & Sarminento (1992: 64), a *Gramática Castellana* foi escrita para três tipos de estudantes: nativos; aqueles que, a partir do conhecimento da língua castelhana, queriam alcançar o da gramática latina e estrangeiros. Segundo Niederehe (2004: 43-46), o facto de a obra não se dirigir a um público homogéneo levou à distinção entre as explicações gramaticais para estrangeiros (uma exposição sóbria e sucinta relativa a questões fonéticas e morfológicas) e para falantes nativos (uma exposição bastante mais detalhada, na qual o castelhano é posto em contraste com outras línguas, nomeadamente o latim, o grego e o hebraico), que revela uma clara visão pedagógica e didática.

¹³ Aurox (1992: 65) define gramatização como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”, acrescentando que uma língua está gramatizada “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis” (Aurox 1992: 74).

¹⁴ O facto de a gramatização massiva das línguas do mundo ter acontecido a partir da Europa não é um acaso, mas sim, de acordo com Aurox (1992: 40 e ss.), fruto de contingências histórico-culturais particulares, nomeadamente o fundo latino, que funcionou como fator de unificação teórica.

conhecimento epilinguístico que têm das próprias línguas e, por outro, à gramática latina que lhes serve de modelo e referência (Auroux 1992: 75-76).

Buescu (1978: 16) caracteriza como paradoxal a complexa situação de serem “os humanistas do Renascimento, tão devotamente apaixonados pelas línguas e culturas clássicas, aqueles precisamente, que vão abrir o caminho para o estudo mais intenso das línguas vernaculares, que entrarão em competição com o prestígio cultural do latim”. Paralelamente à tomada de consciência de uma existência românica¹⁵, a descrição das línguas vernáculas implicou uma revisão crítica de conceitos, nomeadamente no que diz respeito a aspetos que, por divergirem no latim e no vernáculo, se tornam controversos, como as partes da oração, as declinações, as conjugações ou a classificação dos verbos (Buescu 1978: 24-27). O aparecimento da imprensa¹⁶ colocou também o problema da ortografia (Buescu 1978: 31 e ss.), ao impor a necessidade de uniformizar e regulamentar aquele que era sobretudo um espaço de oralidade e variação (Auroux 1992: 69; Verdelho 2001: 85-88).

Muitos dos aspetos que caracterizam o Humanismo europeu transitam para o contexto português, ocupando-se os humanistas portugueses dos problemas típicos da época, como “os de apologia da sua língua, os de codificação de uma norma, de descrição de fonologia, morfologia e sintaxe, de história da língua” (Assunção 1997a: 83). Decalcada do modelo italiano, a questão da língua materializa-se no empenho dos gramáticos em dotar a língua portuguesa de um estatuto que até aí não possuía, através,

¹⁵ De acordo com Auroux (1992: 90), “No Renascimento, a gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea de uma discussão sobre suas origens, filiações e sobre suas relações com as línguas que descobrimos no mundo”, discussão esta profundamente marcada pela mitologia, neste caso, pela tradição bíblica judaico-cristã.

¹⁶ Em Portugal, nos séculos XV e XVI, a imprensa parece ter sido escassa, dependendo sobretudo da tradução de obras europeias, que terão desempenhado “um importante papel na cultura e no desenvolvimento da língua portuguesa escrita” (Machado 2005: 151). Em meados do século XVI, contudo, a situação começa a alterar-se, uma vez que “a institucionalização do ensino da gramática latina deu origem em Portugal a um consumo tão abundante de publicações de «artes de gramática» e outros manuais, sobretudo dicionários, que mobilizou especialmente a capacidade de realização tipográfica do país, representando uma percentagem importante de toda a produção impressa” (Verdelho 2001: 78).

nomeadamente, da redação das primeiras gramáticas do português¹⁷, que mostram ser falsa a ideia de que esta língua seria inferior ao latim por não poder ser gramatizada (Buescu 1984a: 197).

Apesar dos contributos para a dignificação da língua portuguesa, “à divulgação de gramáticas em vernáculo cabia somente um papel secundário em toda a Europa renascentista, visto que a língua dominante no sistema de ensino (e também na maioria da produção metalinguística) era o latim, que continuou a preencher um papel preponderante até meados do século XIX” (Kemmler 2013: 146). De facto, no século XVI, o número de gramáticas dedicadas à língua portuguesa (segundo Kemmler (2013: 147-148), apenas duas, ou quatro tratados metalinguísticos) contrasta com o de gramáticas latino-portuguesas (dez, de acordo com o mesmo investigador (Kemmler 2013: 159-160)).¹⁸ Neste sentido, uma compreensão profunda da evolução das ideias linguísticas relativas ao português implicará sempre o estudo das fontes latinas e latino-portuguesas (Ponce de León 2015a: 10), visto que “o processo didáctico e a reflexão teórica e normativa sobre o português passaram, a partir da sua publicação e até ao fim do século XVIII, quase exclusivamente pela gramaticografia latina” (Verdelho 2001: 85).

De acordo com Buescu (1984b: 189), a consciência românica emerge de oposições como filiação vs. autonomia do vernáculo face ao latim, o que revela uma relação complexa entre as duas línguas. Ao mesmo tempo que destacam a proximidade e filiação do português em relação à língua do Lácio, os gramáticos portugueses, conscientes da interligação entre língua e poder, fazem a apologia da sua língua enquanto fator unificador de um vasto império, colocando-a ao mesmo nível que a latina. Fernão de Oliveira destaca a individualidade e singularidade da língua portuguesa que, devido às

¹⁷ Estas eram, muitas vezes, acompanhadas de apologias, defesas e louvores, que constituíam “um dos sectores paralelos à gramática, representando como que a fundamentação teórica ou razão justificativa da criação da *gramática das línguas vulgares*” (Buescu 1978: 48).

¹⁸ Do mesmo modo, considera Ponce de León (2019b: 71) que, em Portugal, nos séculos XVI e XVII, a teorização gramatical é constituída sobretudo pela gramaticografia do latim e que “los textos metalingüísticos que describen, en dicho período cronológico, la lengua portuguesa no harían sino seguir – com la excepción, acaso, de la *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira (1507-cc.1581) – las propuestas teóricas de las gramáticas y de los ensayos realizados sobre la lengua latina, producidos dentro y fuera de Portugal”. A análise da impessoalidade por parte dos gramáticos é, de acordo com o mesmo investigador, prova disso mesmo (*vide* Ponce de León 2019b).

suas qualidades (como a regularidade, a antiguidade e a riqueza de meios expressivos), pode rivalizar com o latim e o grego (Maia 2010: 34), João de Barros proclama o universalismo e a capacidade de veicular a Fé Cristã da língua portuguesa (Maia 2010: 38-39)¹⁹, Pêro Magalhães de Gândavo considera que o português, detentor de qualidades como a gravidade e a excelência, só é superado pelo latim (Maia 2010: 35) e Duarte Nunes de Leão orgulha-se do imenso espaço geográfico e humano do português, no qual a língua serviu como veículo de cristianização (Maia 2010: 40)²⁰. Assim, o paradigma latino institui-se como “uma presença – ainda que longínqua – estimulante de uma dinâmica estabelecida através da competição e da hierarquia” (Buescu 1984a: 190).

Um dos aspetos que ilustra a complexa questão de identificação ou autonomia face ao latim é a dicotomia vernacularidade/relatinização no que diz respeito ao léxico e à grafia. Por exemplo, enquanto Oliveira condena e satiriza a regressão a uma língua morta e se insurge contra o desvirtuamento do vernáculo (Paiva 1986: 390), Barros “perspetiva preferencialmente a língua na sua uniformidade e na estabilidade do seu enraizamento no passado [...], passado cuja matriz latina é constantemente invocada e revitalizada” (Paiva 1986: 390)²¹.

Além do latim, impõe-se a necessidade de individualizar a língua portuguesa face a uma outra língua: o castelhano. Nas palavras de García Martín (2007: 211), “En el caso portugués, por tanto, la auténtica «Cuestión de la lengua» derivó de una necesidad imperiosa de diferenciación y de afirmación de esta lengua frente al castellano, demasiado próximo geográfica, política y tipológicamente.” Tendo em conta a situação de bilinguismo ou diglossia vivida no Portugal do século XVI, “el desvío del modelo castellano está íntima y estratégicamente asociado a la aproximación al paradigma latino” (Duarte 2017: 31), isto é, autores como Oliveira, Barros, Gândavo ou Leão

¹⁹ Relativamente a Fernão de Oliveira e João de Barros, *vide infra*.

²⁰ Sobre Duarte Nunes de Leão (1530-1608) e Pêro Magalhães de Gândavo (?1540-1579), *vide*, respetivamente, Buescu (1984b: 143-170) e Buescu (1984b: 111-141).

²¹ Segundo a autora, Gândavo e Leão seguem e aprofundam a tendência de Barros e não a de Oliveira. Efetivamente, o estudo levado a cabo por Paiva (1986) mostra que a tendência de relatinização aumenta consideravelmente na segunda metade do século XVI.

esforçam-se por mostrar a proximidade do português em relação ao latim, que funciona como marca distintiva face ao castelhano²². O caso da ortografia²³ e do infinitivo flexionado²⁴ constituem exemplos ilustrativos (García Martín 2007: 211-213).

Em Portugal, no século XVI, são publicadas duas obras sob o título de “gramática”: a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, e a *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros. Contudo, entre os investigadores permanece o antigo debate sobre se a obra de Oliveira constitui ou não uma gramática. Já no século XVIII afirmava Lobato que “a Arte de FERNÃO DE OLIVEIRA [...] não pôde ter o nome de Grammatica, porque contém sómente huma breve noticia das letras, e seus sons, e huma confusa idéa da declinação dos nomes” (Lobato 1770: XXIII). Desta opinião são também autores como Louro (1929: 5-6), Buescu (1978: 53; 1984a:16-18; 1984b: 15)²⁵ e Schäfer-Priess (2019: 14-15), que veem na indisciplina estrutural, na ocasionalidade das reflexões e no facto de o próprio Oliveira se referir à sua obra como uma “primeira anotação”²⁶ argumentos para considerar a obra de Barros a primeira

²² Oliveira, perante o exemplo de Nebrija, que já tinha iniciado o processo de codificação da língua castelhana, “não deixa de ter como fito fundamental a capacitação da língua portuguesa para se afirmar distinta da língua irmã de Castela e de outras línguas europeias em processo forte de afirmação moderna” (Franco & Silvestre 2012: 11). Relativamente a Barros, “sente-se que é, principalmente, visando essa rivalidade perigosa para o desenvolvimento da língua portuguesa que Barros constrói a apologia contida no *Diálogo*” (Buescu 1984b: 73). Gândavo “vê na proximidade ou semelhança [do português com o latim] a razão maior e talvez única das perfeições e excelências da língua portuguesa e até da sua individualidade em relação às outras línguas vulgares (no caso em presença, o castelhano), dissemelhantes, corruptas e afastadas do modelo hierarquicamente perfeito” (Buescu 1984a: 188). Finalmente, Leão, face à quantidade de empréstimos vocabulares tomados do castelhano pelo português, “quer insinuar um princípio de superioridade para a língua portuguesa, que considera capaz de fornecer novos vocábulos ao castelhano” (Buescu 1984b: 164).

²³ Segundo García Martín (2007: 211), a ortografia é precisamente uma das categorias em que esta tentativa de afastamento da língua castelhana mais se revela; por exemplo, Duarte Nunes de Leão prescreve um uso ortográfico declaradamente contrário ao castelhano como forma de demarcação.

²⁴ De acordo com García Martín (2007: 213), “será referida como gran innovación gramatical del portugués el infinitivo flexionado, exponente de lo vernáculo, pues se tiene plena conciencia de que se trata de una forma exclusivamente portuguesa, no compartida por el resto de lenguas románicas”. Apesar disso, Ponce de León (2004b) mostra que nem todos os gramáticos se pronunciam no que diz respeito a este fenómeno do português e que apenas alguns dos juízos relativos ao uso do mesmo são favoráveis.

²⁵ Buescu (1984b: 15) descreve, de maneira bastante sugestiva, a obra de Oliveira como “um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural”.

²⁶ Efetivamente, o próprio Oliveira tem consciência de que não apresenta uma descrição sistemática e aprofundada de todas as partes da gramática, o que o leva a referir diversas vezes que determinado assunto apenas será tratado numa outra obra que tem começada: “E nestas cousas se acabará esta primeira anotação: em dizer não tudo, mas apontar algumas partes necessárias da ortografia, acento,

gramática do português. Por outro lado, há autores que consideram que a obra de Oliveira é, efetivamente, uma gramática, como é o caso de Assunção (1997: 69), Torres (1998: *passim*) e Fernandes (2002: 235)²⁷.

Independentemente do lado da polémica em que nos possamos colocar, consideramos necessário abordar de modo mais detalhado a *Grammatica* de Oliveira, pela relevância que apresenta neste contexto enquanto primeira descrição da língua portuguesa.

Inspirado em Nebrija, Varrão e Quintiliano, Fernão de Oliveira (1507-c.1582)²⁸ foi, nas palavras de Assunção (1997: 70), um “pensador, erudito e sábio, latinista, renovador da retórica de Quintiliano e, afinal, em Portugal, a mostrar-se original em coisas de gramática”. Enquanto homem do Renascimento, de formação humanista, Oliveira escreveu sobre as mais diversas áreas do saber, nomeadamente a linguística, a náutica e a história (Morais 2009). Interessa-nos tecer um olhar mais atento sobre a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), obra que, apesar da sua importância linguístico-cultural, foi ignorada durante os séculos que se seguiram, devido não só à raridade dos exemplares ou à configuração do texto impresso, mas sobretudo à “originalidade da obra, que propõe um cânone terminológico e um sistema ortográfico que se afastava do modelo latino, motivado pela procura da identidade linguística” (Franco & Silvestre 2012: 15).

A *Grammatica*, caracterizada pela brevidade, aborda a ortografia, o acento, a etimologia e a analogia, praticamente descurando a morfologia, a análise de exceções e a sintaxe (Franco & Silvestre 2012: 24). De acordo com Coseriu (2000: 56), as temáticas mais

etimologia e analogia da nossa linguagem em comum, e particularizando nada de cada dição, porque isto ficará para outro tempo e obra.” (Oliveira 2012 [1536]: 49).

²⁷ Nas palavras do autor (Fernandes 2002: 235): “parece-nos que, de facto, se trata de uma gramática, por um lado, descritiva e, por outro normativa, pois apresenta, com grande acuidade e perspicácia, a fonética do Português da época, elabora uma teoria de composição e derivação das palavras da língua portuguesa, e dita algumas normas ortográficas, que os leitores devem seguir. Por outro lado, se é o próprio autor a ser humilde e a referir que se trata de uma simples anotação da língua, também não é menos verdade que ele, em várias passagens, diz que esta sua obra é uma “grammatica”, uma “arte” e ainda uma “arte de grammatica””.

²⁸ Para a biografia de Oliveira, *vide* Buescu (1984b: 12-15).

relevantes na obra são, além da fonética²⁹ e da ortografia, a natureza da linguagem e das línguas, a mudança linguística e a variedade da língua histórica. Adotando uma perspectiva descritiva da gramática e entendendo a mudança como natural e intrínseca a uma língua³⁰, Oliveira destaca-se “pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses” (Coseriu 2000: 34).

A influência de Nebrija é visível na gramática de Oliveira³¹, ainda que não haja referências explícitas ao humanista castelhano³². De facto, o modo como perspetiva a língua portuguesa –uma língua de prestígio, cultura, evangelização, memória de um povo e fator de unidade nacional – resulta de uma leitura atenta e crítica da obra de Nebrija, que lhe permite adaptar e reformular os ideais deste gramático de acordo com a realidade portuguesa (Ponce de León 2009b).

Neste sentido, a gramática, que representa a codificação e dignificação do vernáculo, é vista não como um mero exercício intelectual ou científico, mas como “um projecto maior de nacionalidade, de identidade e império” (Franco & Silvestre 2012: 10). Nas

²⁹ Buescu (1984a: 294), Coseriu (2000: 42-44) e Fernandes (2002: 240) salientam a atualidade da abordagem fonético-fonológica de Oliveira, comparando-a com as análises de alguns investigadores atuais. Também Aurox (1992: 65-66), ainda que não a respeito de Oliveira, mas sim da generalidade dos primeiros gramáticos do vernáculo, põe em destaque este aspeto: “O conceito de letra desempenha, entre outras coisas, o papel do conceito de fonema (que só aparecerá no fim do século XIX). Podemos dizer que uma rica epifonologia (uma fonética funcional não tematizada como tal), pedida pela escrita, se desenvolve na base de concepções fonéticas articulatórias, que refinarão pouco a pouco o desenvolvimento da medicina e da acústica.” No entanto, explica Padley (1976: 31) que, “If in the sixteenth century there is no possibility of a science of phonetics, let alone anything approaching phonemic theory, there is equally nothing resembling the doctrine of the morpheme”; significa isto que as concepções linguísticas dos gramáticos do século XVI devem ser entendidas não à luz do contexto atual do investigador, mas do contexto em que surgiram.

³⁰ Neste sentido, recomenda o uso moderado e contextualizado de dições antigas, por ser natural que “as vozes envelheçam e as velhas alguma hora pareçam mal, porque também envelhecem os homens cujas vozes elas são” (Oliveira 2012 [1536]: 141).

³¹ Apesar da influência que a *Gramática Castellana* de Nebrija terá tido na ortografia, na ortoépia, na estrutura quadripartida da obra e na ardorosa defesa da língua portuguesa na obra de Oliveira, esta terá sido muito menos intensa do que em Barros e em outros gramáticos latino-portugueses quinhentistas (Ponce de León 2006b: 151).

³² Existe uma única exceção, em que Oliveira comenta e discorda das ideias de Nebrija relativas à proveniência latina dos caracteres (Oliveira 2012 [1536]: 65). No entanto, de acordo com Duarte (2016: 243), é necessário “relativizar cronologicamente o valor das referências visíveis, já que a prática de identificar as fontes é relativamente recente”.

palavras de Oliveira (2012 [1536]: 57): “mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens”³³.

Apesar das diversas influências que sofreu, Oliveira não segue acriticamente as fontes, sejam elas de autores clássicos ou contemporâneos. Efetivamente, serve-se da capacidade de observação e do espírito crítico para a reflexão linguística, desenvolvendo um discurso de primeira pessoa e testemunhal através do qual “expõe as suas relações sociais, revela projectos, dúvidas teóricas, experiências empíricas, antecipa críticas à *Gramática* e invectivas *ad hominem*” (Franco & Silvestre 2012: 26)³⁴. Esta capacidade crítica tem como consequência a inovação, que caracteriza a obra, e o confronto com a matriz da gramática latina.

Assim, Oliveira enceta não exatamente um processo de rutura com o latim, mas “um percurso de natural emancipação da língua” (Franco & Silvestre 2012: 16): além de mostrar que determinados traços das línguas vernáculas vistos como negativos existem também nas línguas clássicas (como a variação, a mudança, a irregularidade), desvia-se do latim quando este não é adequado para descrever o português³⁵. A metalinguagem é um dos aspetos que melhor ilustra este confronto com a gramática latina, já que Oliveira evita usar a nomenclatura daquela língua, preferindo adotar uma metalinguagem inovadora (Franco & Silvestre: 29)³⁶.

Relativamente à sintaxe, Oliveira dedica-lhe apenas cerca de uma página (Oliveira 2012 [1536]: 189-191), remetendo para uma outra obra que estaria a escrever e na qual

³³ Repare-se que Oliveira considera que as línguas, enquanto criação humana, são passíveis de aperfeiçoamento, nomeadamente através da sua codificação (Franco & Silvestre 2012: 13).

³⁴ O discurso de Oliveira, de que este excerto é apenas um exemplo, mostra isso mesmo: “nem eu quero dar mais valia ao costume de muitos gramáticos, nem quero deixar a experiência que me mostra não haver aspiração nestas terras” (Oliveira 2012 [1536]: 89).

³⁵ Descrevendo Oliveira como rebelde, polémico e irreverente, Buescu (1984a: 194) aproxima as ideias do humanista português dos termos em que é colocada a questão da língua em Itália (país no qual o partido inovador, que defendia a ortografia fonética, se destacou).

³⁶ A este respeito, veja-se, por exemplo, a terminologia que adota para os casos: “prepositivo” em vez de “nominativo”, “possessivo” em vez de “genitivo” e “pospositivo” em vez de “acusativo” (Oliveira 2012 [1536]: 167).

abordaria esta parte da gramática³⁷. Consequentemente, também não se ocupa das figuras de construção; contudo, menciona alguns fenómenos linguísticos que outros gramáticos tratam como figuras, sobretudo da dicção, mas também de construção. Por exemplo, refere fenómenos que a grande maioria dos autores designa como sinalefa³⁸, comutação³⁹, tmesse⁴⁰ e enálage⁴¹.

À semelhança de Oliveira e de outras figuras do Humanismo, João de Barros (c.1496-c.1570)⁴² escreveu obras de natureza diversa, nomeadamente literárias, filosóficas, morais, históricas e pedagógicas (Buescu 1984b: 31)⁴³. A *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), considerada pela generalidade dos investigadores a primeira gramática do português (*vide supra*), apesar do seu valor linguístico-cultural, apenas teve uma segunda edição no século XVIII, devido à centralidade consagrada ao ensino

³⁷ “Nesta derradeira parte, que é da construção ou composição da língua, não dizemos mais, porque temos começada uma obra em que particularmente e com mais comprimento falamos dela.” (Oliveira 2012 [1536]: 191).

³⁸ “Quando uma dição acaba em vogal e outra dição logo começa também em vogal, se são ambas dum mesmo género, misturam-se ambas e fazem uma vogal” (Oliveira 2012 [1536]: 103). Cf. Nebrija (1992 [1492]: 293), Barros (1540: 35r), Manuel Álvares (2002 [1572]: 579), Roboredo (1619: 239), Argote (1725 [1721]: 285), Lobato (1770: 245-248), Chantal Álvares (1786: 43), Casimiro (1803 [1792]: 75), Figueiredo (1811 [1799]: 106).

³⁹ “As consoantes que se mudam em outra são *til* em *n*, e *r* em *l* quando depois desses *til* ou *r* está algum artigo, como *o* ou *a*, ou *os* ou *as*, assi como *polo*, *no* por *em o* e *por o*; e *fezerão* por *fezerão o* e assi também no plural *fezerãos* por *fezerão os*. [...] Também nesses verbos, quando depois das pessoas que acabam em *s* vem logo artigo mudamo-lo *s* em *l*, como *mudamo-lo* por *mudamos o*, e *amaylo vosso Deos* por *amays o vosso Deos*” (Oliveira 2012 [1536]: 103-105). Cf. Barros (1540: 34v), Argote (1725 [1721]: 284), Lobato (1770: 252), Chantal Álvares (1786: 44), Casimiro (1803 [1792]: 76), Figueiredo (1799 [1811]: 107).

⁴⁰ “E não somente estas e outras composições se fazem com os artigos, mas também anteposições muitas vezes, como *diloemos* por *diremos o*, *amaloiamos* por *amariamos o*.” (Oliveira 2012 [1536]: 169). Cf. Roboredo (1619: 76), Argote (1725 [1721]: 280), Lobato (1770: 243), Chantal Álvares (1786: 42-43), Figueiredo (1811 [1799]: 107).

⁴¹ “E os casos dos nomes às vezes se trocam uns por outros; e nos verbos a mesma troca fazem os tempos e modos, pois advérbios e preposições ou quaisquer outras partes são muitas vezes mudadas [...]. Porque, posto que algum’hora os verbos infinitivos sirvam por nomes, como *o ler faz bem aos homens*; ou se as preposições se põe em lugar de artigos, [...] ou se servem em dous ofícios” (Oliveira 2012 [1536]: 189-191). Cf. Nebrija (1992 [1492]: 295-296), Barros (1540: 36r), Manuel Álvares (2002 [1572]: 476-478), Argote (1725 [1721]: 266), Lobato (1770: 239), Figueiredo (1799: 112), Fonseca (1799: 300-308).

⁴² Para a biografia de Barros, *vide* Buescu (1984b: 29-32).

⁴³ Barros exhibe a capacidade de adaptar o estilo consoante o carácter da obra, como explica Buescu (1984b: 40-41): “Nas obras de carácter filosófico e moral [...], a linguagem de Barros perde a fogosidade majestosa das *Décadas* para adquirir um tom de gravidade mais serena, aqui e ali sobrecarregada de citações e referências a obras antigas. [...] a linguagem da *Cartinha* e da *Gramática* é perfeitamente objetiva, concisa e despida de ornato, como logicamente convém a uma obra estritamente didáctica.”

do latim. Esta obra faz parte de um projeto pedagógico para formação dos jovens, cujo corpus didático inclui também a *Cartinha*, o *Dialogo em louvor da nossa linguagem* e o *Dialogo da viciosa vergonha*⁴⁴. Ao contrário de Oliveira, para o qual a componente ideológica é indissociável da componente linguística, Barros distingue as duas: a intenção pedagógica e consequente concisão e normatividade que caracterizam a gramática não permitem a abordagem de questões de índole ideológica. Neste sentido, é no *Dialogo em louvor da nossa linguagem*⁴⁵ que se ocupa de tópicos como o problema da origem e diferenciação das línguas⁴⁶, o louvor da língua portuguesa⁴⁷, a questão da adoção de neologismos cultos⁴⁸ e a pedagogia⁴⁹ (Buescu 1984b: 52-53). Além disso, não prescinde, nas diversas obras, da integração de conteúdo formativo ou informativo na exemplificação gramatical (frequentemente extraído da realidade portuguesa e de caráter moral, religioso ou cívico), de acordo com a intenção pedagógica e moral do gramático⁵⁰ (Buescu 1984b: 43).

Nebrija parece ter sido a principal fonte de Barros, não havendo, contudo, uma mera transposição da gramática do humanista castelhano por parte do gramático português.

⁴⁴ Cada uma destas obras servia uma função específica: “Escolaridade intencional da *Cartinha* como primeiro livro didático, da *Gramática* como segundo livro, e dos dois *Diálogos* como conclusão e textos de leitura” (Buescu 1984b: 42).

⁴⁵ A forma escolhida por Barros, a dialógica, era uma das preferidas na didática do Humanismo, como uma das heranças formais da cultura antiga, e aquela que se lhe apresentava como “pedagogicamente mais apta para o ensinamento e a doutrinação” (Buescu 1984b: 58).

⁴⁶ Vide Barros (1540: 51r e ss.).

⁴⁷ Barros atribui qualidades essenciais à língua portuguesa, como, por exemplo, a conformidade com o latim, que atesta através da apresentação de versos que se poderiam ler tanto em latim como em português (“conformidade com a latina? nestes versos feitos em louvor da nossa pátria, se póde ver quanta tem, por que assi sam portugueses que os entende o portugues, e tam latinos que os nam estranhara quẽ souber a lingua latina” (Barros 1540: 54r)) ou a possibilidade de formação de novos vocábulos (“(F) A lingua Portuguesa, onde desfalecer com verbo ou nome que cõprẽda em breve algũa coisa, poderá formár algũ verbo aprazível á orelha, sem falar per rodeo como essoutros fázem? (P) Sy.” (Barros 1540: 56r).

⁴⁸ “Assy que podemos usár dalgũus termos latinos que a orelha bem receba, por que ella iulga a linguágem e musica e é censor dambas: e como os cõsintir hũ dia ficarám perpetuamẽte” (Barros 1540: 56v).

⁴⁹ Barros critica a impreparação dos mestres de ler e escrever, preconizando a necessidade de preparação especializada dos mesmos e de fazer preceder o ensino do latim pelo do português (Barros 1540: 58r).

⁵⁰ A este respeito, vejamos os seguintes exemplos: “O mercádor no trato, o lavrador no câpo, e o bom frade na religiã se deleita.” (Barros 1540: 35v-36r), “Elrey dom loam o primeiro, vëceo a batálha réal, e pasou em África e tomou ceita aos mouros, e tornou-se a este reino vitorioso, onde faleceo ja de muita idade.” (Barros 1540: 36r), “o Tejo, rio principál de Európia: entra no már em Lixboa, cidade das mais nobres do mundo” (Barros 1540: 36r), “Teu coraçám justo fáz tuas palavras seguras dos enganos, que tem aquellas que os maós falam” (Barros 1540: 38v).

Do confronto entre a *Grammatica da lingua portuguesa* e a *Gramática Castellana*, conclui Buescu (1984b: 93) que, “embora tendo presente a obra-mestra do autor castelhano, seguindo-a e respeitando a sua doutrina, Barros se serviu de outras fontes que faziam, certamente, parte da sua bagagem cultural, e não desprezou também o fruto da sua própria experiência e reflexão”. De acordo com Ponce de León (2006b: 151), muitas das diferenças entre as duas obras são explicadas pela influência da gramática latina de Nebrija na arte de Barros.

Tal como Nebrija, Barros “ve el papel de la lengua en la cimentación del Imperio, pero le conmueve más su porvenir como instrumento de la evangelización en que los súbditos aprenderán la doctrina del Evangelio y rezarán a Cristo” (Asensio 1960: 411). Assim, colocando a consciência linguística a par da consciência nacional e imperial, o gramático português representa uma atitude oficial e ortodoxa perante a gesta ultramarina quinhentista⁵¹ (Buescu 1984b: 34).

Ao mesmo tempo que tem consciência da individualidade do português em relação ao latim, Barros esforça-se por adotar uma atitude conciliadora entre as duas línguas. O gramático parte do sistema gramatical do latim para o articular com o português, já que, como explica Buescu (1984b: 66), aquela língua representava o ponto de referência, o modelo de codificação gramatical e a fonte de empréstimos vocabulares⁵². Preocupando-se em ajustar os moldes clássicos à realidade da língua vernácula, Barros, evidenciando uma posição crítica, justifica os paralelismos que estabelece entre as duas línguas, “mostrando que não são arbitrários nem artificiais, mas assentam numa razão de concordância” (Buescu 1984a: 191).

⁵¹ “Certo é que nã á hy glória que se póssa comparar, a quãdo os mininos Ethiopas, Persianos, indos da quẽ e dalẽ do Gange, em suas próprias terras, na força de seus tẽplos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano: per esta nõssa arte aprenderem a nõssa linguágem, com que póssam ser doutrinádos em os preceitos da nõssa fé, que nella vãm escritos.” (Barros 1540: 58r).

⁵² Como vimos, no que diz respeito à grafia e ao léxico, Barros apresenta-se como partidário da relatinização. Verdelho (1995: 422-425), ainda que a respeito de uma outra obra barrosiana, o *Dialogo de preceitos moraes* (1540), mostra que o humanista português apresenta formas lexicais naturalizadas em vulgar a partir do latim, isto é, integralmente decalcadas da matriz latina.

Tratando separadamente a sintaxe simples e a figurada, Barros (1540: 34r), que menciona explicitamente a influência de Quintiliano⁵³ neste tema, explica que as figuras constituem vícios cometidos tanto na fala como na escrita e que podem ser divididos em barbarismos e solecismos⁵⁴. No que diz respeito ao barbarismo, definido como “vício que se comete na escritura de cada hũa das partes, ou na pnũciaçã” (Barros 1540: 34r), o gramático descreve doze espécies diferentes⁵⁵. Nebrija (1992 [1492]: 289-293) apresenta as mesmas⁵⁶, apenas acrescentando a *ectasis* e a *systole*, relativas à quantidade da sílaba⁵⁷. A divergência entre a abordagem dos dois autores parece explicar-se pelo facto de Barros perspetivar as figuras “em sentido puramente linguístico e não do ponto de vista retórico ou literário” (Schäfer-Priess 2019: 300). Note-se que o próprio gramático considera também que é necessário esperar que o uso das trovas seja restituído ao reino para abordar as figuras e vícios poéticos⁵⁸.

Relativamente ao solecismo (o vício cometido na construção e ordem das partes da oração), são apresentadas trinta e quatro figuras⁵⁹, ainda que Barros (1540: 39v) afirme existirem mais. Novamente, a influência parece ser a *Gramática Castellana*: Barros

⁵³ De acordo com Pérez Rodríguez (1996: 395), para Quintiliano, as definições de figura estavam relacionadas com um afastamento voluntário da língua comum, que “no necesariamente tenía por qué caer en la incorrección y están, por tanto, más cerca de la retórica”.

⁵⁴ Nebrija (1992 [1492]: 287) distingue, no que diz respeito à palavra, três níveis: *lexis* corresponde à dicção perfeita (em que não se comete vício algum), *metaplasmo* ao vício que por alguma razão se pode escusar (ou seja, corresponde à figura da dicção) e *barbarismo* à parte da oração em que se comete vício intolerável. Relativamente à composição das partes da oração, a abordagem é semelhante: *frase* corresponde à colocação correta das partes da oração, sem qualquer vício, *schema* ou *figura* ao vício que por alguma razão se pode escusar e *solecismo* ao vício intolerável.

⁵⁵ São elas as seguintes: prótese, aférese, epêntese, síncope, paragoge, apócope, diérese, sinérese, sinalefa, eclipsis, antítese, metátese (Barros 1540: 34v-35v).

⁵⁶ A fonte fundamental de Nebrija no que diz respeito aos barbarismos, solecismos, metaplasmos e figuras será a *Ars Maior* de Donato, de acordo com Casas Rigall (1997), que estabelece o confronto entre as duas obras.

⁵⁷ Albuquerque García (2005: 1640) afirma que as definições de Nebrija evidenciam um excessivo apego ao latim, nomeadamente “porque algunas figuras que se refieren a la acentuación se definen todavía en términos de cantidad silábica, como es el caso de la “éctasis” y de la “sístole”, cuyos ejemplos ilustran, sin embargo, la realidad idiomática del sistema acentual”.

⁵⁸ Uma dessas figuras ou vícios poéticos seria o acento; de acordo com Buescu (1984b: 70), Barros pressente o desaparecimento da noção de quantidade na língua portuguesa (o que tem consequências na notação dos graus de abertura vocálica, Buescu 1984b: 83 e ss.), ao afirmar que “os Latinos e Gregos sentẽ melhor o tẽpo das syllabas, por causa do verso, do ã õ nós sentimos nas trovas, por ã casi mais espera a nõssa orelha o consoãte, ã a cãtidade, dado ã a tẽ” (Barros 1540: 4r).

⁵⁹ Vide Barros (1540: 35v-39v).

refere as mesmas figuras que Nebrija (1992 [1492]: 293-311), excluindo apenas aquelas que, de um modo geral, dizem respeito ao verso, pela razão acima referida.

Repare-se que as figuras abordadas por Barros não correspondem diretamente às figuras da sintaxe no sentido que, como veremos, encontramos nos séculos seguintes⁶⁰. O próprio título do capítulo, “Das figuras”, revela isso mesmo: não serão abordados apenas desvios sintáticos (sobretudo tendo em conta a residual atenção concedida a esta parte da gramática), mas também relativos aos mais diversos níveis da linguagem e da gramática, como o nível fonético, semântico ou retórico.

Como já foi referido, ao mesmo tempo que surgiam as primeiras descrições do vernáculo, mantinha-se a primazia do latim enquanto língua de cultura e ensino. Neste sentido, a gramaticografia portuguesa do vernáculo permaneceu ligada ao modelo da gramática latina⁶¹, sobretudo por “o mais importante gramático de nacionalidade portuguesa – Manuel Álvares – ser identificado com a supremacia do latim e a consequente rejeição da língua materna como metalinguagem do ensino linguístico”⁶² (Schäfer-Priess 2019: 348). Desta forma, são as autoridades estrangeiras, nomeadamente Nebrija, para os gramáticos do século XVI, e Francisco Sánchez de las Brozas (o Brocense), para os dos séculos XVII e XVIII, que funcionam como modelo para os gramáticos do vernáculo. A gramaticografia portuguesa caracteriza-se, então, pela tensão e antagonismo entre os gramáticos “alvaristas” (adeptos de Manuel Álvares) e os “sanchistas” (seguidores do Brocense), como veremos em seguida.

Fundada em 1534 por Ignacio de Loyola, a Companhia de Jesus constituiu-se como um movimento de renovação do pensamento humano baseado na “alianza entre el espíritu

⁶⁰ Como explica Calero Vaquera (2007: 91, n.8), “Aunque desde Nebrija (1492) las gramáticas castellanas incluyen en sus páginas el estudio de las figuras, no será hasta el s. XVIII cuando comience a considerarse la *sintaxis figurada* como una clase especial dentro de la sintaxis”.

⁶¹ Ponce de León (2009a: 59) põe em evidência “o papel fundamental que desempenharam os tratados gramaticais e lexicográficos latinos publicados em Portugal durante o século XVI, quer na escolarização da língua portuguesa – na medida em que não havia uma cadeira que a ensinasse; quer na sua codificação gramatical [...]; quer, finalmente, na redacção das gramáticas e das ortografias que descrevem o Português.”

⁶² Além disso, note-se que as gramáticas vernáculas elaboradas por jesuítas não estavam relacionadas com a sua política educativa interna, mas sim “com a sua política de missão que, por motivos de ordem prática, tornava necessária a aprendizagem de línguas vivas” (Schäfer-Priess 2019: 347).

humanista y la doctrina católica” (Ponce de León 2002a: XVII)⁶³. Foi com base na sua experiência de docência nas escolas portuguesas da Companhia que Manuel Álvares (1526-1583)⁶⁴ redigiu os *De institutione grammatica libri tres* (1572)⁶⁵ (Ponce de León 2002a: XXXI), manual para o ensino do latim destinado a ser utilizado em todas as escolas jesuíticas, de acordo com o desígnio uniformizador da Ordem⁶⁶. Além de ser prática comum a redação das obras em latim, o objetivo de internacionalização da gramática exigia também que fosse essa a metalíngua adotada. Ainda assim, tal circunstância tornou-se um impedimento para os alunos mais jovens e levou ao aparecimento, no século XVII, não só de gramáticas latinas em português, mas também de obras que comentavam, explicavam ou adaptavam a gramática de Manuel Álvares (Ponce de León 2001: 319-320)⁶⁷.

Não quer isto dizer que o vernáculo esteja ausente nos *De institutione grammatica libri tres*; pelo contrário, desempenha um papel importante como recurso metodológico nos primeiros níveis de aprendizagem do latim, o que tem como consequência o aparecimento de diversos comentários e dados sobre a língua portuguesa⁶⁸ (Ponce de León 2002a: XXXIX-XLII). De facto, a consciência de que a aprendizagem da gramática

⁶³ A regulamentação relativa às relações entre os membros da Companhia e à vida, às ações e à formação dos jesuítas encontra-se nas *Constitutiones*, código que constitui um primeiro esboço da *Ratio Studiorum* (1599) (Ponce de León 2002a: XVII).

⁶⁴ Relativamente à vida e obra de Manuel Álvares, vide Ponce de León (2002a: XXI-XXIX).

⁶⁵ De acordo com Kemmler (2015; 2020), a obra apresenta duas tradições editoriais: a *ars maior* e a *ars minor*, cujas *editiones principes* são, respetivamente, Álvares (Lisboa, 1572) e Álvares (Lisboa, 1573).

⁶⁶ De facto, a obra referida foi elaborada de acordo com os pressupostos pedagógicos da Companhia de Jesus, como mostra Ponce de León (2000).

⁶⁷ Relativamente às gramáticas latinas redigidas em português, veja-se, por exemplo, a *Arte de grammatica pera em breve saber latim, composta em linguagem e verso portuguez, com um breve vocabulario no cabo, e algumas phrases latinas* (1610), de Pedro Sanches de Paredes, e a *Verdadeira grammatica latina pera se saber em breve tempo, escripta na lingua portugueza, com muitos exemplos na latina* (1615), de Amaro de Roboredo. No que diz respeito aos comentários, explicações e adaptações da gramática alvaresiana, surgiram diversas obras em Portugal a partir do século XVII, algumas delas integrando já ideias linguísticas racionalistas (vide Ponce de León 2002a: XCIX-CII). Ponce de León (2001: 337-338) sublinha as negativas repercussões que a publicação de tantos e tão variados compêndios teve nos *De institutione grammatica libri tres*, ao contribuir para o seu desprestígio e proporcionar aos “sanchistas” motivos, fundados ou não, para atacar a obra de Manuel Álvares.

⁶⁸ Tal situação não aconteceu apenas com a língua portuguesa: o aparecimento de edições quinhentistas castelhanas e catalãs dos *De institutione grammatica libri tres* implicou uma análise contrastiva entre o latim e as correspondentes línguas objetos de estudo (Ponce de León 2007). A este respeito, a análise de Kemmler (2016) mostra também a preocupação de Manuel Álvares com a prática de tradução do texto latino para as línguas vernáculas, nomeadamente a portuguesa e a castelhana.

latina contribuía para a “implícita escolarização do português” (Verdelho 1995: 110) leva Manuel Álvares a ocupar-se de diversos aspetos linguísticos do vernáculo (ainda que sempre em contraste com a língua do Lácio), nomeadamente o infinitivo flexionado⁶⁹, o modo conjuntivo⁷⁰ e os tempos verbais do passado⁷¹.

Fruto do estatuto de livro obrigatório da Companhia, os *De institutione grammatica libri tres* gozaram de “extraordinaria difusión por todo el mundo, ejerciendo, en consecuencia, una notable influencia, especialmente en el plano metodológico, sobre los gramáticos posteriores, incluso en aquéllos que eran afectos a la *grammatica philosophica*”⁷² (Ponce de León 2000: 253). Apesar disso, houve sempre tanto defensores como críticos da gramática de Manuel Álvares e a polémica entre “alvaristas” e “sanchistas” foi constante, culminando em 1759 com a expulsão dos jesuítas e a proibição da utilização do manual alvaresiano por parte do Marquês de Pombal⁷³ (Ponce de León 2002a: LXXXVIII-CXXI).

De facto, começaram a surgir no século XVI gramáticos que adotaram propostas linguísticas e pedagógicas racionalistas e que, como tal, se afastaram dos pressupostos

⁶⁹ Apesar de censurar a utilização do infinitivo flexionado, Manuel Álvares recorre ao mesmo ao traduzir determinados exemplos latinos (Ponce de León 2004b: 322).

⁷⁰ Face às deficientes traduções do conjuntivo latino para português nas artes latinoportuguesas anteriores e preocupado com a interiorização de estruturas castelhanizantes por parte dos alunos, o gramático jesuíta prescreve o uso do indicativo na construção causal portuguesa. Esta preocupação é transferida para a gramaticografia latinoespanhola e é posta em evidência em Álvares (Lisboa, 1578) e em Álvares (Zaragoza, 1579) (Ponce de León 2016: 137).

⁷¹ Manuel Álvares denuncia a deficiente tradução para português dos paradigmas de conjugação dos tempos latinos do passado e identifica a interferência do tempo composto castelhano com ‘haber’ e a influência das *Introductiones Latinae* de Nebrija como causas do problema. Além disso, apresenta duas correspondências portuguesas para o pretérito perfeito latino: o pretérito perfeito simples e o pretérito perfeito composto, com graus de aceitabilidade diferentes (Ponce de León 2018: 235).

⁷² Em Espanha, apesar de o número de edições da gramática alvaresiana ter sido mais reduzido do que na generalidade dos países da Europa (devido, entre outros motivos, à importância da gramática latina de Nebrija, como explica Ponce de León (2003: 123-125)), a influência de Manuel Álvares também se fez sentir, através, por exemplo, da introdução das ideias do jesuíta português na atualização das *Introductiones Latinae* de Nebrija levada a cabo por Juan Luis de la Cerda em 1601 (Kemmler 2012c; Kemmler 2020: 112-113).

⁷³ Repare-se que a polémica alvaresiana não esteve apenas relacionada com aspetos linguísticos ou pedagógicos, mas também com questões políticas e religiosas, nomeadamente o facto de a Companhia de Jesus deter o monopólio do ensino em Portugal. Além disso, muitas das críticas dirigidas a Manuel Álvares devem, na verdade, ser atribuídas à revisão da obra levada a cabo por António Velles (Évora, 1599) (Ponce de León 2002a: XCVII). Este assunto, mais concretamente a polémica alvaresiana no século XVIII, será abordado com mais detalhe no capítulo 2.1 deste trabalho.

normativos de Manuel Álvares⁷⁴. Alguns investigadores, no entanto, aproximam as ideias do gramático jesuíta do racionalismo (*vide* Ponce de León 2009a: 53, n. 24); relativamente a este assunto, concordamos com Ponce de León (2015: 28) quando afirma que

a doutrina alvaresiana parte de uma fonte comum aos gramáticos racionalistas – os *De structura emendata latini sermonis libri sex* – para abrir uma via, de tipo não racionalista, de análise dos constituintes no plano da realização oracional, não assumindo a elipse como procedimento sistemático para a explicação das irregularidades detetadas no nível do uso.

Uma das principais fontes de Manuel Álvares é, exatamente, Linacre, gramático que segue, por exemplo, ao integrar as figuras de construção no livro dedicado à sintaxe. Porém, a perspetiva do jesuíta não é, neste aspeto, apenas linguística (como será a do Brocense), mas também pedagógica, já que o aluno deve aprender a escrever e a falar em latim de forma correta⁷⁵, tanto ao nível gramatical como estilístico (Ponce de León 2002a: CLII). Neste sentido, explica Gómez Gómez (2000: 201) que, para Manuel Álvares, as expressões que têm aparência de barbarismo e solecismo se convertem em figuras no momento em que são usadas por poetas e oradores, ou seja, a aceitabilidade das figuras decorre da sua utilização enquanto forma inovadora de expressão. Também a organização da secção relativa à construção figurada nos *De institutione grammatica libri tres* em torno das três virtudes que deve possuir uma oração (correção, clareza e elegância), em contraponto com os três defeitos correspondentes à sua ausência

⁷⁴ Falamos da oposição entre a gramática do *usus* e a gramática das *rationes*, como mostra Ponce de León (2002b: 493-497). No Portugal do século XVI, contudo, não parece ter havido nenhum autor que se possa caracterizar claramente como racionalista; apenas no início do século XVII, com as obras de Sánchez de Paredes e de Roboredo, podemos falar da introdução da corrente racionalista em Portugal (Ponce de León 2015).

⁷⁵ De facto, Manuel Álvares defende que o latim deve ser ensinado como uma língua viva, preocupando-se, portanto, também com o plano da oralidade, o que o leva a enumerar os erros fonéticos mais frequentemente cometidos pelos discentes e a propor a sua correção (Ponce de León 2000: 249-250).

(incorreção, obscuridade e descuido)⁷⁶, leva Gómez Gómez (2000) a considerar que a perspectiva de Manuel Álvares se situa entre a linguística e a retórica⁷⁷.

A abordagem que faz o gramático jesuíta das figuras de construção revela-se, então, sobretudo didática e normativa⁷⁸, na medida em que marca o regresso “à la figure ornementation par insistant sur le caractère conscient de sa création, tout en supposant que sa naissance n’est pas forcément liée à l’élaboration de la théorie grammaticale pour rétablir la construction légitime” (Colombat 1993: 213). Esta segunda abordagem referida pelo autor será aquela que levarão a cabo os gramáticos racionalistas, para os quais as figuras de construção, reduzidas, de um modo geral, a quatro tipos, funcionam como recurso explicativo da estrutura lógica da língua.

Neste sentido, a obra de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600)⁷⁹, nomeadamente a *Minerva seu de causis linguae Latinae* (1587)⁸⁰, revela-se decisiva para a gramaticografia e para a teoria gramatical das décadas e séculos seguintes, na medida em que contribuiu para a consolidação e difusão da doutrina racionalista e logicista. Note-se que muitas das ideias defendidas pelo Brocense não são originais; como demonstra Padley (1976: 105-109), a importância deste gramático reside sobretudo na extensão e desenvolvimento que dá a ideias já delineadas por outros autores. Deste

⁷⁶ Os defeitos que tornam a oração incorreta são o barbarismo (erro na escrita ou pronúncia de uma palavra) e o solecismo (erro na composição das partes da oração, nomeadamente a enálage, a elipse, o zeugma, a silepse, a prolepse, o arcaísmo e o helenismo). Uma oração obscura resulta de vários defeitos, de entre os quais a alteração da ordem das palavras (hipérbato e suas espécies). Por último, os vícios que tornam a oração descuidada são o cacófato, a tapinose, a tautologia, a macrologia e o pleonismo. Todos estes defeitos, repetimos, se tornam figuras quando são utilizadas pelos bons autores (Álvares (2002 [1572]: 474-495)).

⁷⁷ Neste sentido, afirma também Colombat (1993: 212) que “La principale originalité du texte est qu’il replace les figures de construction – qui avaient acquis une certaine autonomie par rapport aux tropes ou figures de pensée – dans le schéma antique des défauts et des qualités du discours. Pour Alvarez, on ne peut traiter des figures qu’à partir des vitia orationis, le passage entre les deux types étant autorisé en particulier par la notion, reprise au commentateur d’Homère Eustathe, de soloikophanès, c’est-à-dire de “figure qui a l’apparence d’un solecismo”.”

⁷⁸ Não obstante, Gómez Gómez (2002: XXXIX-XL) considera que, ao partir da distinção entre o nível do sistema e o nível da realização na abordagem das figuras, Manuel Álvares se aproxima da gramática racionalista.

⁷⁹ Sobre a vida e obra do Brocense, vide Breva-Claramonte (1983: 7-13; 19-20).

⁸⁰ De acordo com Fernandes (2004), a *editio princeps* da obra, de que existirá apenas um exemplar, foi publicada em 1562, em Lyon, sob o título *Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantiae*. Esta obra, ainda que mais reduzida que a edição definitiva de 1587, encerra já as principais doutrinas do autor, nomeadamente a teoria da elipse (Fernandes 2004: 256).

modo, o Brocense é fortemente influenciado por Scaliger e por Linacre e, em menor medida, por Ramus⁸¹ (*vide* Breva-Claramonte 1983: 55-81)⁸². Por exemplo, o Brocense segue a perspectiva de Linacre ao conceder particular atenção à sintaxe, mas vai mais além, considerando-a o objeto último da descrição gramatical⁸³ (Padley 1985: 271).

O Brocense entende a gramática como técnica de análise racional das estruturas da língua e não, como entendia Manuel Álvares, como um método de aprendizagem da mesma (Sánchez Salor 1996: 25). Significa isto que o objetivo do gramático reside em “uncover the origins and logical structures (*causae*), i.e., ‘ideal’ forms, as well as the internal rules and first principles (*rationes, vera principia*) of the Latin language” (Breva-Claramonte 1983: 201). Efetivamente, ainda que considere também o papel da tradição e da autoridade na descrição gramatical, é à razão que é atribuída maior importância⁸⁴ (Padley 1985: 270). O facto de a linguagem ser entendida como resultado da racionalidade do ser humano significa que, para o gramático estremenho, as regras gramaticais são universais, isto é, aplicáveis a todas as línguas, praticamente não admitindo exceções (Breva-Claramonte 1983: 215).

Neste sentido, o Brocense considera a existência de dois níveis na língua: o nível da realização linguística e o nível no qual operam as regras lógicas ou gramaticais⁸⁵. A passagem de um nível para o outro decorre da aplicação das figuras de construção, que

⁸¹ Ainda que, como mostra Padley (1976: 98-102), Ramus tenha influenciado o Brocense em diversos aspetos, Breva-Claramonte (1983: 81) considera que as teorias linguísticas dos dois autores são bastante diferentes, uma vez que, como dissemos, Ramus se afasta notoriamente das correntes racionalistas.

⁸² Repare-se que, apesar da influência exercida por estes e outros autores nas teorias do Brocense, o gramático estremenho não deixa de ser crítico em relação às suas fontes. Por exemplo, afirma Percival (1976: 244) que “Linacre and Scaliger are both quoted many times in the *Minerva* in support of various theoretical positions but are also on occasion sharply criticized”.

⁸³ “[...] la oración o sintaxis es el fin de la gramática, luego no es parte de ella. [...] la gramática es el arte de hablar correctamente. Cuando digo arte, entiendo disciplina; y es que disciplina es la ciencia que adquiere el que aprende. Añado después: su objetivo es la oración lógicamente construida.” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: Liv. I, Cap. II).

⁸⁴ “¿No han leído a Quintiliano que escribió que la lengua consta de razón, antigüedad, autoridad y uso? Quintiliano, pues, no excluye la razón, sino que la enumera entre lo principal.” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: Liv. I, Cap. I).

⁸⁵ Relativamente à discrepância entre estes dois níveis, veja-se o que diz Breva-Claramonte (1983: 209): “Sanctius, in quoting Quintilian, wonders why there is discrepancy between speaking Latin and speaking grammatically and concludes that no language exists which in speaking would not prefer brevity. [...] Sanctius further explains that the system of grammar (*grammaticae ratio*) forces us to supply mentally numerous items which, if present, would destroy the elegance of Latinity and might lead to ambiguity.”

funcionam como mecanismos sintáticos que explicam a ausência de determinados constituintes na realização oracional (Ponce de León 2002b: 496-497). A grande influência do Brocense nas figuras de construção é Linacre; à exceção da enálage (que não é considerada pelo primeiro, o que representa uma diferença importante nas concepções linguísticas dos dois autores)⁸⁶, ambos consideram a existência de quatro tipos de figuras: aquelas que se produzem por defeito (elipse ou zeugma), por excesso (pleonasma), por discordância (silepse) ou por troca de ordem (hipérbato)⁸⁷ (Pérez Rodríguez 1996: 398-399). A elipse, além de ser a figura por excelência, é elevada ao estatuto de princípio explicativo necessário na teoria e descrição linguística, enquanto a importância e o estudo das restantes figuras são consideravelmente reduzidos (Colombat 1993: 225). Repare-se que, como consequência da supremacia da elipse, o Brocense rejeita, por exemplo, a existência de verbos intransitivos (uma vez que todos os verbos subcategorizam um acusativo, ainda que esteja elidido)⁸⁸ e de verbos impessoais (já que, exceto o infinitivo, todos os verbos concordam com um nominativo, que pode ou não estar elidido)⁸⁹. Assim, segundo Colombat (1993: 229), o Brocense recebe o mérito de ter explorado as consequências da utilização sistemática das figuras de construção.

⁸⁶ Sobre a divergência dos dois autores relativamente à enálage, *vide* Breva-Claramonte (1983: 56-57), Harto Trujillo (1996: 101-102) e Padley (1985: 274-275).

⁸⁷ “Las figuras de construcción consisten en anomalía o desigualdad de las partes; esta anomalía se produce por defecto, por exceso, por discordancia o por cambio de orden: si por “endia” o defecto, se llama “elipsis” o “zeugma”; si por exceso, “pleonasma”; si por enálage o discordancia, “silepsis”; si por cambio de orden, “hiperbaton”. Son, pues, cuatro las figuras, ya que la antiptosis, la prolepsis, la síntesis, la aposición, la evocación, la sinécdoque y demás son “partos de los montes” de los gramáticos.” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: Liv. IV, Cap. “Sobre las figuras de construcción”).

⁸⁸ A este respeito, afirma Breva-Claramonte (1983: 210) o seguinte: “Sanctius claims that, according to the laws of nature, all verbs are transitive and the logical structure should reflect this fact, i.e., at that level all verbs must have an accusative.” O mesmo autor (Breva-Claramonte 1980: 353) esclarece ainda que por vezes estão ausentes da oração “ciertos constituyentes, que no pueden aparecer de forma expresa porque se incurriría en un vicio, pero que, sin embargo, deben ir sobrentendidos por necesidad grammatical”. É isto que acontece, por exemplo, com os acusativos cognatos: o Brocense (1995 [1587]: Livro IV, Capítulo “Sobre la elipsis”, Secção “Acusativo de la misma familia”) mostra que estes constituintes se elidem para evitar o pleonasma, figura que, ao contrário da elipse, é efetivamente vista como uma anomalia comprometedora da elegância do latim.

⁸⁹ Tendo em conta a visão da impessoalidade do Brocense, explica Padley (1976: 101) que “On this view of person it follows that the only true impersonal verbs are the infinitives, the customary impersonals containing person by ellipse and hence being personal. To think otherwise is to contradict ‘totum Platonis, & Aristotelis dogma’.”

As linhas gerais da teoria gramatical do Brocense exercerão uma profunda influência na gramaticografia europeia dos séculos XVII e XVIII. Apesar de a sua repercussão em Espanha não ter sido tão representativa como nos restantes países da Europa⁹⁰, verifica-se nas obras gramaticais de Gonzalo Correas (1571-1631) o contacto com as ideias sanctianas (Padley 1985: 276-282)⁹¹. Em Portugal, Pedro Sánchez de Paredes (?-1635) é, segundo Ponce de León (2002b: 498), o primeiro gramático a introduzir alguns aspetos das teorias do Brocense, ainda que a sua fonte principal seja a gramática latina de Manuel Álvares (Ponce de León, Assunção & Fernandes 2008: XIX). Uma adoção geral e sistemática das ideias sanctianas em Portugal será levada a cabo pela primeira vez por Amaro de Roboredo^{92,93} (*vide infra*). No século XVIII, apesar de ser difícil perceber se os gramáticos recorrem diretamente às obras do Brocense ou a outros gramáticos que nele se baseiam, a influência das ideias sanctianas é ainda perceptível em autores como António José dos Reis Lobato (1721-?1803), António Pereira de Figueiredo (1725-1797), Luís António Verney (1713-1792) e João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811) (Ponce de León 2006b: 159-161). Nos restantes países europeus, é de destacar a influência do Brocense em gramáticos como Gaspar Sciopio (1576-1649), Juan Gerardo Vossius (1577-1649), Claude Lancelot (1616-1695)⁹⁴, Jacob Perizonius (1651-1715), César Chesneau Du Marsais (1676-1756) e Nicolas Beauzée (1717-1789) (*vide Breva-Claramonte 1980*)⁹⁵.

⁹⁰ Esta situação parece dever-se sobretudo ao estatuto e importância de que gozavam as obras de Nebrija. Nas palavras de Padley (1976: 108), “Sanctius did not succeed in his aim to supplant Nebrija as the official grammarian of Spain. Virtually unheeded in his own country, he had more success outside its borders.”

⁹¹ Apesar de a influência ser mais evidente em Correas, Breva-Claramonte (2006) e Martínez Gavilán (1994) mostram que também Jiménez Patón (1569-1640) e Juan de Villar (?1596-1660) se baseiam nas ideias do Brocense. Contudo, muito do conhecimento da obra sanctiana parece ter sido obtido de forma indireta por parte dos gramáticos castelhanos, isto é, a partir das reformas ou comentários à gramática latina de Nebrija (Breva-Claramonte 2006: 97). Relativamente à influência do Brocense na reforma levada a cabo por Juan Luis de la Cerda em 1601, *vide* Martínez Gavilán (2007: 331-335).

⁹² As datas de nascimento e morte de Amaro de Roboredo permanecem incertas, apesar de se saber que “florescia no primeiro quartel do século XVII” (Silva 1858: 54).

⁹³ Repare-se que, à semelhança do Brocense, também o gramático português elimina os modos verbais; este aspeto é particularmente relevante “por cuanto los gramáticos del castellano coetáneos más influídos por la doctrina sanctiana, pese a observarse en ellos una clara reducción de la tipología [...], conservan el modo como accidente verbal” (Ponce de León 2006b: 153). Relativamente ao modo verbal na gramática espanhola do século XVII, *vide* Martínez Gavilán (1990).

⁹⁴ Sobre a influência das ideias do Brocense na teoria gramatical dos Mestres de Port-Royal, *vide infra*.

⁹⁵ Alguns investigadores realçam também a dívida da teoria generativa de Chomsky para com o racionalismo sanctiano, ainda que o próprio linguista apenas refira a influência da *Grammaire Générale*

1.2. O século XVII

No século XVII, a quantidade de obras metalinguísticas dedicadas à língua portuguesa foi, de acordo com Kemmler (2013: 148-150), bastante reduzida, sobretudo devido ao facto de ser o latim a língua de ensino e à importância da gramática de Manuel Álvares. Além dos tratados ortográficos de Álvaro Ferreira de Vera (*Ortographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*, 1631), João Franco Barreto (*Ortographia da lingua portugueza*, 1671) e Bento Pereira (*Regras Gerays, breves & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portugueza: Para se ajuntar à Prosodia*, 1666), são conhecidas apenas duas outras obras: o *Methodo grammatical para todas as línguas* (1619), de Amaro de Roboredo, e a *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672), de Bento Pereira. A integração das mesmas no conjunto das gramáticas portuguesas não deixa, no entanto, de ser problemática, uma vez que, segundo o mesmo investigador (Kemmler 2013: 149), a primeira parece enquadrar-se melhor na tradição latino-portuguesa, ao passo que a segunda é considerada uma das primeiras gramáticas do português como língua estrangeira.

Autor do *Methodo grammatical para todas as línguas*, Amaro de Roboredo⁹⁶ é considerado, como conclui Fernandes (2002: 588), o primeiro gramático europeu sanchista, na dupla aceção da palavra: não só baseia a sua teoria linguístico-pedagógica nas ideias do Brocense (*vide* Ponce de León 2002b: 508-518), mas também se opõe à didáctica jesuítica, nomeadamente ao ensino através da gramática de Manuel Álvares. O *Methodo* caracteriza-se pela abordagem racionalista, que constitui “uma pressuposição para a sua teoria universalista da linguagem e uma componente importante do seu modelo didático” (Schäfer-Priess 2015: 41). Neste sentido, o objetivo da obra consistia

et Raisonnée (1660), dos Mestres de Port-Royal (Padley 1976: 103-105). No mesmo sentido, também Assunção & Fernandes (2007: XXXIII-XXXV) caracterizam Roboredo (que deve bastante da sua teoria linguística ao Brocense) como um precursor naquilo que Chomsky denominou de “estrutura profunda” e de “estrutura de superfície”. Porém, parece-nos mais relevante analisar as ideias do Brocense à luz do seu próprio contexto cultural e gramaticográfico, pois, de acordo com Breva-Claramonte (2002: 26), estudar as suas obras gramaticais numa perspetiva generativista representa “un desafío y un peligro”.

⁹⁶ Sobre a vida e obra de Amaro de Roboredo, *vide* Machado (1741: 127-128) e Silva (1858: 54-55).

em criar um método de ensino aplicável a todas as línguas, partindo do princípio de que a racionalidade característica do ser humano se refletia na existência de um conjunto de regras gramaticais universais⁹⁷ (Assunção & Fernandes 2007: XXX-XXXII). Assim, o *Methodo* não é exatamente uma gramática do vernáculo, mas uma obra que pretendia ser geral ou aplicável a todas as línguas⁹⁸. Não obstante, a língua portuguesa desempenha um papel fundamental na mesma, uma vez que funciona não só como metalíngua⁹⁹, mas também como referência contrastiva relativamente ao latim¹⁰⁰ (Kossarik 1997: 432-433).

Influenciado pelo Brocense, Roboredo estabelece que o fim da gramática é a “oração bem concertada” (Roboredo 1619: 64). Neste sentido, qualquer frase prototípica teria como constituintes mínimos, no nível lógico, nominativo, verbo e acusativo; porém, a existência da elipse reflete-se na alteração desta estrutura básica na realização oracional (Fernandes 2002: 573). Por exemplo, Roboredo rejeita os verbos tradicionalmente considerados impessoais¹⁰¹, atribuindo sempre ao verbo um constituinte com função de sujeito, seja através da reanálise de certos segmentos na realização oracional, seja através da elisão de um nominativo semanticamente aparentado com o sujeito ou de

⁹⁷ Baseando-se nesta conceção linguística de Roboredo, Assunção & Fernandes (2007: XXX) caracterizam o *Methodo* como precursor da gramática geral ou universal.

⁹⁸ Apesar de Roboredo anunciar no prólogo do *Methodo* que apresentará poucos preceitos, mas universais (Roboredo 1619: b4v), Schäfer-Priess (2019: 113) considera que a obra não passa de “uma gramática latina, redigida em português, mas com abordagem contrastiva”.

⁹⁹ Roboredo (1619: a2v-a3r) defende que a aprendizagem de qualquer língua deve ser feita através da língua materna dos estudantes, o que o leva a redigir o *Methodo* em português e não, como era costume, em latim. Repare-se que, segundo este mesmo princípio, também as gramáticas latinas do autor estão redigidas em vernáculo, como nota Kossarik (2002: 559). Assim, a questão da apologia e recurso à língua materna põe em evidência as fases da modificação de atitude perante o latim: nas palavras de Kossarik (1997: 437), “Roboredo conclui um longo processo de “dessacralização” do latim, que já se considerava só como uma das possíveis realizações da língua universal, a par de muitíssimas outras línguas”.

¹⁰⁰ O gramático seiscentista leva a cabo um estudo sistematizado e comparativo entre a língua portuguesa e a latina, o que leva Fernandes (2002: 445) a defender que “Amaro de Roboredo é um dos primeiros gramáticos a usar o método comparativo e, por conseguinte, pode – e deve – ser considerado, pelo menos, um dos precursores da Gramática (ou Linguística) Comparada”.

¹⁰¹ Para Roboredo (tal como tinha já sido defendido pelo Brocense – vide Sánchez de las Brozas [1995 [1587]: Livro I, Capítulo XIII]), o único verbo impessoal é o infinitivo (Roboredo 1619: 13). Consequentemente, surge a dificuldade em analisar o infinitivo flexionado, que descreve como uma forma corrompida pelo uso (Ponce de León 2004b: 322-323): “Tem finalmente a Portuguesa hum Infinitivo que o uso correompendo o fez pessoal & delle carecem as línguas, de que tenho noticia, *Como eu amar, tu amares, elle amar. Pl. Nos amarmos, vos amardes, eles amarem*” (Roboredo 1619: 33).

um sujeito de caráter de generalizador (Ponce de León 2019b: 87-88). De igual modo, rejeita a existência de verbos intransitivos ou neutros, pois estes “podem subcategorizar um acusativo interno, que se manifesta na estrutura superficial quando se pretende delimitar o denotado por este através de um adjetivo” (Ponce de León 2002b: 513). Repare-se que a elipse é apresentada, no capítulo relativo à “Composição figurada”, como a figura através da qual “em qualquer prattica se cala elegantemente algũa palavra” (Roboredo 1619: 76); além desta definição, Roboredo identifica o conhecimento e uso desta figura com a terceira raiz da frase, na terceira parte do *Methodo* (Roboredo 1619: 182). Apesar de a elipse ser abordada deste modo breve, o gramático tem plena consciência do uso e do valor da mesma. Assim, a concepção teórica de Roboredo permite afirmar que esta figura “desempenha um papel linguisticamente importante: deixa de ser uma figura de retórica ou estilística e passa a ser uma peça fulcral no procedimento gramatical e linguístico normal” (Assunção & Fernandes 2007: XCVI), isto é, constitui um procedimento que opera sistematicamente e que permite explicar os constituintes que faltam na realização oracional.

Além da elipse, Roboredo aborda ainda outras figuras: o zeugma, o pleonasma, a silepse, a anástrofe, a tmesis, a sínquise, o inconsequente e o helenismo (Roboredo 1619: 76-77). Cada uma é descrita e exemplificada brevemente, de acordo com a diminuta relevância que apresentam na concepção linguística do autor, sobretudo quando comparada com o papel fundamental desempenhado pela elipse¹⁰². O gramático não explica o que entende por composição figurada, mas a exposição que encontramos no capítulo correspondente permite descrevê-la como uma construção que se afasta da norma gramatical. Porém, ao contrário do erro (que é abordado na terceira parte da obra – *vide* Roboredo [1619: 229-230]), a figura parece ser legitimada pelo uso e pela autoridade, como indiretamente defende o autor¹⁰³.

¹⁰² De igual modo, também na *Verdadeira grammatica latina*, publicada por Roboredo em 1615, as figuras ocupam um lugar muito secundário, ainda que não deixem de desempenhar um papel fundamental na explicação sintática, sobretudo a elipse (Ponce de León 2008: 262, n.21).

¹⁰³ Repare-se que, a respeito do inconsequente, Roboredo afirma que o mesmo é quase solecismo, mas que encontrou o uso desta figura em Cícero: “Se ficar algum caso, principalmente Nominativo, sem regencia, se diz, Inconsequente: *ut omnis, cui multum datur, multum quaeretur ab eo*. He quasi solecismo,

Relativamente à ordem de palavras, Roboredo tece ainda algumas considerações sobre as regras de colocação retórica na terceira parte do *Methodo*, mostrando que muitas vezes o retórico altera a ordem natural das palavras de maneira a ornamentar o discurso (Roboredo 1619: 203-204). No entanto, como afirma Schäfer-Priess (2019: 323), as variantes retóricas não são postas em relação com as figuras, ou seja, Roboredo não refere nenhuma das figuras relacionadas com a alteração da ordem de palavras (nomeadamente a anástrofe, a tmese e a sínquise, ainda que o autor não proceda a esta categorização) aquando da exposição sobre a colocação retórica.

Como vemos, apesar da influência exercida pelas ideias sanctianas em Roboredo, com destaque para a teoria da elipse, o gramático português não segue o esquema quadripartido das figuras que encontramos na *Minerva*¹⁰⁴. Pelo contrário, parece aproximar-se ainda da abordagem que habitualmente encontramos nas gramáticas normativas, afastando-se das propostas racionalistas ao apresentar nove figuras.

A conceção linguístico-pedagógica de Roboredo (sobre a qual fizemos apenas breves considerações) permite caracterizá-lo como um renovador da gramaticografia da época, sobretudo na medida em que integra já nas suas obras várias ideias-chave do pensamento seiscentista europeu. Ponce de León (2002b: 518) afirma que o gramático português é um precursor dos pressupostos experimentalistas, ao introduzir o método indutivo e o empirismo na sua doutrina linguística e didática¹⁰⁵, mesmo antes de, como

ainda que em Cicero se ache hũa vez pro Mur” (Roboredo 1619: 76). Também relativamente ao helenismo, o gramático parte de frases latinas de bons autores para mostrar que se torna erro em algumas línguas, ou seja, é a autoridade que, novamente, funciona como referência: “Se se imita a frase Grega discordante de outra lingua se diz Grecismo, Hellenismo, ou Antiptosis: a qual figura algũas vezes he solecismo em outra lingua: como na Latina. Plaut *Istum, quem quaeris ego sum*. Terent. *Eunuchum, quem dedisti nobis, quas turbas dedit*. Virg *Urbem, quam statuo, vestra est*. Cic. *Quum aliquid agas eorum, quorum consuevisti* &c.” (Roboredo 1619: 76-77).

¹⁰⁴ Este não é, contudo, o único ponto em que Roboredo se afasta da conceção linguística do Brocense, pois não fundamenta as suas ideias unicamente na *Minerva*. Neste sentido, explica Ponce de León (2002b: 517) que, em determinadas ocasiões, o gramático português recorre às gramáticas do *usus*, a procedimentos utilizados pelos gramáticos normativistas e à prática e à experiência. Além disso, sofre a influência de um gramático que se afasta da corrente racionalista – Francisco Martins (?1539-1596). Sobre as ideias linguísticas deste autor, *vide* Ponce de León (2004a).

¹⁰⁵ A este respeito, veja-se o que diz Roboredo no prólogo ao *Methodo*: “Fica logo clara a obrigação do Artifice quero dizer minha neste Methodo de me acomodar aa rudeza pueril, screvendo o na lingua Materna do principiante, levando o per exemplos claros, & ainda corporaes della para a Latina: que he a primeira raiz, que acima disse: *A notis ad ignota procedendum est*. E fica clara a obrigação de dispor a

destaca Fernandes (2002: 475-476), Francis Bacon (1561-1626) ter publicado o *Novum Organum* (1620), obra que será decisiva para o pensamento do século XVII¹⁰⁶. Apesar de o próprio Roboredo ter consciência da novidade do seu método e das críticas que o mesmo poderia gerar¹⁰⁷, são estas ideias, nomeadamente o racionalismo e o método indutivo, que veremos desenvolvidas por alguns dos pensadores mais influentes deste século, como Francis Bacon, René Descartes (1596-1650) e John Locke (1632-1704).

Destacam-se, então, no século XVII, duas correntes de pensamento: o racionalismo e o empirismo, cujos principais representantes são, respetivamente, Descartes e Locke (este último bastante influenciado por Bacon, como explica Padley [1985: 350])¹⁰⁸. Importa realçar para este trabalho que os autores deste período, tanto de uma como de outra corrente, apesar das profundas diferenças que apresentam, têm em comum “a mentalistic belief in the presence in the mind of concepts whose existence precedes that of the words found to express them” (Padley 1976: 239). Assim, baseado na ideia cartesiana de que o ser humano é uma realidade pensante (e de que é essa a única certeza que podemos ter, como mostram Reale & Antiseri 1990: 366-370) e na conceção lockiana de que as palavras constituem representações das ideias (*vide* Kretzmann 1976), surge a preocupação e necessidade de estudar já não as palavras, mas os conceitos na mente. São estas ideias que estão na base das conceções de gramáticos como Tommaso Campanella (1568-1639), Iohannes Amos Comenius (1592-1670), Juan

materia ainda da lingua Materna segundo a natureza do discurso humano depēdēte dos sētidos: q̃ he a segūda raiz: *A faciliioribus incipiendum est in tradendis artibus*; ajuntando muitos exemplos em o livro, & em voz, que o aprendiz veja, ouça, apalpe.” (Roboredo 1619: b2v).

¹⁰⁶ A influência das ideias de Francis Bacon em Roboredo parece ter sido, de facto, reduzida ou mesmo nula (Ponce de León 1996: 220). Neste sentido, é de referir o nome de Francisco Martins, que já defendia o método experimentalista e de simplificação de regras e em cujas ideias Roboredo terá baseado alguns dos seus fundamentos didáticos e metodológicos (Assunção & Fernandes: XXVI-XXVII).

¹⁰⁷ No final da *Verdadeira grammatica latina*, inclui Roboredo um opúsculo intitulado *Obieções contra esta Grammatica, & repostas a estas*, no qual justifica a sua fundamentação teórica e metodológica (idêntica nas diferentes obras do gramático), uma vez que já antecipava o surgimento de críticas à mesma (Ponce de León 2006a). Recorre, então, a autores como o Brocense, Scaliger e Francisco Martins para corroborar os seus argumentos, acabando por tecer também uma crítica, ainda que não explícita, à didática jesuítica: “no parece despropositado colegir que Amaro de Roboredo tiene en mente el manual que se utilizaba en los centros escolares portugueses; a saber la *recognitio uellesiana* de la gramática del P^e Manuel Álvares. Es verdad que en ningún momento lo cita explícitamente, pero hay indicios de que el Arte es la de Álvares/Velez y de que los maestros son los jesuitas.” (Ponce de León 2006a: 76).

¹⁰⁸ Relativamente ao pensamento de Descartes e de Locke, *vide*, respetivamente, Reale & Antiseri (1990: 350-390) e Reale & Antiseri (1990: 504-528).

Caramuel y Lobkowitz (1606-1682) e John Wilkins (1614-1672)¹⁰⁹ e que culminam na publicação da obra que será decisiva para a gramaticografia posterior – a *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660), dos Mestres de Port-Royal.

Esta obra¹¹⁰, da autoria do gramático Claude Lancelot (1615-1695) e do lógico Antoine Arnauld (1612-1694)¹¹¹, representa uma reorientação na gramática racionalista, ao partir da razão e da lógica para explicar os factos linguísticos; nas palavras de Lakoff (1976: 349), “Lancelot and Arnauld assume that language is, at base, logical. Man is a logical animal, and his language must exemplify his logical nature. Since man’s nature is common to all men, all languages must share this logical basis. Therefore, a language that is ‘générale’ must automatically be ‘raisonnée’”. Não significa isto que os autores sejam os primeiros a basear as suas teorias linguísticas na razão: na medida em que é fortemente influenciada pelas ideias do Brocense¹¹² e dos seus seguidores (como Scioppius e Vossius), a *Grammaire* constitui uma evolução ou continuidade no pensamento linguístico, inserindo-se numa longa tradição (Padley 1976: 257-259).

Tal como acontecia com o Brocense, para Lancelot e Arnauld a ênfase é colocada na frase e já não na palavra (Lakoff 1976: 370); neste sentido, dedicam-se ao estudo da proposição, considerada a unidade oracional mínima subjacente, que engloba necessariamente sujeito, atributo e ligação (Padley 1976: 253-254). Porém, esta estrutura lógica não corresponde diretamente à realização oracional, já que a aplicação

¹⁰⁹ Sobre as concepções linguístico-pedagógicas destes e de outros autores relevantes para a gramaticografia seiscentista europeia, vide Padley (1985: 325-381).

¹¹⁰ A *Grammaire Générale et Raisonnée* é complementada por duas outras obras: o *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue latine* (1644), de Claude Lancelot, e *La Logique Ou L’Art de Penser* (1662), de Antoine Arnauld e Pierre Nicole. A primeira permite compreender de modo mais aprofundado a concepção linguística dos autores (Lakoff 1976: 352), enquanto a segunda sustenta a vertente lógica da *Grammaire* (Padley 1976: 228-230). Tendo isto em conta, Padley (1985: 289) considera o conjunto das três obras “the complete corpus of Port-Royal grammatical doctrine”.

¹¹¹ Relativamente à contribuição de cada um dos autores para a redação da *Grammaire*, vide Padley (1985: 285-286).

¹¹² De acordo com Schäfer-Priess (2001: 131-132), a influência exercida pelo Brocense nos Mestres de Port-Royal tem como consequência a existência de pontos comuns entre a *Grammaire* e o *Methodo* de Roboredo: por exemplo, a ideia de que todas as línguas dispõem das mesmas estruturas gramaticais que se manifestam de maneira diferente na realização oracional, a convicção de que o ensino de línguas deve ser feito em língua materna e o princípio da elipse são tópicos paralelos às duas obras, o que é explicável não pelo contacto de Lancelot e Arnauld com o *Methodo*, mas pelo modelo comum às duas obras.

das figuras de construção resulta em alterações substanciais entre estes dois níveis linguísticos (Lakoff 1976: 356-357). Assim, a sintaxe, incluindo a figurada, adquire um papel fundamental na conceção linguística dos autores, ainda que lhe sejam dedicadas apenas cerca de oito páginas, três das quais relativas às figuras de construção¹¹³ (Lancelot & Arnauld 1660: 140-147). Estas últimas são apresentadas do seguinte modo:

Mais parce que les hommes suivent souvent plus le sens de leurs pensées, que les mots dont ils se servent pour les exprimer; & que souvent pour abreger, ils retranchent quelque chose du discours; ou bien que regardant à la grace, ils y laissent quelque mot qui semble superflu, ou qu'ils en renversent l'ordre naturel: De là est venu qu'ils on introduit quatre façons de parler, qu'on nomme *figurées*, & qui sont comme autant d'irregularitez dans la Grammaire, quoy qu'elles soient quelquefois des perfections & des beautez dans la Langue. (Lancelot & Arnauld 1660: 145)

Verificamos, então, que os autores seguem o esquema quadripartido já defendido pelo Brocense, considerando apenas como figuras a silepse, a elipse, o pleonasmo e o hipérbato. Apesar de estas funcionarem como procedimento explicativo – sobretudo a silepse e a elipse¹¹⁴ –, o uso de termos que evocam a qualidade da expressão (como “grace”, “perfections” e “beautez”, *vide supra*) evidencia o regresso a uma conceção ornamental de figura (Colombat 1993: 288). Esta questão estará relacionada com a rejeição por parte dos Mestres de Port-Royal da existência de fronteiras rígidas entre a retórica, a lógica e a gramática (como prescrevia Ramus), o que lhes permite não apenas ter em consideração “the rhetorical ‘figurative’ constructions in a linguistic theory, but at one and the same time to make their expansion into ‘ordinary and essential’

¹¹³ De acordo com Padley (1976: 256), a razão para a brevidade deste capítulo residirá no caráter pedagógico e sistemático da *Grammaire* e no estatuto de livro complementar do *Nouvelle Méthode*: “one is ineluctably drawn back to the thesis that it is the Latin grammar that constitutes the best illustration of what if specifically linguistic in Port-Royal theory, the *Grammaire générale* being conceived as an accompanying explanatory manual. What is merely touched upon in the latter receives full treatment and illustration in the former.”

¹¹⁴ O caso da elipse é já bem conhecido: de acordo com as ideias sanctinas, é esta figura que permite explicar a ausência de constituintes essenciais na oração, como o nominativo ou o verbo (Arnauld & Lancelot 1660: 146). Relativamente à silepse, defende Colombat (1993: 288) que esta é a figura que melhor ilustra a distorção entre a língua e o pensamento, o que explica que seja a primeira figura analisada e aquela à qual é consagrado maior desenvolvimento.

constructions the main task of grammar, and to provide these procedures with a logical justification” (Padley 1985: 311).

As concepções linguísticas defendidas pelos Mestres de Port-Royal só terão influência em Portugal no século XVIII¹¹⁵. Por um lado, até 1759 – data da expulsão dos jesuítas e da proibição da utilização dos seus manuais –, devido ao monopólio dos jesuítas no ensino, não podiam ser introduzidas nos manuais institucionais (Schäfer-Priess 2001: 132). Por outro lado, a única gramática publicada em Portugal no século XVII depois de 1660 não integra ainda estas ideias, pois, além de haver a possibilidade de o autor não ter tido contacto com a *Grammaire*, enquadra-se na gramática normativa. Falamos da *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur* (1672), do jesuíta Bento Pereira (1605-1681).

Esta obra constitui a primeira gramática do português como língua estrangeira: redigida em latim, é dirigida sobretudo a falantes não nativos (Fernandes 2009: 208). A principal fonte de Bento Pereira é a gramática de Manuel Álvares, o que se reflete, por exemplo, na abordagem do modo conjuntivo e da impessoalidade¹¹⁶. Porém, afasta-se desse modelo no que diz respeito à sintaxe: apesar de a dividir em justa e figurada, apenas se dedica ao estudo da primeira, ou seja, “describe únicamente la construcción que obedece a los preceptos gramaticales, indicio inequívoco del enfoque normativista –y, en consecuencia, no especulativo– que Bento Pereira adopta en su obra” (Ponce de León

¹¹⁵ Não obstante, explica Schäfer-Priess (2001: 136-137) que estas concepções não representam para os gramáticos portugueses “uma revolução teórica e metodológica, mas uma continuação coerente da gramática filosófica de Sanctius e dos seus comentadores”. Neste sentido, alguns dos paralelismos encontrados entre as ideias de gramáticos portugueses setecentistas (como Argote ou Lobato) e de Arnauld e Lancelot podem ser explicados, tal como acontecia com Roboredo, pela consulta de uma fonte comum – o Brocense.

¹¹⁶ Relativamente ao modo conjuntivo, Bento Pereira baseia-se nos *De institutione grammatica libri tres*, apresentando um duplo paradigma “con formas de indicativo en la cláusula causal y con el gerundio (‘Como eu amo, ou amando eu’ > ‘Cum amem’) y con las formas de subjuntivo introducidas por ‘posto que’ (‘Posto que eu ame’ > ‘Quamuis amem’)” (Ponce de León 2016: 140). No que diz respeito à impessoalidade, o jesuíta parte de critérios de análise formais ou morfológicos para defender, tal como fizera Manuel Álvares, a existência de verbos impessoais flexionados em português (Ponce de León 2019b: 81-82).

2006d: 17). Relativamente à sintaxe figurada, prescinde de a analisar, pois defende que pertence à retórica¹¹⁷ (Schäfer-Priess 2019: 300).

¹¹⁷ “[Syntaxis] *lusta*, docet quibus modis oratio absque errore perfecta, suisque numeris omnibus absoluta possit evadere: & hoc est peculiare munus Grammaticae. Figurata docet quomodo oratio ornari debeat figuris, ut suis veluti coloribus, pigmentis, & luminibus fulgeat: & cum haec pars ad rhetores spectet, nobis tantum sermo erit de priori, utpote ad Grammaticos pertinente.” (Pereira 1672: 200).

2. O século XVIII

2.1 – O contexto cultural e gramaticográfico português

O panorama político e cultural do século XVIII português está indelevelmente marcado pela figura do Marquês de Pombal (1699-1782), ministro do rei D. José I (1714-1777). Influenciado pela conjuntura europeia, que via surgir o Iluminismo, Sebastião José de Carvalho e Melo leva a cabo um programa político cujo objetivo era colocar Portugal numa situação cultural e económica que lhe permitisse competir com as restantes potências estrangeiras (Carvalho 1978: 100). Apesar de decalcado das ideias europeias, sobretudo francesas, o Iluminismo português apresenta características particulares, nomeadamente o seu carácter não revolucionário, nem anti-histórico nem irreligioso (Carvalho 1978: 26-27).

Um dos aspetos que mais se destaca na ação do Marquês de Pombal, e aquele que aqui mais nos interessa explorar, é a reforma dos estudos. Na verdade, a abertura cultural do país começara já no reinado de D. João V (e prolongar-se-á até ao de D. Maria I¹¹⁸), altura em que uma mentalidade nova “se acentuava e se diversificava em certos ambientes portugueses e que iriam inevitavelmente impor a abertura franca de novos caminhos no campo do ensino” (Carvalho 1986: 396). Consciente do atraso que caracterizava o sistema de ensino português, é então o Marquês de Pombal que enceta essa renovação pedagógica, que deveria corresponder à nova mentalidade iluminista e contribuir para o progresso do país, na medida em que a instrução era vista como inseparável do bem comum e da felicidade pública (Araújo 2003: 54). Esta renovação implicava necessariamente a secularização do ensino, a que estava ainda associada a questão jesuítica: à Companhia de Jesus era atribuído o atraso em que Portugal se encontrava e somavam-se as críticas – que não eram, aliás, novas – ao método didático jesuítico¹¹⁹.

Na polémica relativa ao ensino ministrado pela ordem inaciana, sobretudo no que diz respeito à gramática latina, destaca-se o papel de Luís António Verney (1713-1792) e de

¹¹⁸ Sobre a situação do ensino após a queda do Marquês de Pombal, *vide* Carvalho (1986: 485-520).

¹¹⁹ Sobre a situação do ensino e o modelo didático jesuítico, *vide* Andrade (1981: 14-33).

António Pereira de Figueiredo (1725-1797). Verney, que dedicara a sua vida à renovação da cultura portuguesa, propõe e analisa um novo programa pedagógico no emblemático *Verdadeiro Metodo de Estudar* (1746), mostrando os problemas do sistema vigente e indicando soluções e diretrizes relativas às mais diversas áreas, num “pendor acentuadamente crítico e insatisfeito” (Andrade 1966: 183). A publicação da obra causou polémica¹²⁰, pois nela o autor criticava o sistema educativo da Companhia de Jesus, baseando-se em argumentos como a defesa da língua portuguesa como veículo na aprendizagem do latim, a obscuridade da gramática alvaresiana, a apologia de uma gramática mais concisa e clara (que seria a filosófica) e a grande quantidade de manuais que glosavam os *De institutione grammatica libri tres* (Verney 1746: 59-61). Figueiredo, por seu turno, é autor de uma obra crucial na polémica alvaresiana, o *Novo Methodo da Grammatica Latina: Para o uso das Escólas da Congregação do Oratorio* (1752), em cujo prólogo denuncia os erros e faltas que encontra na gramática de Manuel Álvares, num estilo nem sempre objetivo e que levou a publicações de resposta por parte dos defensores da mesma (Kemmler, Coelho & Fontes 2014; Kemmler, Fontes & Coelho 2016)¹²¹. Além de tudo isto, é importante referir a existência de outras ordens religiosas que competiam pelo monopólio do ensino (que então pertencia à Companhia de Jesus), nomeadamente os Teatinos e os Oratorianos. Estes últimos, aos quais pertencia Figueiredo, envolveram-se ativamente nos “vários debates surgidos ao correr da agitação cultural do tempo” (Lima 1981: 58) e alcançaram privilégios reais que até então apenas os jesuítas detinham.

É nestas circunstâncias e com base nas ideias de Verney e de Ribeiro Sanches (1699-1783)¹²² que surgirão os Alvarás Régios de 1759. Como culminar da polémica que se vinha intensificando, decreta o rei a expulsão dos jesuítas e a proibição do uso dos seus manuais – uma decisão que, de resto, não era apenas pedagógica, mas também política,

¹²⁰ Relativamente à polémica verneiana, vide Andrade (1980: 37-51).

¹²¹ Apesar da importância do texto de Figueiredo, a verdade é que o primeiro autor a criticar de modo sistemático a gramática de Manuel Álvares e os comentadores da mesma foi Manuel Coelho de Sousa (†1736); sobre este assunto, vide Ponce de León (2005a; 2005c; 2012).

¹²² Relativamente a Ribeiro Sanches, médico e intelectual português estrangeirado, destaca-se a redação da obra *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), que teve um imenso alcance filosófico-político (Carvalho 1978: 90-97).

como explica Verdelho (2012: 223). O facto de as autoridades se mostrarem severas com os exemplares que encontravam das obras proibidas não impediu a sua circulação clandestina: por exemplo, de acordo com Ponce de León (2002a: CXIV), os *De institutione grammatica libri tres* continuaram a ser um manual de referência para alguns docentes.

A expulsão da Companhia de Jesus deixa, então, uma lacuna no sistema de ensino português, que o Marquês de Pombal preenche com a reforma geral dos estudos menores (Carvalho 1978: 83). Nas *Instruções Para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica*, que acompanham o Alvará de 28 de junho de 1759, prescreve-se o recurso a um método de ensino breve, claro e fácil, recomendando-se, no que diz respeito à gramática latina e em substituição dos *De institutione grammatica libri tres*, o uso da referida obra de Figueiredo e da *Grammatica da lingua latina reformada, e acrescentada* (1737), de António Félix Mendes (1706-1790)¹²³. É ainda criado o cargo de Diretor-Geral dos Estudos, entidade a quem, nas palavras de Carvalho (1986: 431), caberia a “obrigação de «fazer observar tudo o que se contém neste Alvará», de vigiar o seu cumprimento, de averiguar o progresso dos estudos, de apresentar um relatório anual da situação do ensino, e de propor o que lhe parecer conveniente para o adiantamento das escolas”.

Assim, com esta renovação, pretendia o Marquês de Pombal que fosse o Estado a gerir o ensino. A Inquisição tornara-se um obstáculo à doutrina política do estadista, razão pela qual enfraquece o seu poder ao criar, em 1768, a Real Mesa Censória. Além de proceder à censura dos livros em Portugal, este órgão passou também a ter como funções administrar e dirigir os estudos das escolas menores do reino (Andrade 1982: 628).

¹²³ De acordo com Ponce de León (2018: 28-29), tanto a gramática de Figueiredo como a de Félix Mendes testemunham uma profunda alteração teórica. O caso de Figueiredo é, segundo o mesmo investigador, mais pertinente, pois, além de a reorientação teórica se realizar no sentido de uma aproximação à gramática racionalista do Brocense e à gramática geral dos Mestres de Port-Royal, a obra irá influenciar sobremaneira a gramaticografia latina posterior. O mesmo se verifica com a *Grammatica latina tratada por um metodo novo, claro, e facil. Para uzo daquelas pessoas, que querem aprendela brevemente, e solidamente* (1758), de Verney, que, no entanto, não é referida no Alvará. A este propósito, vide também Ponce de León (2019a).

Destaca-se ainda, enquanto instrumento de poder, a língua; nas palavras de Gonçalves (2001: 21),

o casamento entre a ideologia e a política linguística, apoiado em materiais concretos (manuais recomendados) e no exemplo linguístico por eles fornecido, é a manifestação de uma tendência, simultaneamente simplificadora e democratizadora, de ascensão de certas classes à esfera do poder político e económico, ao consumo literário e cultural em sentido lato.

A norma linguística ganha, neste contexto, especial relevância¹²⁴, pois funciona como instância padronizadora e constitui um meio de controlo por parte do Estado, sobretudo na medida em que é o ensino que contribui para a sua fixação (Verdelho 2012: 244). Exemplo disto é a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770), de António José dos Reis Lobato: em 1770, por Alvará régio, institui-se o ensino da língua portuguesa e determina-se que a gramática oficial para esse fim seja a de Lobato. De facto, a simplificação e clareza do método de ensino, uma das ideias norteadoras da reforma pedagógica do Marquês de Pombal, passava por iniciar a aprendizagem da gramática pela língua materna, antes de passar à latina (Carvalho 1986: 433). Assim, a oficialização do ensino da língua portuguesa cumpria duas principais funções: facilitar a aprendizagem do latim e preparar os cidadãos para a vida pública, conferindo-lhes as competências necessárias para desempenhar qualquer cargo público.

Segue-se, em 1772, a reforma do ensino superior: o estado de profundo abatimento em que se encontravam os estudos universitários levou o Marquês de Pombal a proceder a uma reorganização dos programas educacionais (Carvalho 1978: 142). No mesmo ano é criada a Junta de Providência Literária, órgão incumbido de, face às causas da decadência do ensino superior, redigir e reformar os Estatutos da Universidade. As reformas continuam no reinado de D. Maria I: apesar de se terem tomado atitudes e medidas como “reação às providências do governo de Pombal, pretendendo-se repor

¹²⁴ A questão da norma era, efetivamente, uma temática de relevo para os autores setecentistas, nomeadamente para Verney. Sobre o modo como a normalização linguística é abordada no *Verdadeiro Metodo de Estudar*, vide Gonçalves (2010).

muitas das situações de que antes beneficiavam, material ou ideologicamente, determinadas instituições e pessoas” (Carvalho 1986: 487), a verdade é que as linhas gerais das reformas do ensino se mantiveram.

Como estamos a ver, a gramaticografia acompanha e é profundamente marcada pela conjuntura política, social e cultural do país. Como explica Koerner (2014: 88), as ideias linguísticas não se desenvolvem independentemente das correntes intelectuais do período em que surgem, mas são, muitas vezes, influenciadas pela situação socioeconómica e política – perspectiva a que o autor dá o nome de ‘clima de opinião’ ou ‘princípio da contextualização’. O caso da gramática de Lobato é flagrante, uma vez que, nas palavras de Gonçalves (1997: 44), se verifica “o explícito enquadramento num programa pedagógico-didático oficial (o Alvará do Marquês de Pombal) [...] e numa corrente de pensamento subjacente às influências reivindicadas como coordenadas ideológicas”. De facto, o Alvará de 1759 recomenda, por exemplo, o recurso à *Minerva*, o que transparece na perspectiva linguística subjacente à *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*.

Assim, é o Brocense que continuará a ser a referência no século XVIII português; porém, explica Ponce de León (2006b: 158) que, na maioria dos casos, a influência sanctiana se processa através dos comentadores europeus da *Minerva*, nomeadamente Vossius e Perizonius¹²⁵. Além disso, começa a sentir-se o impacto das obras dos Mestres de Port-Royal (sobretudo do *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue latine* e da *Grammaire Générale et Raisonnée*), como se observa nas *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina* (1721; 1725), de Jerónimo Contador de Argote.

Efetivamente, à medida que o fim do século XVIII se aproxima, o paradigma da gramática francesa sobrepõe-se ao da espanhola. A gramática geral francesa, que se desenvolve no seguimento da *Grammaire Générale et Raisonnée*, atinge o seu apogeu na segunda metade do século XVIII (Schäfer-Priess 2001: 130) e, como tal, o seu impacto na

¹²⁵ A influência que o Brocense continua a exercer no século XVIII não se manifesta apenas em Portugal, mas em vários países europeus, como mostra o trabalho de Brevia-Claramonte (1980).

gramaticografia portuguesa apenas se verifica em gramáticos finisseculares, como Pedro José de Figueiredo ou Pedro José da Fonseca, e em gramáticos oitocentistas (Duarte 2017: 222-223). O galicismo, como, de resto, já era o estrangeirismo, torna-se um importante tópico de reflexão linguística, devido ao visível aumento da importação lexical de origem francesa, variando a sua aceitabilidade de autor para autor¹²⁶.

*A Gramática de la Lengua Castellana, compuesta por la Real Academia Española*¹²⁷ (1771) constitui uma exceção à influência francesa, pois terá sido uma referência no fim do século XVIII português, sobretudo para Fonseca¹²⁸. Apesar de tudo, explica Gonçalves (2011: 436) que a conexão entre a produção gramatical portuguesa e a castelhana se mantém, sobretudo devido ao fundo ideológico comum.

2.2 – A gramaticografia portuguesa

2.2.1 *As Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina* (1721, 1725), de D. Jerónimo Contador de Argote

2.2.1.1 Vida e obra de D. Jerónimo Contador de Argote

Filho do jurista e Desembargador da Casa da Suplicação D. Luís Contador de Argote e de D. Maria Josefa Lobo da Gama Maldonado, D. Jerónimo Contador de Argote nasceu em 1676, em Sintra, e morreu em 1749, na cidade de Lisboa. De acordo com Kemmler (2012a: 81), a família de Argote provirá da nobreza espanhola e terá sido enriquecida por vários elementos de famílias nobres portuguesas. Apesar de ter iniciado os estudos na cidade do Porto, foi em Lisboa, no Colégio de S. Francisco Xavier, que Argote aprendeu latim, com padres jesuítas. Segundo Machado (1747: 493), aos doze anos ingressou na Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos, na Casa da Nossa Senhora da Divina Providência em Lisboa. Além do vasto conhecimento das línguas latina, grega,

¹²⁶ Sobre o galicismo, *vide* Vilela (1981), Gonçalves (2001: 18-20) e Gonçalves (2005).

¹²⁷ Doravante, referir-nos-emos a esta obra como 'GRAE'.

¹²⁸ Segundo Schäfer-Priess (2005: 130) e Moura & Assunção (2012: 97), apesar de Fonseca referir, no Prólogo dos *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), os franceses Du Marsais e Condillac e de não mencionar a GRAE, é esta última a obra que mais influencia o gramático.

francesa e italiana, aprofundou o autor os seus estudos em história sagrada e profana. Neste sentido, foi sócio da Academia Portuguesa do Conde da Ericeira (D. Francisco Xavier de Meneses) e da Academia Real da História Portuguesa (Schäfer-Priess 2019: 24-25). Figura proeminente da primeira geração de ilustrados portugueses, Argote foi nomeado pelo rei D. João V para escrever as Memórias do Arcebispado de Braga, tarefa que, de acordo com Moura (2012: 155), “cumpriu com grande mérito e de que resultou a sua obra de maior vulto, *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Braga, primaz das Hespanhas*, com 4 tomos, publicados entre 1732 e 1747”.

Argote destacou-se enquanto autor polígrafo, tendo publicado várias obras, sobretudo nas áreas da teologia e da história (Silva 1859: 260-261). Relativamente à produção metalinguística, as *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina*, cuja primeira edição data de 1721 e a segunda de 1725, constituem a única obra do autor.

2.2.1.2. Descrição geral das *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina* (1721, 1725)

As *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina* destacam-se por ser a primeira gramática da língua portuguesa publicada no século XVIII, depois de um “longo hiato de produção metagramatical em língua portuguesa” (Kemmler 2014: 289), e a primeira a ter mais do que uma edição em vida do autor. Relativamente ao conteúdo, afirma Kemmler (2012a: 76) que é a primeira gramática da língua portuguesa a integrar noções dos Mestres de Port-Royal e a incluir a ortografia e uma sistematização do sistema variacional do português.

A primeira edição da obra é publicada em 1721, sob o pseudónimo Caetano Maldonado da Gama, ao passo que a segunda, que data de 1725¹²⁹, já ostenta o nome verdadeiro

¹²⁹ No que diz respeito à análise linguística levada a cabo ao longo deste trabalho, baseamo-nos na edição de 1725, por ser a mais completa e, como tal, permitir compreender melhor a perspetiva linguística de Argote. Porém, sempre que necessário ou pertinente, faremos referência à edição de 1721.

do autor¹³⁰, como o próprio Argote refere no Prólogo: “Este [autor], que na primeyra impressão disfarçou o nome, agora o declara” (Argote 1725 [1721]: VI)¹³¹.

Ambas as edições começam, após a apresentação das licenças necessárias, com uma introdução, na qual Argote (1725 [1721]: XVI-XXIV) explica e justifica o método que subjaz à obra, fazendo a apologia e defesa do ensino da língua portuguesa como veículo para aprender latim. O texto é muito semelhante nas duas edições, excetuando-se os parágrafos finais. Na segunda edição, além de fazer referência aos capítulos que acrescentou, Argote (1725 [1721]: XXIII-XXIV) apresenta as fontes em que se baseia de maneira mais breve do que na primeira edição: Bernard Lamy e os Mestres de Port-Royal são as duas únicas fontes referidas em 1725, enquanto na edição de 1721 são referidos, além destes dois nomes, o Padre Velles (reformador da gramática alvaresiana), o Brocense e Vossius (Kemmler 2012a: 91-93).

Tendo em consideração o confronto estabelecido por Kemmler (2014: 292-294), tanto na primeira como na segunda edição, a primeira parte da obra é relativa à morfologia, a segunda à sintaxe simples e a terceira à sintaxe figurada. As divergências apenas são significativas a partir da terceira parte, na qual o autor insere, em 1725, um capítulo sobre as figuras da dicção e outro sobre palavras enclíticas. Toda a quarta parte, dedicada à dialetologia¹³², a questões estilísticas, à análise linguística de uma Carta do Padre António Vieira e à ortografia (que constitui um breve tratado) apenas é acrescentada na segunda edição.

Apesar de estarmos perante uma gramática da língua portuguesa, a matriz da obra é a gramática latina, como o próprio Argote explica no Prólogo: “A Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso a mayor parte das regras, que contém, guardaõ ou total,

¹³⁰ Tendo em conta as informações fornecidas por Machado (1747: 494) e por Silva (1859: 260), percebemos que já na época de publicação da obra não parece ter havido dúvidas quanto à autoria da gramática saída à luz em 1721. Relativamente à origem e ao significado do pseudónimo adotado por Argote, veja-se o estudo de Kemmler (2012a: 76-84).

¹³¹ Uma vez que o Prólogo e a Introdução das *Regras* não se encontram numerados, seguimos a numeração apresentada em Kemmler (2012a: 85).

¹³² Relativamente à abordagem que faz Argote da variação linguística e da dialetologia, vide Guimarães (2012) e Leite (2011: 674-680).

ou parcial harmonia com as Latinas”. De facto, a obra é escrita com o intuito de facilitar o ensino do latim, como, aliás, o próprio título anuncia; tal passaria por ensinar primeiro ao aluno a gramática da língua materna, neste caso, o português, e só depois a da latina, como é explicado na Introdução (Argote 1725 [1721]: XVI-XX). Assim, o ensino da língua portuguesa surge nas *Regras* como subsidiário e não como um fim em si mesmo – não esqueçamos que, à data de publicação da obra, o ensino da língua materna ainda não tinha sido institucionalizado em Portugal. Estamos, então, perante uma orientação eminentemente didática e que se opõe ao método didático vigente, isto é, ao ensino jesuítico (Moura 2012: 157).

Apesar disso, Argote cita o Padre Antonio Velles na primeira edição como uma das suas fontes. Na verdade, ainda que refira, à exceção de Velles, “exclusivamente autores de gramáticas latinas pertencentes à orientação explicativa, ‘filosófica’” (Schäfer-Priess 2019: 27), a obra não pode ser inserida claramente nesta corrente. Argote terá, efetivamente, consultado a *Minerva* e sido influenciado pelo racionalismo sanctiano (Moura 2012: 159). Contudo, repare-se que a análise que faz da regência verbal dos diferentes casos, nomeadamente o facto de não ter em conta uma sequência mínima subjacente, aproxima a perspectiva de Argote (1725 [1721]: 194-233) de abordagens mais normativas, como, por exemplo, a de João de Barros (1540: 18r-18v). De facto, Argote afasta-se da corrente racionalista, na medida em que o recurso à elipse como procedimento sintático explicativo não é tão sistemático como em outros autores racionalistas, como o Brocense, Roboredo ou Lobato. Esta abordagem valeu-lhe críticas por parte de Verney e Lobato: segundo Fávero (1996: 182-183), estes autores consideravam que, por reduzir a importância da elipse, Argote prescrevia demasiadas regras e algumas delas falsas.

A verdade é que a grande influência de Argote parece ter sido não tanto o racionalismo sanctiano, mas o logicismo de Port-Royal, que terá introduzido pela primeira vez na produção gramatical portuguesa (Schäfer-Priess 2001: 133). Note-se que, como refere Ponce de León (2005b: 457), Lancelot e Arnauld, na *Grammaire Générale et Raisonnée*, não rejeitam a existência de verbos neutros, proposta que Argote parece ter seguido.

Além disso, o não reconhecimento do artigo como parte do discurso autónoma¹³³ (Moura & Assunção 2013: 94), a definição de nome (Moura & Assunção 2013: 95) e a maneira de abordar os casos de aposição (Schäfer-Priess 2001: 133) são aspetos que aproximam as ideias de Argote daquelas dos Mestres de Port-Royal. A obra de referência parece ter sido, como a Introdução à edição de 1725 leva a crer, não a *Grammaire Générale et Raisonnée*, mas sobretudo o *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue latine* (1644), de Claude Lancelot (Kemmler 2014: 297).

Deste modo, as diversas influências que terá sofrido a teoria linguística de Argote tornam as *Regras* uma gramática complexa: é preciso ter em conta que engloba aspetos e ideias de diversas correntes, entre elas a normativa, a racionalista e a logicista.

2.2.1.3. As figuras de construção

Após o tratamento da sintaxe regular na segunda parte da obra, Argote aborda a sintaxe figurada na terceira parte, na qual inclui também um capítulo sobre as figuras da dicção¹³⁴ e outro sobre palavras enclíticas.

Face à definição de sintaxe como “boa ordem, e disposição das palavras. [...] estarem as palavras no numero, caso, e no lugar, que lhes pertence” (Argote 1725 [1721]: 184), apresentada no capítulo relativo à sintaxe e as suas castas, Argote estabelece uma divisão entre sintaxe simples e figurada. A primeira é identificada com aquela que ensina as regras de ordenar bem as palavras na ordem natural, enquanto a segunda com a que ensina quando estão bem ordenadas as palavras, ainda que fora da ordem natural. Já no capítulo relativo à sintaxe figurada acrescenta que esta disposição é feita através de

¹³³ Repare-se que o não reconhecimento do artigo como parte do discurso será influência, como afirmam Moura & Assunção (2013: 94), do *Nouvelle Méthode* e não da *Grammaire Générale et Raisonnée*, obra na qual o artigo é, na verdade, considerado uma parte da oração autónoma (Arnauld & Lancelot 1660: 52-58).

¹³⁴ As figuras da dicção são definidas como “o modo particular de dizer, ou escrever algũas palavras contra as regras commuas” (Argote 1725 [1721]: 275). Neste sentido, são paralelas às figuras de construção, na medida em que ambas correspondem a fenómenos que se afastam das regras gramaticais; no primeiro caso, estamos perante o nível da palavra, enquanto no segundo, estamos perante o nível oracional. Este paralelismo poderá justificar a inclusão das figuras da dicção na terceira parte da obra, logo a seguir à sintaxe figurada.

figuras, definidas como “o modo de fallar contra as regras da Syntaxe simples, porém admitido pelo uso” (Argote 1725 [1721]: 241). Deste modo, as figuras não são vistas como desvios da norma, mas antes, segundo Schäfer-Priess (2019: 301), como “variantes neutras das frases com sequência natural de palavras”, isto é, não servem qualquer propósito retórico ou estilístico. Repare-se também na importância que é dada ao uso: é esta variável que serve de referência para aquilo que é aceite como figura, ou seja, as variações que constituem a sintaxe figurada não são consideradas erros porque o uso assim o determina. Por outro lado, o solecismo – o erro que não é tolerado pela norma nem pelo uso – nem sequer é tratado por Argote, talvez por o autor considerar que não terá lugar na gramática.

Ainda que afirme existirem muitas figuras da sintaxe, Argote (1725 [1721]: 242) defende que todas se podem reduzir a cinco: elipse (falta), pleonasma (superfluidade), silepse (pensamento), hipérbato (perturbação) e idiotismo (propriedade). À exceção do idiotismo, característico da perspectiva linguística de Argote, estamos perante o mesmo esquema quadripartido que é defendido na *Minerva* (Sánchez de las Brozas (1995) [1587]: Liv. IV) e na *Grammaire Générale et Raisonnée* (Arnauld & Lancelot 1660: 145-147). As cerca de trinta páginas que compreendem a sintaxe figurada nas *Regras* estão divididas em capítulos, um para cada figura abordada. Estes capítulos não estão, contudo, distribuídos de modo igual: a figura mais desenvolvida é o idiotismo, ao qual se segue a elipse; as restantes três figuras são tratadas de modo consideravelmente mais breve.

A elipse é, então, a primeira figura abordada. Definida como “a falta de alguma palavra na Oração” (Argote 1725 [1721]: 242), é dividida em dois tipos – elipse pura e elipse não pura (ou zeugma). O primeiro tipo corresponde aos casos em que alguma palavra falta totalmente na oração, como acontece, por exemplo, quando há um verbo sem nominativo, um verbo sem acusativo, um adjetivo sem substantivo ou um relativo sem o seu antecedente (Argote 1725 [1721]: 242-248). No que diz respeito ao zeugma, existe algum nome ou verbo na oração que, para esta ficar completa, se deveria repetir, seja com mudança no número, género, pessoa, tempo ou caso ou não. A palavra elidida não

está, então, expressa, pois seria redundante, ainda que faça parte da estrutura básica subjacente (ideia esta que, no entanto, Argote não teoriza).

A elipse parece, de facto, funcionar como um mecanismo sintático, na medida em que, por exemplo, explica a elisão de constituintes essenciais na oração, como o nominativo ou o acusativo. Contudo, não ocupa o lugar de destaque que ocupara com o Brocense e que voltará a ocupar com Lobato, isto é, o seu uso não é tão sistemático como acontece com este gramático, o que provoca diferenças na análise linguística (*vide secção X/infra*). Esta questão estará relacionada com a reorientação na corrente racionalista iniciada pelos Mestres de Port-Royal e seguida por Argote em vários aspetos da sua perspetiva linguística.

Segue-se o pleonasma, definido como “a palavra, que vem demais, e não he necessária na Oração” (Argote 1725 [1721]: 250) e dividido em dois tipos: pleonasma quanto ao sentido e quanto à construção. A frase “S. Francisco antes predisse o successo” (Argote 1725 [1721]: 251) é exemplo de pleonasma quanto ao sentido e quanto à construção, uma vez que sem a palavra “antes” a oração permaneceria completa, tanto ao nível do sentido como da regência.

A silepse é descrita como a palavra que não concorda com outra com a qual devia concordar, mas com a significação ou sentido dela e pode ocorrer no género, no número ou em ambos (Argote 1725 [1721]: 252-253). Neste sentido, atentemos no exemplo “Chegou a multidaõ, entraraõ na cidade”; de acordo com o gramático, o que acontece é que “o Verbo *Entraraõ* não concorda com o seu nominativo *Multidão* no numero, mas com o significado, e sentido, que he *Homões*, e val o mesmo, que *Chegou a multidaõ, entraraõ os homens na Cidade*” (Argote 1725 [1721]: 253-254). Na verdade, a elipse surge aqui ao recurso da silepse: antes de se verificar a ausência de concordância, é preciso recuperar o nominativo elidido na segunda oração. A maneira como este tipo de construções é explicada passa, segundo o próprio Argote (Argote 1725 [1721]: 254), por nos encontrarmos perante um nome coletivo e um caso introduzido pelo uso, ou seja, este tipo de construção não funciona com todos os nomes e verbos. Além da concordância entre nominativo e verbo, outras construções analisadas dizem respeito à concordância entre adjetivo e substantivo e entre relativo e antecedente.

O hipérbato é apresentado como a construção na qual estão “as palavras na Oração fora do lugar natural, e confusas, a saber, estar o Verbo antes do seu nominativo, ou depois do seu caso” (Argote 1725 [1721]: 255). O gramático distingue três tipos de hipérbato: a anástrofe (inversão), o parêntesis (interposição) e a sínquise (confusão). De acordo com Schäfer-Priess (2019: 324), o hipérbato não é entendido como meio retórico ou literário, mas apenas como uma variante neutra, ou seja, não marcada estilisticamente, da ordem natural. Porém, a propósito da sínquise, refere Argote que esta figura se usa no verso e não na prosa. A este respeito, distingue, no capítulo relativo aos dialetos da língua portuguesa, o dialeto prosaico do poético, explicando que diferem na ordem de palavras, pois, no segundo, a ordem natural não é conservada e recorre-se ao hipérbato e à sínquise (Argote 1725 [1721]: 298).

Por último, o idiotismo é definido como “os modos, e termos de fallar da lingua Portugueza, que não tem conveniencia, ou semelhança com a Grammatica Latina, ainda que os taes modos de fallar da lingua Portugueza se achem na Grammatica de outras línguas vulgares, assim como na Castelhana, Italiana, etc.” (Argote 1725 [1721]: 258). Assim, esta figura corresponde às particularidades de uma determinada língua, compreendendo os fenómenos e regras que se afastam da gramática latina. De facto, estas estruturas, ao contemplarem como referência o sistema gramatical do latim, podem ser interpretadas como “*desviadas* a respeito da gramática (que se corresponde, para este autor, com o sistema gramatical do latim) enquanto conjunto de regras *subjacentes*” (Ponce de León 2019c: 111, n.5). Argote expõe diversos tipos de idiotismo, fazendo considerações ao nível morfológico (declinações dos nomes, conjugações verbais), sintático (concordância e regência) e semântico (significação das palavras, expressões tipicamente portuguesas), complementando, em alguns casos, a informação dada nas duas primeiras partes da gramática. O caso do infinitivo é particularmente interessante, por ser abordado um fenómeno tipicamente português: o infinitivo flexionado. Explica Argote que “na lingua Portugueza o Verbo no Infinitivo serve não só de nome, mas tem tempos, numeros, e pessoas, e no Latim o Infinitivo, posto que sirva de nome, com tudo nunca tem artigo, numeros, nem pessoas” (Argote 1725 [1721]: 266). Segundo Ponce de León (2006c: 173), subjaz a esta abordagem, de certa forma, a

codificação do infinitivo flexionado¹³⁵, ainda que o gramático manifeste as suas reservas relativamente ao uso dos idiotismos. A este respeito, repare-se que caracteriza diversas vezes esta figura como gramática “irregular”, “bárbara” ou “embaraçada”, defendendo ainda que não deve ser ensinada aos meninos (Argote 1725 [1721]: 273).

Assim, as figuras de construção, na perspetiva linguística de Argote, correspondem a modos de falar que, apesar de não respeitarem a sintaxe simples, são admitidos pelo uso. Segundo Schäfer-Priess (2019: 302), o autor distingue, então, “por um lado, uma sintaxe 'universal' regular e uma sintaxe 'universal' dos desvios permitidos, por outro lado, 'idiotismos' típicos de cada língua”. Neste sentido, tanto a sintaxe simples como a figurada seriam válidas para o português e para o latim (como o próprio Argote várias vezes explicita, afirmando que “O mesmo he no Latim”), ao passo que as dissemelhanças entre as duas línguas correspondem aos idiotismos.

2.2.2. A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa (1770), de António José dos Reis Lobato

2.2.2.1. Vida e obra de António José dos Reis Lobato

Sabe-se muito pouco sobre a vida de António José dos Reis Lobato. Já Silva (1858: 175) ignorava a naturalidade e as datas de nascimento e de óbito do autor, avançando apenas que falecera no início do século XIX, antes de 1804. Partindo da inexistência de dados sobre a vida de Lobato e das semelhanças encontradas entre a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* e a gramática latina de António Pereira de Figueiredo, Assunção (2000: 92-101) propõe a hipótese de António José dos Reis Lobato ser um pseudónimo de Figueiredo, reconhecendo, contudo, a fragilidade da mesma. Mais recentemente, das investigações de Kemmler (2005) surgiram novos elementos documentais que levaram

¹³⁵ Sobre este assunto, atente-se na análise mais detalhada de Ponce de León (2006c: 172-173): “O que, na verdade, Jerónimo Contador de Argote está a introduzir, para além de oferecer exemplos sobre esta peculiaridade do Português, é o paradigma do infinitivo flexionado no presente, no passado e no futuro; desta forma, trata de resolver o facto de não aparecer um apartado dentro do paradigma verbal dedicado a estas formas. Ciente desta eventual carência, o teatino justifica a ausência deste *idiotismo* no paradigma verbal a partir da identificação com o futuro do conjuntivo, se bem que determine as divergências, nos verbos irregulares, entre as formas de futuro do conjuntivo e as do infinitivo flexionado”.

a descartar a hipótese acima referida: Lobato terá, de facto, existido e sido batizado com o nome António José dos Reis, ao qual terá mais tarde acrescentado a alcunha de Lobato. Formado na Universidade de Coimbra, terá servido no ofício de Escrivão do Judicial e Notas da Cidade de Lamego desde 1755 até 1771. A suposta filiação do autor na Ordem de Cristo, referida por Silva (1858: 175), parece também difícil de sustentar: perante a ausência de referências ou comprovativos da mesma, Kemmler (2005: 445) afirma que poderá ter sido Inocêncio da Silva a criar esta confusão.

Esta questão biográfica não está, contudo, encerrada, uma vez que permanecem mais dúvidas do que certezas relativamente à identidade e à vida do gramático.

No que diz respeito à obra de Lobato, destaca-se a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*. Apesar de a data da primeira edição ter sido polémica durante bastante tempo, o ano de 1770 parece hoje ser consensual (Assunção 2000: 24-27). Esta obra terá tido numerosas edições e reimpressões, muitas delas sem diferenças significativas, sendo difícil distinguir as primeiras das segundas (Schäfer-Priess 2019: 29-31). Além da *Arte*, apenas é conhecida uma outra obra do autor: um pequeno opúsculo intitulado *Elogio ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquez de Pombal, etc. no dia dos seus felices annos* e publicado em 1773.

2.2.2.2. Descrição geral das *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770)

A *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* enquadra-se explicitamente no programa pedagógico levado a cabo pelo Marquês de Pombal. Significa isto que, ao ser a primeira gramática da língua portuguesa a ser declarada manual oficial para as escolas, se converte numa “espécie de *poder* gramatical que vai funcionar como uma forma de poder, uma vez que aparece como um instrumento centralizador do Estado” (Assunção 1998: 105)¹³⁶. O próprio gramático, na Introdução da *Arte*, se refere direta e positivamente ao governo de D. José I e do Marquês de Pombal (Lobato 1770: XIX-XX),

¹³⁶ Defende Assunção (1999: 26-27) que, à semelhança da gramática de Lobato, também a GRAE (1771) nasce imposta pelo poder e que as Introduções de ambas as obras são similares, ao fazerem a apologia do ensino da língua materna.

dedicando ainda a este último a Carta Nuncupatória. É, de facto, na Introdução, enquanto “verdadeira declaração de princípios” (Gonçalves 1997: 44), que Lobato apresenta a sua conceção linguístico-pedagógico, mencionando ainda as fontes a que recorreu¹³⁷.

Nesta parte da gramática, começa por identificar os objetivos que subjazem à redação da obra enquanto gramática da língua materna: “Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros: segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente” (Lobato 1770: VII). Deste modo, o gramático refere, por um lado, a dimensão normativa, ao mencionar o erro como algo que deve ser evitado, e, por outro, a dimensão teórica, relativa ao conhecimento e à consolidação dos fundamentos ou causas da língua.

O ensino da gramática da língua materna, já defendido por autores como Barros, Roboredo e Argote e conhecido das nações cultas europeias, é visto por Lobato como uma necessidade premente, que só agora se vê oficializada. O costume dos antigos romanos confirma isto mesmo: já estes tinham escolas públicas nas quais se ensinava a gramática latina, de forma a conhecerem a sua língua com perfeição e a facilitarem a aprendizagem da língua grega (Lobato 1770: IX). Efetivamente, considera Lobato (1770: X-XI) que “todo aquelle, que della [Grammatica materna] tiver perfeita sciencia, quando passar para o estudo de qualquer lingua estranha, assim como a Latina, levará hum grande adiantamento”. Além disso, os cidadãos que desempenham cargos públicos, ao falarem e escreverem corretamente em língua portuguesa, estão a contribuir para o progresso da nação, o que vai ao encontro dos ideais iluministas (Lobato 1770: XVII).

No entanto, verifica Lobato que os Mestres das escolas de ler não se encontram suficientemente preparados para ensinar a gramática da língua materna, razão pela qual

¹³⁷ Gonçalves (2005: 112), ao analisar o texto preambular setecentista português, defende o seguinte: “Porque à função de apresentação-justificação acrescenta não só a descrição das novidades teóricas subjacentes à obra mas também a revisão do «estado da arte» gramatical em Portugal; e porque fornece um amplo conjunto de notas reveladoras de fontes nacionais e estrangeiras, tidas como autoridades teóricas, a Introdução de Lobato parece cumprir os requisitos do prólogo-ensaio, facto corroborado pela paginação autónoma (p. IX-XXXII).”

os discípulos adquirem erros e vícios. Assim, o gramático defende a instrução dos professores de língua materna (Lobato 1770: XIV-XV).

No que diz respeito à doutrina linguística de Lobato, são referidas no prólogo as fontes que influenciaram o gramático. Além de mencionar diversos autores que escreveram gramáticas da língua materna (Lobato 1770: VIII-IX), Lobato afirma ser seguidor do Brocense, Perizonius, Vossius, Scioppius e Lancelot, por serem gramáticos filosóficos¹³⁸ (Lobato 1770: XLIII). De facto, a perspetiva linguística do autor é fortemente influenciada pelo racionalismo sanctiano, como mostra a classificação do verbo exclusivamente em ativo e passivo (Ponce de León 2006b: 159) e o tratamento da impessoalidade (Ponce de León 2019c: 114-116). No entanto, verifica-se que a abordagem de Lobato não se afasta completamente da gramática normativa; exemplo disso é a conservação do modo verbal (Ponce de León 2006b: 159) e o estabelecimento de nove partes da oração (Moura & Assunção 2013: 94).

Não obstante, critica as gramáticas anteriores à sua por não se basearem suficientemente na corrente racionalista e logicista. Assim, passa a elencar as gramáticas portuguesas publicadas até ao momento, mostrando os defeitos e erros que encerram (Lobato 1770: XXIII-XLI). Relativamente à obra de Oliveira, rejeita a sua caracterização como gramática, por conter “somente huma breve noticia das letras, e seus sons, e huma confusa idéa da declinação dos nomes” (Lobato 1770: XXIII). Sobre a gramática de Barros, afirma que é muito breve e que contém alguns erros grandes (Lobato 1770: XXIV). Relativamente a Roboredo, ainda que apenas refira os defeitos do *Methodo*, cita esta gramática diversas vezes em nota de rodapé ao longo da Introdução, o que permite inferir que Lobato reconhecerá o mérito do autor seiscentista. A gramática de Bento Pereira é tratada de maneira bastante mais extensa do que as restantes (Lobato 1770: XXV-XXXVI), pois, de acordo com o autor, os erros que contém são inúmeros, por ter

¹³⁸ O facto de Lobato considerar entre as suas principais influências gramáticos racionalistas ou logicistas não está apenas relacionado com a abordagem linguística dos mesmos, mas também com a recomendação régia de os seguir, como o próprio Lobato (1770: XLV-XLVII) explicita: “Nas doutrinas segui, além de outros Grammaticos, ao doutissimo SANCHES, não só por serem tratadas filosoficamente com grande louvor dos homens doutos, mas tambem por mandar Sua Majestade Fidelissima nas Instrucções para os Estudos observar a erudita Minerva deste insigne Autor”.

seguido a doutrina alvaresiana. Assim, critica veementemente esta obra, servindo-se da teoria e autoridade do Brocense para “contrarrestar ciertos aspectos de la propuesta de Bento Pereira y, por extensión, de Manuel Álvares” (Duarte 2017: 156). Por fim, ocupa-se das *Regras* de Argote, afirmando que não apresentam tantas imperfeições como as gramáticas anteriores, uma vez que o autor segue as doutrinas do Padre Lamy e dos Mestres de Port-Royal (Lobato 1770: XXXVI-XXXVII). Não significa isto que não tenha defeitos: pelo contrário, Lobato expõe os erros que encontra nesta gramática, a maioria deles fruto de Argote não fazer uso suficiente da figura elipse, o que tem como consequência a elaboração de regras falsas (como os advérbios regerem nominativo ou a existência de nominativo absoluto) (Lobato 1770: XXXVIII-XL).

Assim, considera o gramático que a sua obra vem colmatar uma lacuna na gramaticografia portuguesa. Face ao número reduzido de gramáticas da língua portuguesa e aos defeitos que as mesmas apresentam, Lobato defende que a sua *Arte*, ainda que não isenta de erros, se distingue das anteriores por “serem fundadas as suas regras nas verdadeiras causas da lingua Portuguesa, e nas doutrinas dos Grammaticos mais célebres, que com as luzes da Filosofia examinarão a natureza, e propriedades das palavras” (Lobato 1770: XXIII).

2.2.2.3. As figuras de construção

A Parte II da *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* é dedicada à sintaxe, definida como “a recta composição das partes da oração entre si” (Lobato 1770: 191). Como o próprio Lobato afirma na Introdução, a sintaxe portuguesa e a latina são correspondentes, pelo que, em tudo aquilo em que convêm, trata a primeira à luz da segunda (Lobato 1770: XLV). Desenvolvidas a sintaxe de concordância e a de regência nos livros I e II desta segunda parte, respetivamente, Lobato passa a analisar a sintaxe figurada no livro III.

Antes de iniciar este livro, dedica Lobato uma secção do livro II ao barbarismo e ao solecismo, os “dous vicios, que fazem a oração defectuosa” (Lobato 1770: 230). O primeiro corresponde ao uso vicioso ao nível da palavra, nomeadamente no que diz

respeito à acentuação e à grafia; por seu turno, o solecismo consiste na composição viciosa das partes da oração, ou seja, corresponde ao erro ao nível sintático (Lobato 1770: 230-232). Estes dois tipos de erro distinguem-se da composição figurada, uma vez que, de acordo com o gramático, esta última, ainda que possa parecer viciosa, não o é, pois pode ser reduzida à gramática regular. Feita esta advertência, procede Lobato ao livro III, no qual define sintaxe figurada como “a composição das partes da oração ordenada fóra das regras da Syntaxe simples, conforme o uso, e estylo da lingua” (Lobato 1770: 232).

O gramático considera a existência de sete figuras, dedicando cerca de duas páginas a cada uma: elipse, zeugma, silepse, síntese, enálage, pleonismo e hipérbato. Tendo em conta que o zeugma, a silepse, a síntese e a enálage são considerados diferentes espécies de elipse, estamos perante uma conceção que não se afasta de modo considerável do esquema quadripartido sanctiano. Afirma Assunção (2000: 87, n.157) que aquilo que faz Lobato no que diz respeito às figuras de sintaxe e de dicção é uma síntese do que se encontra na obra *Figuras de syntaxe latina explicadas e ilustradas segundo os principios de Linacro, Sanches, Vossio e Perizonio* (1761), de António Pereira de Figueiredo. Contudo, partindo do confronto das duas obras, discordamos desta posição, pois não nos parece que as semelhanças encontradas sejam suficientes para afirmar que Lobato tenha apenas sintetizado a obra de Figueiredo¹³⁹.

A elipse, a primeira figura abordada por Lobato, é definida como a “figura, de que usamos, quando na oração para a sua perfeita composição falta huma, ou mais palavras” (Lobato 1770: 233). Ocorre quando o verbo não tem nominativo ou acusativo expresso, quando o adjetivo tem o seu substantivo oculto, quando algum nome está em ablativo sem estar expressa a preposição que o rege, entre outros casos (Lobato 1770: 233-234). Repare-se no carácter racionalista da abordagem de Lobato: a existência de verbos quer

¹³⁹ Repare-se, antes de mais, que as figuras consideradas por cada autor são diferentes: enquanto Lobato considera a existência de sete figuras (elipse, zeugma, silepse, síntese, enálage, pleonismo e hipérbato), Figueiredo (1761: 6-8) considera oito (enálage, pleonismo, elipse, zeugma, silepse, hipérbato, helenismo e arcaísmo). Além disso, as definições e os exemplos apresentados por Figueiredo para cada figura não correspondem de maneira significativa aos apresentados por Lobato.

impessoais quer intransitivos é rejeitada, já que a ausência de nominativo ou de acusativo é sempre explicada com recurso à elipse. Neste sentido, construções tipicamente consideradas impessoais são explicadas através da elisão do constituinte em função de sujeito, como acontece, por exemplo, em construções com o verbo “haver” ou com verbos expletivos, como “chover” (Ponce de León 2019c: 115-116).

Acrescenta o autor que esta figura permite evitar “a larga expressão de palavras, que já pelo contínuo uso de fallar se sobentendem, e suppoem sabidas” (Lobato 1770: 234). Apesar de Lobato apenas dedicar cerca de uma página a esta figura (Schäfer-Priess 2001: 136), a sua importância é destacada na Introdução (Lobato 1770: XL) e confirmada ao longo da obra, já que o recurso à elipse enquanto procedimento sintático explicativo é recorrente.

O zeugma, uma das espécies de elipse, usa-se “quando muitas sentenças se referem a alguma palavra, a qual pedirião, se cada huma dellas se puzesse por si só” (Lobato 1770: 234). A palavra que se deveria repetir pode, consoante o contexto, exigir a mudança de algum dos seus acidentes, nomeadamente o número ou o género (Lobato 1770: 235).

A silepse, segunda espécie de elipse, pode ser relativa ao adjetivo ou ao verbo. No primeiro caso, existindo diversos substantivos no singular de diferentes géneros, o adjetivo no plural parece concordar com o substantivo do género mais nobre. O exemplo apresentado por Lobato, “*Paulo, e Maria estão contratados para casarem*”, mostra que, na verdade, há elisão de constituintes, concordando o verbo com o substantivo elidido: “*Paulo, e Maria estes dous sujeitos estão contratados para casarem*” (Lobato 1770: 236-237)¹⁴⁰. Relativamente ao segundo caso, veja-se o exemplo

¹⁴⁰ Repare-se que já a propósito da regra de concordância do substantivo e do adjetivo Lobato (1770: 196-197) refere, em nota de rodapé, este tipo de construções, remetendo para o capítulo relativo à silepse: “Alguns Grammaticos dizem, que concorrendo dous, ou mais substantivos de diverso género, deve concordar o adjectivo no plural em género com o substantivo masculino, por ser o género masculino mais nobre, que o feminino, como v.g. neste exemplo: *João, e Maria são dotados de virtude*, em que dizem, que o adjectivo *dotados* concorda em género com o substantivo *João* masculino, por ser mais nobre, que o substantivo *Maria* feminino; porém fallão assim, por não reflectirem, que nesta, e semelhantes orações faltão palavras, que se sobentendem, pois a sobredita oração quer dizer: *João, e Maria estes dous sujeitos são dotados de virtudes*; onde claramente se vê, que o adjectivo *dotados* só concorda em género, numero e caso com o substantivo *sujeitos*, que se não exprime. Veja-se o que dizemos, quando tratamos da figura Syllepse.”. Esta nota de rodapé de Lobato, como, de resto, acontece com várias outras, mostra como, de

“Eu, e Pedro militámos na India”: apesar de parecer que o verbo concorda com o nominativo *eu*, por a primeira pessoa ser mais nobre que a terceira, está elidido o constituinte *nós ambos*, com o qual o verbo concorda.

A síntese, terceira espécie de elipse, pode ser relativa ao género ou ao número e usa-se quando na oração o adjetivo ou verbo não concorda com o substantivo expreso, mas sim com outro, que está oculto (Lobato 1770: 238-239). Veja-se o exemplo *“Mas já o Planeta, que no Ceo primeiro/ Habita, cinco vezes apressada”*, no qual o adjetivo *“apressada”* parece concordar com o substantivo *planeta*, mas concorda na verdade com o substantivo *“lua”*, que está elidido.

A enálage é o quarto e último tipo de elipse e ocorre *“quando parece que as partes da oração se poem humas por outras, e os seus accidentes huns por outros”* (Lobato 1770: 239). Novamente, defende o gramático que há, na verdade, elisão de constituintes, o que explica a aparente mudança de acidentes; por exemplo, a oração *“Que foi daquelle cantar/ Das gentes tão celebrado”* equivale a *“Que he feito daquelle divertimento, que se chama cantar, das gentes tão celebrado”* (Lobato 1770: 239-240).

Deste modo, a elipse e as suas espécies são fundamentais na concepção linguística de Lobato: funcionam não como uma figura de retórica, mas sim como, repetimos, um procedimento sintático explicativo. Além disso, observa-se um esforço da parte do autor por prescrever o menor número possível de regras, o que acontece não só ao nível da sintaxe simples (pois passa as irregularidades para a sintaxe figurada, como explica Schäfer-Priess [2019: 307]), mas também da figurada, já que, na sequência de gramáticos racionalistas como o Brocense, tenta incluir o maior número possível de construções numa só figura – a elipse. Para esta questão adverte o gramático logo na Introdução, ao explicar que *“para melhor intelligencia de algumas regras em lugar separado lhes fiz humas notas, em que se mostra comprehenderem-se nas mesmas regras outras, que os Grammaticos vulgares acrescentão sem necessidade por não conhecerem as verdadeiras razões da Syntaxe”* (Lobato 1770: XLVI).

facto, a sintaxe figurada pode sempre ser reduzida à sintaxe simples, já que, mesmo em estruturas que parecem desviar-se das regras, estas continuam a ser observadas.

Segue-se o pleonasma, que ocorre quando na oração se acrescenta alguma palavra supérflua, como nos exemplos “*Quando Pedro subia para cima, Paulo descia para baixo*”, “*eu com os olhos o vi*”, “*viver vida*” e “*dormir sono*” (Lobato 1770: 240-241). Lobato acrescenta ainda que, em alguns casos, dá o pleonasma “força, e graça ao discurso, como v.g. quando dizemos: *Eu com estes olhos o vi. Eu com estes ouvidos o ouvi*” (Lobato 1770: 241), ou seja, esta figura pode adquirir uma dimensão estilística ou pragmática. Repare-se que, no capítulo relativo à sintaxe de regência, o autor afirma que todos os verbos ativos regem acusativo, ao que acrescenta em nota de rodapé que o mesmo acontece com os verbos tradicionalmente considerados neutros, como “viver”, “morrer” ou “correr”, mas que normalmente se elide o acusativo por não aumentarem o sentido da oração (Lobato 1770: 212-213). Além de, novamente, reduzir à sintaxe regular uma construção que parece desviada, torna evidente a diferença de estatuto da elipse e do pleonasma: o pleonasma é evitado sempre que não seja relevante para a construção, ao passo que a elipse é um mecanismo recorrente e necessário.

Por último, é abordado o hipérbato, figura que se usa “quando na oração se não guarda a ordem natural das palavras” (Lobato 1770: 242). Compreende quatro espécies diferentes: a anástrofe, que ocorre quando determinadas palavras que deviam estar antes de outras se colocam depois (como acontece com a utilização de pronomes nos tempos compostos dos verbos); a tmese, que consiste na interrupção de alguma palavra composta com outra que a divide e ocorre sempre que há anástrofe; o parêntesis, que ocorre quando se interrompe a oração com outras palavras e se volta a continuar a mesma; a sínquise, que corresponde a uma ordem de palavras muito confusa e que se utiliza sobretudo no verso (Lobato 1770: 242-244). A ordem natural de palavras, de que o hipérbato é a inversão, é referida em nota de rodapé na secção relativa à sintaxe de regência do nominativo, na qual o gramático defende a ordem nominativo, verbo e acusativo (Lobato 1770: 201). Neste sentido, o hipérbato é perspectivado como um desvio a essa ordem, não apresentando qualquer vertente estilística, como explica Schäfer-Priess (2019: 325).

Assim, Lobato vê nas figuras de construção estruturas que apenas aparentemente fogem às regras da sintaxe regular (repare-se na utilização frequente da expressão “parece que”). Efetivamente, todas as construções figuradas podem ser reduzidas à sintaxe simples, o que as distingue de modo bastante claro do solecismo – esse sim, considerado erro ou vício ao nível sintático. As sete figuras abordadas pelo gramático podem, na verdade, ser vistas apenas como três, devido à existência de quatro diferentes espécies de elipse. Esta é, de facto, a figura cujo estatuto mais se destaca: à semelhança da perspetiva linguística do Brocense, que Lobato segue pela maior parte, a elipse surge enquanto mecanismo sintático explicativo.

2.2.3. A *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (Bernardo de Jesus Maria)

2.2.3.1. Vida e obra de Bernardo de Lima e Melo Bacelar

As informações relativas à vida de Bernardo de Lima e Melo Bacelar não são abundantes. Silva (1858: 378) refere que foi franciscano observante, mas que nada sabe relativamente à sua naturalidade, nascimento e óbito; anos mais tarde, o mesmo autor (Silva 1867: 393) aponta como data de nascimento do gramático o ano de 1736. Terá utilizado o nome de “Bernardo de Jesus Maria”, aquele com que ingressara na Ordem, entre 1770 e 1787 (Silva 1867: 393), ano em que, segundo Duarte (2017: 227), terá laicizado o seu nome devido à sua conformidade com o ideário iluminista. Foi prior no Alentejo e terá ido para Paris em 1787 (Schäfer-Priess 2019: 38), de onde enviara para D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) uma cópia que levava a cabo da *Chronica de Idacio* (Silva 1867: 393). A amizade e correspondência com Cenáculo, erudito colega da Ordem, terá decorrido ao longo de pelo menos vinte anos e terá ajudado Bacelar bibliograficamente (Torres 1996: 5).

No que diz respeito à obra, publicou Bacelar em 1783 a *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza* e o *Diccionario da Lingua portugueza* (Silva 1858: 378). Silva (1858: 378) critica este *Diccionario*, caracterizando-o como “escuro” e “ridículo”, e refere que não terá sido bem recebido aquando da sua publicação, o que

terá levado a que fosse retirado de circulação. Não obstante, defende Torres (1996: 25-35) que a obra não merece o desprezo de que foi alvo, pois, devido ao esforço do autor no sentido de reunir num só volume o maior número possível de termos, constitui um “repositório lexicalmente riquíssimo” (Torres 1996: 35). Em 1784, Bacelar publica ainda a *Arte e Diccionario do Commercio e Economia Portuguesa* (Silva 1858: 379). Além destas três, Silva (1867: 393) refere que Bacelar terá escrito outras seis obras, cuja temática não é metalinguística e das quais não existem mais informações ou exemplares.

2.2.3.2. Descrição geral da *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portuguesa* (1783)

A *Grammatica Philosophica* de Bacelar não parece ter tido uma receção nem influência muito significativas após a sua publicação, de acordo com Schäfer-Priess (2019: 39; 334). Mais recentemente, a atenção que lhe tem sido concedida limita-se, de um modo geral, aos estudos de Torres (1996; 2003), Schäfer-Priess (2019) e Melo (2020a). Não obstante, Torres (1996: 3) destaca a importância desta obra para a produção gramatical portuguesa, caracterizando Bacelar como “um português de Setecentos que pioneiramente escreveu uma gramática vernácula declaradamente integrada desde o próprio título [...] no movimento oriundo, em parte notável, de um Port-Royal racionalizante e beneficiário das experiências gramaticais anteriores de Escalígero, Sánchez de las Brozas, Schopp e Vossius”.

De facto, por recorrer ao adjetivo “filosófica” para caracterizar a gramática desde o próprio título, algo que não acontecera ainda na gramaticografia portuguesa (Schäfer-Priess 2019: 141), Bacelar está já a anunciar a originalidade da sua obra. “Gramática filosófica” é definida como “hum’a colecção de Leis, com que arrazoadamente fabricamos, e dispomos os sons, que communicão aos outros os nossos conceitos” (Bacelar 1783: 6-7), o que mostra a importância da comunicação na perspetiva linguística do autor. De facto, a língua é vista como um “instrumento comunicativo e de expressão mental” (Torres 1996: 24), aperfeiçoado pelos homens ao longo dos tempos com o objetivo de facilitar a comunicação (Bacelar 1783: 7-8). Neste sentido, também

será este o fim da gramática filosófica: comunicar com precisão e clareza, evitando “as equivocações nos contratos, mil demandas, e absurdos na República” (Bacelar 1783: 3). Explica o autor que isto não se alcança com as gramáticas existentes até ao momento, mas sim com a gramática filosófica, de que a sua, ao apresentar “um novo método, e reflexões novíssimas, e importantíssimas” (Bacelar 1783: 4), seria exemplo.

Descreve Torres (1996: 18) a obra de Bacelar como “a primeira gramática cujas inovações metodológicas não entram a conta-gotas, sobretudo quanto ao esforço incomum de concisão e à reformulação expositiva”¹⁴¹. A gramática é, de facto, breve, apenas sendo constituída por cento e doze páginas, e a estrutura destaca-se pela originalidade. Ao contrário da tradicional divisão quadripartida da gramática, Bacelar opta por dividir a sua obra em três partes: a primeira é dedicada ao agente ou nominativo, a segunda à ação ou verbo e a terceira ao paciente ou caso, uma vez que, segundo o autor (Bacelar 18783: 13), são estes três os constituintes através dos quais todas as nações se comunicam. Tendo em conta esta divisão da obra, repare-se que há uma articulação entre as diferentes áreas da gramática, pois a prosódia, a morfologia e a sintaxe são tratadas enquanto domínios interdependentes (Torres 1996: 18).

Estas três partes da gramática correspondem aos três constituintes que compõem a oração, ou seja, são o nominativo, o verbo e o caso que constituem a proposição (Bacelar 1783: 13). Estamos também perante uma tentativa de distinguir três partes da oração de acordo com as suas funções na frase, tentativa esta que, contudo, terá resultado numa exposição incoerente, visto que, de acordo com Schäfer-Priess (2019: 180), o autor “descure, por completo, as diferenças entre a parte da oração, a parte da frase e o caso”. Além destes três elementos, considera Bacelar a existência de adjuntos ou sincategoremas, categoria na qual inclui o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio, a conjunção e a interjeição, ou seja, palavras que, não sendo essenciais à oração, contribuem para explicar algumas circunstâncias da mesma (Bacelar 1783: 14). Defende Torres (1996: 11) que esta distinção entre categorias principais e secundárias

¹⁴¹ Torres (2003: 394-395) apresenta uma síntese daquele que considera ser o contributo concetual da obra de Bacelar enquanto exemplo de uma gramática filosófica.

nas partes da oração não é nova e que, se acrescentarmos ao nome e ao verbo os seis adjuntos, obtemos as tradicionais oito partes da oração.

Efetivamente, apesar de estarmos perante uma gramática filosófica, a obra de Bacelar sofre diversas influências. Como notou Schäfer-Priess (2019: 38-39), o autor não faz referência aos gramáticos que se inserem na corrente filosófica; pelo contrário, são mencionados no prólogo gramáticos portugueses de diversas orientações teóricas: João de Barros, Fernão de Oliveira, Duarte Nunes de Leão, Amaro de Roboredo, João de Morais Madureira Feijó e Jerónimo Contador de Argote (Bacelar 1783: 12-13). Estamos, então, perante uma gramática “híbrida”, como explica Gonçalves (1997: 46-47):

Apesar de ainda recorrer aos casos latinos, à semelhança da *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660), de Port-Royal, e de certos “idéologues” da gramática francesa, para explicar a flexão nominal e as “declinações” dos artigos e dos pronomes, o relevo conferido à função comunicativa da língua, bem como a análise da frase enquanto unidade significativa, em lugar da tradicional divisão em partes do discurso, e, por outro lado, a aplicação do método expositivo, evoluindo do complexo para o simples (Torres 1994: 459-466), são suficientes para concluirmos das mudanças conceptuais introduzidas por este texto na história da gramática portuguesa.

Efetivamente, a influência da tradição normativa é visível, segundo Duarte (2017: 230), em aspetos como “la escasa atención a la sintaxis y una exposición al respecto centrada en el concepto de caso”. Por outro lado, a influência de gramáticos racionalistas e logicistas, como o Brocense, os Mestres de Port-Royal, Condillac ou Du Marsais, reflete-se, por exemplo, na definição de gramática e na importância conferida à comunicação (Torres 1996: 8-12). Assim, a *Grammatica Philosophica* de Bacelar surge como uma obra de transição, uma vez que, como explica Schäfer-Priess (2001: 138-139), sofre já a influência dos gramáticos enciclopedistas e sensualistas que, em Portugal, apenas irão exercer uma influência considerável a partir do final do século XVIII.

2.2.3.3. As figuras de construção

Bacelar não dedica nenhum capítulo ou secção da gramática às figuras de construção. Ainda assim, faz referência às mesmas no último parágrafo da obra (incluído na terceira parte, intitulada “*Da Grammatica Philosophica, ou do Accionado, Paciente, ou Caso da Acção*”): “Porque ajuntamos a Grammatica Simples com a *Grammatica Figurada*, reduzindo neste cap. e nos sobreditos à verdadeira Grammatica os barbarismos, solecismos, idiotismos, e as figuras Pleonasmo, Hyperbaton, Ellipse com as suas subalternas, não dizemos mais da Grammatica Philosophica.” (Bacelar 1783: 112).

Apesar de não haver um tratamento mais aprofundado da sintaxe figurada, que será sintomático da importância que a mesma tem para o autor, tanto este parágrafo como outras passagens da gramática nos permitem tecer algumas considerações sobre o tema. Repare-se que Bacelar sugere que existe uma interligação entre a gramática simples e a figurada, ao afirmar, no parágrafo transcrito, que a segunda pode ser reduzida à primeira, vista como a “verdadeira Grammatica”. É, de facto, esta última que parece interessar ao autor, razão pela qual não se dedicará à análise dos desvios da mesma, ou seja, à gramática figurada. Além disso, Bacelar parece incluir nesta última os barbarismos, os solecismos, os idiotismos e as figuras, sem, no entanto, explicar o que entende por cada um. As poucas informações que constam da obra de Bacelar não nos permitem afirmar que, à semelhança do que acontece na tradição gramatical, identifique os barbarismos e solecismos com o erro nem que os oponha às figuras. De facto, ao longo da gramática, apenas é feita uma referência – muito breve – ao barbarismo (Bacelar 1783: 106), uma outra ao idiotismo (Bacelar 1783: 51, n.f) e algumas às figuras, como veremos de seguida.

No que diz respeito, primeiramente, ao idiotismo, refere Bacelar (1783: 51) que, quando estamos perante um “*nominativo indeclinavel posterior* aos verbos ter, haver, e estar, v.g. eu e Pedro temos *visto*: havemos *visto*; estamos *lendo*: as senhoras tem *lido*”, ocorre “idiotismo ampliativo”. O gramático parece referir-se aos tempos compostos enquanto particularidades do português, ou seja, em comparação com o latim¹⁴², estamos perante

¹⁴² O latim e o seu sistema gramatical parecem ser, de facto, a referência para Bacelar. A este respeito, veja-se um outro caso referido aquando da concordância do nominativo com o verbo: “*Toda a Acção, ou Verbo no infinito tem antes de si accusativo*; porque este lhe serve d’agente, sem o qual não pode existir na oração.

formas compostas e não sintéticas, o que explicará a designação de “ampliativo”¹⁴³. Além disso, o idiotismo poderá surgir pela imobilização do participio em masculino do singular e consequência falta de concordância, ao contrário do que acontece no latim, língua na qual os participios e gerundivos, nas conjugações perifrásticas, fazem a concordância com o sujeito.

Relativamente às figuras, vimos que Bacelar refere, no parágrafo final da obra, o pleonasma, o hipérbato e a elipse. O pleonasma não é mencionado nenhuma outra vez ao longo da obra. O hipérbato, por outro lado, é diretamente referido em dois outros momentos da gramática. O primeiro ocorre aquando da definição do agente ou nominativo: defende Bacelar (1783: 15-16) que qualquer oração apresenta um nominativo claro ou subentendido que se coloca no princípio da oração ou antes do verbo; em nota de rodapé, acrescenta que “os poetas &c. fazem o contrario pela figura hyperbaton”. Repare-se que associa o uso desta figura ao discurso poético, o que confirma que não será visto como *verdadeira gramática*. O segundo momento surge no capítulo relativo à concordância entre os adjuntos e o nominativo: Bacelar (1783: 46-47) explica que tal concordância ocorre quando os adjuntos que acompanham o nominativo estão no género, número, caso e lugar correto; quando há inversão relativa ao lugar, defende Bacelar que há hipérbato.

A esta figura não é dedicada mais atenção por parte do gramático. Contudo, é ainda possível afirmar que Bacelar, mesmo não o referindo explicitamente, defende a “naturalidade da ordem directa, senão mesmo universalidade, que consiste em dar às palavras posições fixas, decorrentes da natureza analítica da língua portuguesa e sintonizadas com a análise lógica” (Gonçalves 2006: 14). Esta posição está, como notou também Gonçalves (2006: 12), em consonância com o paradigma científico da época, na

Exemplo. *Dizem que Pedro escreve bem*. Onde Pedro he acusativo, e ao mesmo tempo he o agente do verbo *escreve*, que está no infinito, para onde o levou a oração: *dizem*.” (Bacelar 1783: 100). Neste exemplo, há uma clara transposição do modelo da gramática latina para a portuguesa, uma vez que, em português, ao contrário do que acontece no latim, o verbo não se encontra no infinitivo, mas sim conjugado no indicativo.

¹⁴³ O termo “idiotismo ampliativo” não parece ser utilizado por nenhum outro autor além de Bacelar. Deixamos apenas esta nota relativamente ao tema, conscientes de que o mesmo beneficiaria de um estudo metalinguístico mais aprofundado.

medida em que a ordem natural das palavras na frase contribui para a precisão e clareza da linguagem.

No que diz respeito à elipse, ainda que o nome desta figura apenas seja referido no parágrafo final, diversos são os momentos em que Bacelar aborda construções com constituintes subentendidos. Veja-se o caso do nominativo: segundo Bacelar (1783: 99), *“não ha Acção, ou Verbo na oração sem nominativo claro, ou escondido (a); porque não pode haver acção sem agente que a produza”*. Neste sentido, explica construções que parecem não ter nominativo, como “chove”, “há homens que correm” ou “eu e Pedro escrevemos”, pela elisão de constituintes, ou seja, a primeira oração corresponderia a “o céu lança chuva”, a segunda a “há número de homens que correm” e a terceira a “eu e Pedro nós ambos escrevemos” (Bacelar 1783: 99-100). Assim, o que Bacelar está a defender é a inexistência do traço de impessoalidade no verbo, mostrando que a ausência da sequência em função de sujeito é sempre explicada pela elisão de algum constituinte (Ponce de León 2019c: 115-118).

Do mesmo modo, o gramático afirma que não existe oração sem acionado: por exemplo, a oração “chove” pode ser reduzida a “o céu chove chuva” e a oração “necessita de dinheiro” a “tem necessidade de dinheiro”. Os exemplos apresentados mostram, então, como a regra prescrita continua a ser observada apesar de parecer haver um desvio, isto é, Bacelar recorre ao mecanismo sintático da elipse para explicar realizações oracionais com base nas regras gramaticais, como explica Ponce de León (2019c: 115).

Além destas referências à elipse, Bacelar menciona ainda duas vezes a silepse; à semelhança do que acontece com as restantes figuras, o gramático não explica o que entende por silepse nem a aborda de modo considerável. Todavia, tanto os comentários que tece a respeito da mesma como a alusão, no parágrafo final, à existência de diversos tipos de elipse (“Ellipse com as suas subalternas”) nos permitem identificar a silepse com uma espécie da primeira.

A primeira referência à silepse ocorre aquando da explicação da concordância do artigo e do adjetivo com o nominativo. Explica Bacelar que, no exemplo *“feliz pai, e mãe, igualmente ditosos”*, o adjetivo “ditosos” concorda não com “pai e mãe”, mas com a

palavra “indivíduos”, que se encontra subentendida pela figura silepse (Bacelar 1783: 48). O gramático não explicita o que distingue a silepse da elipse; este exemplo permite-nos avançar a possibilidade de a silepse, além de envolver elisão de constituintes, estar relacionada com uma aparente ausência de concordância, possibilidade essa que, contudo, a segunda referência à silepse já não confirma. Esta segunda menção surge a propósito da forma verbal “hei de amar”: explica Bacelar que ocorre uma silepse, uma vez que esta forma é abreviada da expressão “actualmente *hei* ou tenho obrigação *d’amar* em certo tempo futuro” (Bacelar 1783: 56, n.h).

Como vemos, a atenção concedida às figuras de construção é diminuta. Ainda assim, repare-se que, em consonância com a corrente racionalista e filosófica, a elipse é de extrema importância na conceção linguística do autor, funcionando como mecanismo para explicar a estrutura sintática, o que se manifesta, a título de exemplo, na rejeição da existência de verbos impessoais e intransitivos. De modo semelhante, recorre também Bacelar a outras figuras para, como vimos, explicar determinadas construções que poderão parecer desviantes: na maioria dos casos, recorre às notas de rodapé para reduzir essas construções à sintaxe regular, mostrando que não se afastam da regra que prescreveu. A Bacelar parecem interessar, então, as regras gerais e não os casos particulares, o que poderá justificar a inexistência de um capítulo dedicado às figuras, referidas apenas de modo esporádico e breve. Efetivamente, o gramático não apresenta sequer definições para as figuras, referindo simplesmente o seu nome¹⁴⁴.

Não nos esqueçamos de que, para Bacelar, a língua é vista como um instrumento comunicativo. Neste sentido, a transformação que resulta da aplicação de uma figura terá como objetivo tornar a comunicação mais clara e precisa; veja-se o caso da elipse e da silepse – os constituintes elididos não são necessários à comunicação, pois são facilmente subentendidos pelo recetor da mensagem. O caso do hipérbato pode parecer contraditório, mas repare-se que o propósito dos poetas, aqueles que, de um modo

¹⁴⁴ A ausência de definições das figuras referidas poderá também significar que o seu uso era conhecido e largamente difundido. De facto, as três figuras mencionadas por Bacelar podem também ser encontradas nas obras da grande maioria dos gramáticos anteriores e contemporâneos de Bacelar, sem diferenças significativas no que diz respeito à sua abordagem.

geral, recorrem a esta figura, não é uma comunicação inequívoca, sendo a confusão aceitável e até desejável.

2.2.4. O *Breve compendio da gramatica portugueza* (1786), de Francisca de Chantal Álvares

2.2.4.1. Vida e obra de Francisca de Chantal Álvares

A autoria do *Breve Compendio da grammatica portugueza* permaneceu desconhecida durante bastante tempo. Na página de rosto da obra, apenas é indicado que fora composta por uma religiosa do Mosteiro da Visitação de Lisboa, para o qual se destinava o uso da gramática; já no fim do prefácio, a autora assina com as iniciais “F. C.”. Como explicam Kemmler, Assunção & Fernandes (2010), apenas recentemente, devido às investigações de Santos (2002), foi possível atribuir tais iniciais e a autoria da gramática à Irmã Francisca de Chantal Álvares, cujo nome de batismo era Ana Inácia do Coração de Jesus. Filha do mercador Francisco Alves Chamorro e da sua mulher Joana Maria, a autora nasceu em 1742, em Vila Nova de Gaia, ignorando-se a data de óbito (Schäfer-Priess 2019: 40).

Francisca de Chantal Álvares era irmã do Padre Manuel Álvares (1739-1777), que lhe ensinara francês, italiano e latim, e foi espiritualmente dirigida pelo oratoriano e intelectual Teodoro de Almeida (1722-1804) (Santos 2002: 446). Os conhecimentos linguísticos da autora advirão, assim, da convivência com estas duas figuras de renome na elite cultural da época.

Segundo Santos (2002: 461), Chantal Álvares foi uma das primeiras noviças do Mosteiro da Visitação de Lisboa. Foi também mestre das meninas do mesmo Mosteiro e, de acordo com Schäfer-Priess (2019: 40), terá sido eleita madre superiora por volta de 1800.

Quanto à obra da autora, apenas se tem conhecimento do *Breve Compendio da grammatica portugueza*. É referido por Silva (1858: 93), mas de modo muito breve, sem qualquer comentário ou referência à autoria, que desconhecia.

2.2.4.2. Descrição geral do *Breve compendio da gramatica portugueza* (1786)

Durante bastante tempo, o *Breve Compendio da grammatica portugueza* permaneceu uma obra muito pouco conhecida e muito pouco estudada, devido sobretudo, de acordo com Kemmler, Assunção & Fernandes (2010: 374), à raridade dos exemplares. Recentemente, tem-lhe sido concedida mais alguma atenção, como mostram os estudos de Kemmler, Assunção & Fernandes (2010), Loureiro (2012) e Melo (2020b), mas que é ainda insuficiente. Apesar disso, estamos perante uma gramática de extrema relevância na historiografia linguística portuguesa: é a primeira gramática redigida para o ensino feminino e a primeira a ser escrita por uma mulher (Kemmler, Assunção & Fernandes 2010: 378). É, de facto, neste aspeto que reside a importância da obra, sobretudo se tivermos em conta que, no que diz respeito ao conteúdo e à perspetiva linguística, não é muito inovadora. Como o próprio título anuncia pela denominação de “Breve Compêndio”, a autora não só recorre a uma abordagem sintética, como também prescinde de inovações teóricas ou metodológicas (Melo 2020b: 128).

A gramática foi elaborada não para um contexto educativo geral, mas sim dentro de um “contexto bem definido, tendo sido utilizada como manual de ensino linguístico da língua materna de que usufruíam as alunas porcionistas das religiosas do Mosteiro de Santa Maria da Visitação de Lisboa” (Kemmler, Assunção & Fernandes 2010). Sabe-se, no entanto, que a obra esteve disponível para o público geral e não apenas para as religiosas do Mosteiro (Melo 2020b: 126). Não obstante, a obra não terá tido repercussão na gramaticografia posterior, como referem Schäfer-Priess (2019: 41) e Melo (2020b: 134).

O *Breve Compendio* insere-se, então, num programa pedagógico específico, estabelecido pela Ordem e cujo “primeiro estágio de aprendizagem tinha como objectivo ler, escrever, contar «e a Religião». Depois, a «Gramatica Portugueza» que antecedia a francesa, a italiana, a latina e a inglesa” (Santos 2002: 467). Significa isto que o objetivo não era fornecer às meninas conhecimentos linguísticos aprofundados que lhes permitissem continuar os estudos de gramática, mas sim proporcionar-lhes uma

formação geral, que passava pela aprendizagem dos princípios básicos de gramática. Repare-se na importância conferida ao ensino da gramática da língua materna, tal como prescrito pelo Alvará régio de 1770. Chantal Álvares destaca esta mesma questão no prefácio à obra, explicando que [paratexto no qual são apresentados os princípios e objetivos que norteiam a obra e dividido em dois momentos: um primeiro em que a autora se dirige às educadoras e um segundo em que se dirige às educandas. Efetivamente, explica a autora que] o ensino de qualquer língua estrangeira se torna mais fácil depois de sabida a gramática da língua materna: “Para facilitar a intelligencia na Lingua Franceza, que quereis ensinar por principios, e na Italiana, e na Latina, mostra a experiencia que o methodo mais facil e suave, e util, he começar pela Gramatica da Lingua materna” (Álvares 1786: Aiiiv). Além disso, um sólido conhecimento da língua materna permitirá às meninas falarem e escreverem corretamente a sua língua, o que significa que, como afirmam Kemmler, Assunção & Fernandes (2010: 380), a gramática não serve unicamente como veículo para o ensino do latim.

O programa pedagógico no qual o ensino da gramática se inseria tinha como objetivo a formação de boas mães de família, como explica a autora na primeira parte do prefácio: “Da vossa [Das Religiozas encarregadas da educação das Meninas] boa educação resulta que a Republica tem admiraveis Mães de famílias; e daqui vem a principal perfeição dos Cidadãos e o Bem do Estado” (Álvares 1786: Aiiir). Deste modo, o fim da educação das meninas residia no bem comum, ou seja, na utilidade para o Estado, de acordo com o princípio iluminista segundo o qual é através da educação que se alcança o progresso do país. Além disso, estamos perante um programa pedagógico assente na religião: segundo a autora, as meninas deveriam semear os princípios de uma felicidade que as satisfizesse não só neste mundo, mas também no outro, e cultivar as máximas da Cristandade, evitando a ociosidade, a ignorância e a má cultura (Chantal Álvares 1786: Aiiir). Significa isto que as educadoras pretendiam conciliar o ensino espiritual com o secular. Neste sentido, repare-se que, como refere Melo (2020b: 131), “a autora quase sempre utiliza exemplos de frases com temática bíblica (*David matou o Gigante; Moisés desce do monte*, p. 36), o que é pertinente à sua condição de religiosa e aos seus propósitos de oferecer uma formação espiritual para além da gramatical”.

Este tipo de programa pedagógico estava já a ser implementado em Mosteiros da Ordem de outros países, como a França, a Alemanha, a Itália ou a Espanha. O sucesso que estaria a ter nos mesmos leva a autora a acreditar que também em Portugal poderia apresentar bons resultados (Álvares 1786: Aiiir).

No que diz respeito ao conteúdo linguístico, a autora não faz referência às suas fontes; no fim da primeira parte do prefácio, apenas refere que compilou um breve resumo a partir dos bons gramáticos (Álvares 1786: Aiiiv). Novamente, veja-se que o objetivo não é aprofundar a matéria linguística, razão pela qual não mencionará as suas fontes nem apresentará a sua doutrina linguística de maneira explícita. Loureiro (2012) destaca, ao longo do seu estudo, as semelhanças entre a gramática de Chantal Álvares e a de Lobato, como a divisão da gramática em quatro partes, o estabelecimento e definição das nove partes da oração e a definição de diversos conceitos (como “gramática” ou “nome”) e conclui que muitas vezes Chantal Álvares sintetiza passagens textuais de Lobato. Todavia, estas semelhanças não nos parecem ser conclusivas, sobretudo tendo em conta que as duas primeiras semelhanças referidas são bastante comuns na gramaticografia anterior. Apesar de a importância e acessibilidade da *Arte* de Lobato levarem a crer que Chantal Álvares tenha, de facto, consultado a obra, o confronto que fizemos entre as duas gramáticas, ainda que não exaustivo, não nos permite afirmar que a identidade entre as mesmas seja evidente, ao contrário do que a investigadora acima referida defende.

Repare-se também, a este propósito, que a perspetiva linguística presente no *Breve Compendio* não se insere claramente na corrente racionalista, o que a afasta da perspetiva de Lobato. Além da abordagem da sintaxe figurada, que, como veremos de seguida, se afasta do racionalismo, também a sintaxe simples prova isto mesmo. Por exemplo, depreende-se das regras enumeradas que a autora não tem em conta o esquema básico subjacente, admitindo construções nas quais o verbo rege outros casos que não acusativo (Álvares 1786: 35-36).

2.2.4.3. As figuras de construção

O capítulo II do *Breve Compendio* é dedicado à sintaxe, definida como a arte que ensina a boa organização das nove partes da oração (Álvares 1786: 34). Depois de apresentar as “regras mais ordinárias” na primeira secção do capítulo, segue-se a abordagem das figuras na segunda; neste sentido, as figuras de construção são vistas como uma subdivisão da sintaxe. Chantal Álvares define figuras da sintaxe como “algumas irregularidades introduzidas pelos bons escritores, para elegancia de lingoagem, a que costumaõ dar varios nomes Gregos” (Álvares 1786: 38). Deste modo, surgem como desvios relativamente à sintaxe simples deliberadamente introduzidos pelos bons autores com o objetivo de tornar determinada construção mais elegante, ou seja, a sintaxe figurada encontra-se diretamente relacionada com o nível estilístico. São abordadas cinco figuras, a elipse, a silepse, a síntese, o pleonismo e o hipérbato, e a cada uma é dedicada menos de uma página.

A elipse é a primeira figura abordada e consiste na supressão de alguma palavra, o que ocorre, segundo a autora, com bastante frequência (Álvares 1786: 38). Os exemplos apresentados mostram que esta figura pode ocorrer com diversos constituintes, como o nominativo ou o verbo, podendo ainda, no caso de um constituinte elidido ser recuperado contextualmente, verificar-se ou não mudança de acidentes. Além disso, explica Chantal Álvares (1786: 39) que, em determinados casos, se elidem palavras para evitar repetições enfadonhas, isto é, subjaz a esta visão uma preocupação retórica e estilística.

A silepse é uma figura que ocorre ao nível da concordância. Explica a autora que, quando um adjetivo diz respeito a dois substantivos de géneros diferentes, deve concordar com o de género masculino, por ser mais nobre do que o feminino, como no exemplo “*Francisco e Felisbela estão apostados a estudar*” (Álvares 1786: 39). De igual modo, quando um verbo é relativo a duas pessoas diferentes, deve concordar com a mais nobre, ou seja, com a primeira, que é mais nobre que a segunda, e com a segunda, mais nobre que a terceira (Álvares 1786: 39-40).

Relativamente à síntese, explica Chantal Álvares (1786: 40) que, “quando o nome Substantivo significa colleção de muitas coisas, póde o Verbo ir ao Plural: como se disser *No exercito parte fugiraõ, parte peleijaraõ valerosamente*”. Assim, o nome “parte”, no singular, pode concordar com o verbo no plural porque o primeiro, no que diz respeito ao sentido, se refere a um grupo de pessoas.

O pleonasma ocorre quando em determinada construção se encontram palavras que “se faltassem não se perdia nada no sentido da Oração, como se dissesse: *vi com os olhos, ouvi com os ouvidos*, etc.” (Álvares 1786: 40). Efetivamente, se as expressões “com os olhos” e “com os ouvidos” fossem retiradas das respectivas orações, semanticamente as construções continuavam a estar corretas. Novamente, é a questão retórica e pragmática que se destaca na perspetiva linguística da autora, que acrescenta que diversas vezes se recorre ao pleonasma para dar maior beleza e força de expressão à oração. É o que acontece no exemplo “*he taõ certo, que eu mesmo o vi, e com estes meus olhos o vi*”, cuja adição de palavras semanticamente redundantes faz com que “a alma atenda mais tempo ao que se diz de *ter visto*” (Álvares 1786: 41), ou seja, a informação está a ser focalizada.

O hipérbato é definido como a “irregularidade na ordem natural das palavras, a que se chama colocação” (Álvares 1786: 41). A autora acrescenta que por vezes esta inversão da ordem natural dá graça à oração, como no exemplo “*Esta estrada tenho andado muitas vezes*” (Álvares 1786: 42). Inversamente, adverte que se deve evitar o recurso ao hipérbato se dele resultar confusão, sendo também fundamental atender ao uso (Álvares 1786: 42). São ainda apresentados outros casos de hipérbato, por exemplo, a inserção de uma palavra no meio de outra (como em “*Dar-te hei hum livro*”, em vez de “*Te darei hum livro*”) ou de palavras no meio de outra oração (parêntesis) (Álvares 1786: 42).

Terminada a descrição do hipérbato, afirma a autora que “outras figuras ha que chamaõ *Sinalefa, Sincope*, etc. / Consistem em que para maior suavidade da pronuncia, suprimimos algumas letras ou sillabas” (Álvares 1786: 42). Este comentário e a exposição que se segue durante cerca de página e meia ocorrem imediatamente a seguir à análise da sintaxe figurada, ou seja, não há qualquer divisão entre o parágrafo anterior

e os seguintes. Não obstante, percebemos que já não estamos perante a abordagem das figuras de construção, mas sim das figuras da dicção, algo de que também a autora parece estar consciente ao marcar o início de uma secção ou tema diferente com a expressão “outras figuras ha”. Repare-se que o título do subcapítulo em estudo é apenas “Das figuras” e não, por exemplo, “sintaxe irregular”, “sintaxe figurada” ou “figuras da sintaxe”, ainda que a explicação inicial refira diretamente que estamos perante “figuras na sintaxe” (Álvares 1786: 38). Talvez esta parte do capítulo possa ser vista como um aparte ou um parêntesis: além das cinco figuras que Chantal Álvares apresenta, existem outras, que poderão ser abordadas na mesma secção que as primeiras por constituírem também irregularidades face às regras gramaticais. A autora passa, então, a abordar figuras como a sinalefa e a síncope, descrevendo e exemplificando a supressão de vogais finais e de letras no início, meio ou fim da palavra (Álvares 1786: 43-44). Por outro lado, no capítulo III, relativo à sílaba e ao acento, não trata este tipo de irregularidades ou vícios, apenas abordando as sílabas longas e breves e os tipos de versos (Álvares 1786: 45-48).

Assim, apesar de o capítulo em análise ser breve e pouco desenvolvido, podemos concluir que a abordagem das figuras de construção levada a cabo por Chantal Álvares se destaca pela preocupação retórica e estilística, como refere Melo (2020b: 132). Efetivamente, as irregularidades introduzidas na oração têm como objetivo contribuir para a sua elegância e expressividade; mesmo no que diz respeito à sinalefa e à síncope, a autora explica que a sua utilização tem como fim uma “maior suavidade da pronuncia” (Álvares 176: 43). Além disso, repare-se na preocupação da autora em contribuir para que as meninas adquirissem “conhecimentos sobre a linguagem literária, incentivando a leitura e a busca pelo conhecimento” (Melo 2020b: 133).

Esta perspetiva é, então, bastante diferente daquela que encontramos nas restantes obras em estudo: o *Breve Compendio* é a única gramática na qual se estabelece uma relação entre as figuras e a retórica e literatura (Schäfer-Priess 2019: 302). De facto, como já adiantámos, esta abordagem afasta a perspetiva linguística de Chantal Álvares da corrente racionalista e, conseqüentemente, da perspetiva de Lobato. Repare-se no tratamento da elipse, por exemplo: enquanto para qualquer gramático racionalista esta

figura é fundamental na concepção linguística, funcionando como procedimento sintático, para esta autora apresenta o mesmo estatuto que as demais figuras.

2.2.5. O *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza* (1803 [1792]), de João Joaquim Casimiro

2.2.5.1. Vida e obra de João Joaquim Casimiro

Quase nada se sabe sobre a vida de João Joaquim Casimiro. Segundo Silva (1859: 389), o gramático será natural do Porto, cidade na qual terá também sido mestre de primeiras letras. Além deste dado, e apesar dos esforços nas investigações que levou a cabo, Silva (1859: 389) afirma que não possui mais informações. De igual modo, os estudos mais recentes de Moura (2012: 173-176), Duarte (2017: 235-237) e Schäfer-Priess (2019: 41-43) não avançam mais informações sobre o autor.

No que diz respeito à obra de Casimiro, destaca-se o *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*, cuja primeira edição, apesar das dúvidas de Silva (1859: 389), data de 1792, como conclui Schäfer-Priess (2019: 42). Além desta gramática, refere Silva (1859: 389) a existência de uma obra publicada em 1805 e intitulada *Instrução litteraria do idioma portuguez, para uso dos seus discípulos e declaração util ao methodo grammatical de que foi auctor*. Por fim, Silva (1883: 282) afirma que Casimiro terá publicado em 1822 um *Methodo grammatical do idioma portuguez, recopilado para uso dos seus discípulos*, comentando que esta obra é diferente das anteriores.

2.2.5.2. Descrição geral do *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza* (1803 [1792])

Foram publicadas várias edições do *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*. Schäfer-Priess (2019: 41) identifica sete (deixando, contudo, a ressalva de que a lista que apresenta possa estar incompleta) e divide-as em dois tipos, de acordo com o número de partes da oração definidas. Assim, nas edições de 1792, 1803, 1818 e 1838, Casimiro considera a existência de nove partes da oração (artigo, nome, pronome,

verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição – Casimiro [1803 (1792): 1]); já nas edições de 1811, 1814 e 1822 apenas considera três¹⁴⁵ (Schäfer-Priess 2019: 42). Não nos foi possível consultar a primeira edição da obra, pelo que, para a análise que levamos a cabo, seguimos a segunda edição, publicada em 1803 e que será, segundo Schäfer-Priess (2019: 42), uma reimpressão da primeira.

O *Methodo* é uma gramática muito breve e que apresenta uma finalidade explicitamente pedagógica, visível logo no início da obra, pois, antes de iniciar a gramática propriamente dita, começa o autor por explicar alguns conceitos que lhe “parecem necesarios para a inteligencia dos que principiaõ” (Casimiro 1803 [1792]: III): ler e escrever, letra, sílaba, palavra, oração, período, etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia. Além disso, inclui ao longo da obra diversas notas de rodapé, às quais subjazem “preocupaciones metodológicas y orientaciones para los maestros sobre lo que cabe o no cabe explicar en clase como complemento de lo expuesto en el *Méthodo*” (Duarte 2017: 236-237). Esta preocupação didática manifesta-se ainda na secção final, na qual Casimiro (1803 [1792]: 101-128), à semelhança do que fizera Argote (1725 [1721]: 310-339), procede à aplicação prática dos preceitos que formula ao longo da gramática.

A obra está dividida em quatro partes, tal como acontecia na *Arte* de Lobato: etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia. Gramática é definida como “Arte de escrever bem, e fallar correctamente” (Casimiro 1803 [1792]: V), ou seja, estamos perante uma conceção normativa de gramática, o que é coerente com a finalidade da obra. Neste sentido, não é uma gramática muito inovadora: tal como explica Moura (2012: 175), Casimiro segue o método simples e claro estabelecido pelas diretrizes do Alvará régio de 1759. Ainda que não refira as fontes consultadas, é notória a influência da gramática de Lobato (provavelmente devido ao seu estatuto de manual oficial), por exemplo, no estabelecimento de nove partes da oração (Lobato 1770: 7; Casimiro 1803 [1792]: 1) e de dois tipos de concordância (Lobato 1770: 194-199; Casimiro 1803 [1792]: 62). De

¹⁴⁵ Não conseguimos consultar nenhuma destas três edições, mas, de acordo com Schäfer-Priess (2019: 178), as três partes da oração consideradas por Casimiro são nome, verbo e advérbios.

facto, a perspetiva linguística de Casimiro insere-se na corrente racionalista, como mostra a divisão do verbo exclusivamente em ativo e passivo (Casimiro 1803 [1792]: 14) ou a determinação de que apenas o verbo ativo e a preposição regem caso (Casimiro 1803 [1792]: 62).

Não obstante, parece inovar em alguns aspetos particulares: repare-se que utiliza os termos “agente”, “ação” e “paciente” (Casimiro 1803 [1792]: *passim*). Bacelar também recorre a estas noções, mas o confronto das obras dos dois autores não permite afirmar que a gramática de Bacelar tenha influenciado Casimiro. De igual modo, na GRAE, obra publicada alguns anos antes da de Casimiro e que irá influenciar alguns autores portugueses finisseculares, ainda não encontramos a utilização destes conceitos¹⁴⁶. A fonte de Casimiro poderá, por outro lado, ser a *Grammatica latina tratada por um metodo novo, claro e facil* (1758) de Verney, obra que teve uma divulgação considerável na segunda metade do século XVIII e na qual são utilizados e definidos estes conceitos (Verney 1758: 158).

2.2.5.3. As figuras de construção

A sintaxe figurada é uma secção muito breve do *Methodo*: constituindo o segundo capítulo da segunda parte da obra (dedicada à sintaxe), ocupa apenas cerca de uma página e meia. A distinção entre sintaxe simples e figurada é feita logo no início da parte dedicada à sintaxe: Casimiro (1803 [1792]: 61) define a primeira como a que segue a ordem gramatical¹⁴⁷ e a segunda como a que não a segue. Já no segundo capítulo, o gramático explica de modo mais extenso o que entende por sintaxe figurada, descrevendo a mesma como “a composição mais elegante das partes da oração com

¹⁴⁶ Ponce de León (2006b: 160) chama a atenção para a necessidade de estudar a possível influência da GRAE na obra de Casimiro. Partindo do confronto, ainda que não exaustivo, das duas obras, concluímos que não há semelhanças significativas que permitam afirmar que Casimiro tenha sido influenciado ou tenha sequer consultado a GRAE.

¹⁴⁷ Repare-se que também na Introdução o autor definira sintaxe, mas de modo diferente: “SYNTAXE. He a que ensina a recta composição das partes da oração.” (Casimiro 1803 [1792]: V). Nesta definição, que coincide quase literalmente com a que apresenta Lobato (1770: 191), a atenção recai na construção da oração enquanto ajuntamento de palavras, ao passo que, na definição apresentada no capítulo relativo à sintaxe, parece recair na ordem de palavras.

figuras contrárias ao Solecismo” e acrescentando que, com recurso às figuras, se pode tirar, aumentar ou transpor palavras (Casimiro 1803 [1792]: 68). Assim, ao contrário do solecismo, definido como “huma viciosa composição das partes da oração” (Casimiro 1803 [1792]: 67), as figuras não são vistas como erro, mas como construções admitidas na gramática (ainda que o autor não explicita o que as legitima). Note-se que a referência ao erro atribui a esta perspetiva um carácter normativo e confirma a intenção pedagógica do gramático. Além disso, nesta definição Casimiro parece relacionar o uso de figuras com a elegância do discurso, ainda que, como veremos, a questão retórica ou estilística não volte a ser abordada ao longo do capítulo.

O gramático considera a existência de quatro figuras: elipse, silepse, pleonismo e hipérbato. A cada uma é apenas dedicada, como consequência da concisão do capítulo e da própria gramática, um parágrafo, no qual o gramático oferece uma breve definição da figura e, de seguida, a ilustra recorrendo a um único exemplo (Casimiro 1803 [1792]: 68-69).

A elipse é a primeira figura a ser abordada e é definida como aquela “pela qual podemos deixar ocultas huma, ou mais palavras na oração, necessárias para a sua perfeita composição, e intelligencia, como *Estudamos: Bom dia*” (Casimiro 1803 [1792]: 68). Veja-se que os constituintes elididos são considerados imprescindíveis à oração, como mostram os exemplos: em ambos os casos estão elididos constituintes que fazem parte da estrutura básica subjacente.

Segue-se a silepse, figura que, de acordo com Casimiro (1803 [1792]: 68), ocorre quando não se observam as regras de concordância entre partes da oração que deviam concordar, como acontece na oração “*A virtude, e a honra são iguaes*”. Este exemplo não é explicado, isto é, o gramático não esclarece qual o tipo de concordância que não é observado nem entre que partes da oração; percebemos, porém, que se tratará da ausência de concordância de número entre os dois nominativos no singular e o verbo e os adjetivos que se encontram no plural.

Refere o autor em nota de rodapé (Casimiro 1803 [1792]: 68) que a elipse e a silepse devem ser melhor explicadas, enquanto o uso do pleonismo e do hipérbato é mais

claro. Deste modo, o gramático parece realçar a complexidade das duas primeiras figuras face às duas últimas, razão pela qual a maneira de as explicar aos alunos deve também ser diferente. A causa ou origem dessa complexidade não é, no entanto, abordada nem o tratamento de cada par de figuras difere de maneira substancial.

A figura que se segue é o pleonasma, definido como a “figura, pela qual a huma oração completa se ajunta alguma parte, que não he necessaria, como *Pedro descia para baixo: Eu com estes olhos o vi*” (Casimiro 1803 [1792]: 69). Esta definição parece, tal como acontecia com a elipse, apontar para que este acrescentamento de palavras na oração seja visto com base na estrutura básica subjacente (repare-se na referência a “oração completa”), ainda que os exemplos mostrem que o pleonasma ocorre também ao nível do sentido.

Por último, é abordado o hipérbato, “figura, pela qual as palavras se dispoem de modo, que não ficam conforme á ordem Grammatical, como: *A Olofernes matou Judith*” (Casimiro 1803 [1792]: 69). Não parece haver qualquer ligação entre a inversão da ordem de palavras e a questão retórica ou estilística, ou seja, estamos perante uma variante neutra da ordem natural (ordem que, no entanto, o gramático não apresenta em momento algum da gramática).

Verificamos, então, que Casimiro adota o esquema quadripartido sanctiano, apresentando as figuras, e respetivas definições e exemplos, de modo bastante tradicional. Coerentemente com os objetivos a que se propõe, isto é, tendo em conta o carácter sintético e didático da gramática, a abordagem das figuras de construção vai ao encontro da tradição gramatical, já que Casimiro quase nada apresenta de inovador. Assim, em linhas gerais, podemos afirmar que as fontes do autor – que não são, contudo, referidas pelo mesmo – serão sobretudo o Brocense e Lobato (cujas *Arte* era o manual oficial para o ensino).

2.2.6. A *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro* (1799), de Pedro José de Figueiredo

2.2.6.1. Vida e obra de Pedro José de Figueiredo

Baseando-se em fontes contemporâneas, Silva (1862: 415-419) apresenta amplas informações sobre a vida e obra de Pedro José de Figueiredo. Filho de Caetano José de Figueiredo e de Gertrudes Margarida de Figueiredo, o gramático nasceu em Lisboa a 29 de junho de 1762 (Silva 1862: 415). Estudou humanidades, tendo aprendido gramática latina, grego, filosofia e retórica com professores distintos, disciplinas que mais tarde lecionou no seminário do patriarcado. Exerceu diversos cargos e funções: foi corretor da tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, substituto de sócio efetivo na classe de literatura e empregado pelo governo em diversas comissões literárias (Silva 1862: 416). Figueiredo não teve uma vida abastada e sofreu privações no final da mesma. Morreu, segundo Silva (1862: 416), a 11 de fevereiro de 1826, após longa e dolorosa doença.

Relativamente à obra, consta que queimara parte dos seus manuscritos pouco antes de falecer; ainda assim, há notícia de diversas obras do autor, elencadas por Silva (1862: 417-419). A *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro*, publicada em 1799 sem o nome do autor no frontispício, é a única obra gramaticográfica de Figueiredo. Teve várias edições: segundo Silva (1862: 417), existiram quatro, datadas de 1799, 1804, 1811 e 1837. Contudo, Aranha (1900: 210) afirma que a quarta edição será, na verdade, de 1827 e que a de 1837 é a mesma, apenas com a diferença na datação; mais recentemente, mostra Duarte (2012a: 235) que as edições de 1827 e de 1837 correspondem a duas edições diferentes.

Destaca-se também o contributo de Figueiredo para a lexicografia: não só acrescentou muitos vocábulos à terceira edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1823), de António de Moraes Silva, como também deixou inédito um dicionário da sua autoria, no qual trabalhara por mais de quarenta anos (Silva 1862: 418). Além destas, publicou outras obras, inseridas em diversas temáticas, das quais se destaca a História de Portugal (Silva 1862: 417-419).

2.2.6.2. Descrição geral da *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro* (1799)

A *Arte da grammatica portugueza* teve, como vimos, várias edições num curto espaço de tempo, algo que não era comum na época. No entanto, não podemos afirmar que tal tenha correspondido à vontade do gramático, uma vez que “apenas três [edições] foram publicadas em vida do autor e apenas a primeira foi custeada pelo mesmo” (Duarte 2012b: 70). Ainda que várias das edições sejam póstumas, note-se que o manuscrito destinado à reforma e acrescentamento da obra já se encontrava elaborado, sendo a sua publicação adiada pela morte do autor (Silva 1862: 417). Neste sentido, a análise que levamos a cabo neste trabalho baseia-se sobretudo na primeira edição; sempre que oportuno, porém, serão feitas referências a outras edições.

De facto, verificam-se algumas diferenças entre as várias edições. Duarte (2012b) procedeu a um estudo das mesmas, verificando que nas edições de 1827 e de 1837 se acentua o pendor racionalista e o investimento na ampliação da informação.

Além destas cinco edições da *Arte*, afirma Schäfer-Priess (2019: 44) haver notícia segura de duas edições brasileiras, impressas em Salvador da Baía em 1811 e em 1817; os exemplares das mesmas são, contudo, muito raros. Estas publicações inserem-se numa política linguística que via como basilar na manutenção do Império e da língua portuguesa no ultramar a publicação de gramáticas portuguesas (Magalhães 2009: 235). A obra de Figueiredo foi a primeira gramática portuguesa publicada no Brasil¹⁴⁸ e terá sido, como deduz Magalhães (2009: 246) da existência de três tiragens da obra, bastante bem recebida.

O contrário parece ter acontecido em Portugal, onde a receção da obra de Figueiredo não terá sido considerável. Apesar de ser referida por alguns autores portugueses (segundo Schäfer-Priess (2019: 45), Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão e Jerónimo Soares Barbosa), a verdade é que terá tido maior projeção no exterior, tendo em conta, “por um lado, o destaque que lhe foi dado nas entradas relativas a Portugal de algumas

¹⁴⁸ Com o mesmo objetivo de divulgação e consolidação da língua portuguesa, apenas um ano mais tarde saiu à luz no Rio de Janeiro uma edição da *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de António José dos Reis Lobato, levada a cabo pela Impressão Régia e em cumprimento do Alvará de 1770 (Magalhães 2009: 236).

enciclopédias estrangeiras, e, por outro, a sua escassa repercussão sobre os gramáticos portugueses e as críticas que lhe foram dirigidas.” (Duarte 2012b: 68).

Das críticas dirigidas à obra de Figueiredo destaca-se a de Jerónimo Soares Barbosa, registada por Silva (1862: 417):

Esta *Grammatica* foi censurada em alguns pontos por Jeronymo Soares Barbosa, e particularmente no que diz respeito à phrase com que começa a dedicatória ao principe: «Quando eu esta Grammatica portugueza comecei a escrever, etc.» (Vej. A *Gramm. Philosoph.* de J. S. Barbosa, pag. 420): Figueiredo redarguiu longamente, confutando taes censuras, e preparava-se para publicar de novo a sua obra, additada e reformada, o que a morte o impediu de executar.

Barbosa critica, então, diversos aspetos da perspetiva linguística de Figueiredo. Esta questão foi já analisada por Duarte (2010; 2012a), que destaca como pontos principais da discórdia entre os dois autores o artigo, o hipérbato, os pronomes neutros e os ditongos (Duarte 2012a: 237-253). Desta censura se defende Figueiredo na quarta edição da sua obra, sobretudo nas notas – espaço no qual justifica as suas opções teóricas (Figueiredo 1827 [1799]: 115-160). De um modo geral, conclui Duarte (2012b: 253) que, relativamente às divergências encontradas nas principais matérias de confronto, “a *Arte de Grammatica Portuguesa* revela seguir mais de perto a teoria da *Grammaire Générale et Raisonnée* e/ou Lobato, enquanto que a *Grammatica Philosophica* se aproxima mais da *Encyclopédie* e da corrente sensualista”.

Apesar das críticas por parte do autor da *Grammatica Philosophica*, a obra de Figueiredo parece ter vindo suprir uma falta na produção gramatical portuguesa, como o próprio gramático explica e defende na introdução: “faltava entre nós hũa Arte, que com brevidade, e clareza comprehendia todos os Elementos della sem prejuizo do tempo, que tanto se deve medir, e aproveitar, não sendo accomodadas as poucas que ha, ou por muito extensas, e volumosas, que demandam longo tempo, ou tão succintas, e abbreviadas, que lhes falta o essencial” (Figueiredo 1799: Aiiir.). Neste mesmo texto introdutório, salienta o autor a importância do estudo da gramática da língua portuguesa, na medida em que esta será a porta que permitirá chegar ao conhecimento

das Letras; de acordo com Moura (2012: 187), estas ideias estão em consonância com as de pensadores como Locke, Pina e Proença e Verney.

No que diz respeito às ideias linguísticas, Figueiredo é influenciado pela doutrina racionalista e logicista, mas baseia-se também na gramática tradicional. Segundo Duarte (2010: 16), o tratamento da sintaxe, que tem ainda por referência o sistema de casos, e a opção pela expressão *Arte* no título, que parece denunciar uma orientação para a prescrição, mostram que a gramática de Figueiredo se baseia ainda em diversos pontos no modelo da gramática latina. Por outro lado, como afirma Gonçalves (1997: 48), sobressaem já na *Arte* reflexos da gramática geral e do logicismo e do iluminismo linguísticos, visíveis, por exemplo, na “apresentação de um resumo ou quadro sintético-analítico, cujos dados são reunidos por meio de chavetas, um recurso habitual dos autores dos artigos da *Encyclopédie*”.

Além disso, a *Minerva* do Brocense continua a ser uma influência forte: Figueiredo não só cita diversas vezes o gramático estremenho na sua obra, como também é por ele influenciado em diversos aspetos da sua perspetiva linguística¹⁴⁹. De acordo com Duarte (2012c: 300-302), alguns dos pontos mais significativos em que as propostas dos dois autores coincidem são a enálage (*vide infra*), o número de partes da oração¹⁵⁰, a rejeição do verbo neutro e a rejeição do infinitivo flexionado¹⁵¹.

Apesar de as fontes e influências serem idênticas nas várias edições da obra, a verdade é que as duas últimas registam algumas mudanças na perspetiva linguística do autor. Explica Duarte (2012b: 79) que, das primeiras para as últimas edições, se acentua a

¹⁴⁹ Existem, no entanto, também aspetos em que se afasta da mesma, como a divisão quadripartida da gramática, a rejeição do modo verbal (Duarte 2012c: 302-304) e a inclusão do verbo impessoal nas subclasses do verbo (Ponce de León [2019: 120-122]).

¹⁵⁰ Figueiredo admite quatro partes da oração (artigo, nome, verbo e partícula – Figueiredo [1799: 5]), proposta que apenas difere do esquema tripartido do Brocense pela consideração do artigo, que não existia em latim. Porém, Duarte (2012c: 300) deixa em aberto a possibilidade de a fonte direta de Figueiredo não ser o Brocense, uma vez que propostas semelhantes haviam já sido adiantadas por outros autores, como Juan de Pastrana, Bento Pereira, Amaro de Roboredo ou João Pinheiro Freire da Cunha.

¹⁵¹ Ainda que, como efetivamente mostra Duarte (2012c: 301), a rejeição do infinitivo flexionado seja um traço compartilhado pelos dois gramáticos, Ponce de León (2006c: 179) defende que Figueiredo se baseou não na *Minerva*, mas nas *Conjugações portuguesas* de João Pinheiro Freire da Cunha e no *Novo methodo da grammatica latina* de António Pereira de Figueiredo.

“rejeição da aplicação às línguas vulgares de conceitos próprios da tradição de descrição do latim”. Repare-se que, a título de exemplo, tanto a noção de “declinação” como a de “caso” desaparecem a partir da quarta edição, sendo substituídas, respetivamente, pelas de “terminação” e de “relação”. Estas mudanças, que são, apesar de tudo, ainda incipientes, revelam uma tendência de afastamento da matriz latina que se consolidará nos gramáticos posteriores (e de que Fonseca, como veremos, é já exemplo).

2.2.6.3. As figuras de construção

A sintaxe figurada constitui o capítulo II do livro III (“Da Syntaxe”) da *Arte da grammatica portugueza* e ocupa quatro páginas (Figueiredo 1799: 110-113). É definida como o tipo de sintaxe que, por oposição à simples ou natural, “parece affastar-se das regras prescriptas para a boa composição, quando assim o requer o uso, ou a maior elegancia, e energia da Oração”¹⁵² (Figueiredo 1799: 106). Mais à frente, Figueiredo acrescenta que consiste no uso das figuras, conceito este que define como “as varias formas, ou as maneiras mais expressivas de fallar, que não seguem as regras communs da Grammatica, mas que estão auctorisadas pelo uso, e costume da Linguagem” (Figueiredo 1799: 110). Divide o gramático as figuras em três “classes”: a elipse ocorre quando falta algum constituinte na oração, o pleonismo quando se acrescenta e o hipérbato quando se transpõe (Figueiredo 1799: 110). Este esquema mantém-se ao longo das diversas edições; observa-se apenas uma redução dos tipos de elipse de quatro para três na edição de 1827, como veremos. Esta mesma edição destaca-se ainda por ser mais desenvolvida do que as anteriores e por incluir um número maior de exemplos para cada figura.

A elipse é, então, a primeira figura a ser abordada e aquela à qual é dedicada mais atenção. Explica Figueiredo (1799: 110) que esta é uma figura muito frequente e que

¹⁵² Esta definição assemelha-se grandemente àquela que encontramos na *Gramática de la Lengua Castellana, compuesta por la Real Academia Española* (GRAE): “Construccion figurada es la que se aparta de la natural, quando lo piden así el uso ó la mayor elegancia y energia de la expresion.” (GRAE 1771: 326). Isto permitir-nos-á afirmar que Figueiredo terá consultado e sido influenciado por esta obra, ainda que apenas em aspetos pontuais.

ocorre “quando para sua perfeita composição falta à Oração alguma palavra ou algumas palavras, que se devem supprir para bem se explicar a Oração, ou para se reduzir às regras da Syntaxe simples”. Repare-se na influência da corrente racionalista – a elipse é vista não como um erro, mas como um mecanismo sintático que explica as transformações que ocorrem entre a estrutura subjacente e a realização oracional. Na edição de 1827, acrescenta Figueiredo (1827 [1799]: 104) que esta figura contribui para a brevidade do discurso, mas que o seu uso não deve comprometer a clareza do mesmo – atente-se na importância dos conceitos de clareza e brevidade, no âmbito do iluminismo linguístico em que o autor se enquadra.

Figueiredo considera a existência de quatro subtipos de elipse: o zeugma, a silepse, a síntese e a enálage. O zeugma ocorre quando o constituinte que “falta na Oração não se supre de fóra, mas toma-se de alguma Oração vizinha, conservando o genero, numero e caso” (Figueiredo 1799: 110). A silepse, por sua vez, ocorre quando o constituinte em falta é tomado de outra oração, mas com mudança de algum dos seus acidentes – género, número ou caso (Figueiredo 1799: 110-111). Explica o gramático que, quando existem numa oração substantivos no singular de diversos géneros e pessoas, o adjetivo ou verbo que com eles concorda se coloca no plural, prevalecendo o género masculino ao feminino e a primeira pessoa à segunda e a segunda à terceira, como mostra o exemplo “*Sempre a verdade, o zelo, e a constancia foram necessarios no bom conselho*” (Figueiredo 1799: 111).

A síntese, terceira espécie de elipse, ocorre quando o adjetivo ou verbo parecem não concordar com o substantivo que está na oração, mas com outro seu equivalente que se subentende; esta aparente ausência de concordância pode ser relativa ao número ou ao género (Figueiredo 1799: 111). Na edição de 1827, a síntese desaparece – ficando as espécies de elipse reduzidas a três – e estas construções passam a ser analisadas no âmbito da silepse, mas sem diferenças significativas (Figueiredo 1827 [1799]: 105-106).

Por fim, explica Figueiredo (1799: 112) que a enálage ocorre quando “parece, que as partes da Oração se tomam hũas por outras, ou tambem se trocam huns pelos outros

os seus accidentes”¹⁵³. Tal acontece, por exemplo, quando se coloca um verbo no modo infinitivo ou um advérbio em lugar do nominativo, como mostram, respetivamente, os exemplos “*O dar he titulo de Senhor, e insignia de dominio; e o receber he de servo*” e “*O agora, e depois dos bons he muito differente do agora, e depois dos máos [...]*” (Figueiredo 1799: 112). A respeito do uso do infinitivo enquanto substantivo, escreve o gramático em nota de rodapé que também é comum, por influência dos gregos, atribuir-se género e declinação ao infinitivo, como “*de Amar, a Amar*” (Figueiredo 1799: 112, n.5).

Após a análise dos diversos tipos de elipse, segue-se o pleonismo, figura que consiste em juntar “á Oração algũa palavra, que não lhe era necessario, e podíamos muito bem escusar” (Figueiredo 1799: 112-113). O gramático acrescenta que muitas vezes se recorre a esta figura para dar mais força àquilo que se diz, ou seja, a sua utilização prende-se com questões estilísticas ou retóricas, como mostra o exemplo “*Quiz ver por seus proprios olhos o que não acabava de acreditar, quando com seus ouvidos o escutava*”. Esta ideia é reforçada na quarta edição da obra: “Quando das palavras acrescentadas provém mais eficácia e energia à oração, é muito excelente figura [...]. Porém se não dão mais força e são absolutamente redundantes torna-se vicioso o seu uso” (Figueiredo 1827 [1799]: 107).

Por último, Figueiredo aborda o hipérbato, figura que define como a desordem ou transposição de palavras, que ocorre “todas as vezes que as palavras não guardam a collocação natural e propria da linguagem” (Figueiredo 1799: 113). Quando esta inversão da ordem de palavras é mais sensível e resulta em confusão, defende o autor que estamos perante uma das principais espécies de hipérbato – a sínquise. Na quarta edição da obra, acrescenta-se a esta definição o carácter estilístico que o hipérbato pode adquirir, ao contribuir para o ornato, a harmonia e a graça da oração (Figueiredo 1827

¹⁵³ Na quarta edição da *Arte*, numa anotação final a respeito desta figura, Figueiredo (1827 [1799]: 157) faz referência a Prisciano e ao Brocense, mostrando que fora por eles influenciado, como notou Duarte (2012c: 300).

[1799]: 107). Esta questão é, na verdade, bastante desenvolvida, sobretudo na anotação que encontramos no final da obra:

É a figura hyperbato usada dos poetas não só em razão da rima, senão por cauza do ornato. [...] Valem-se della como do instrumento mais proprio para imitarem o verdadeiro character de uma paixão violenta; pois os assaltados de colera, de temor, de indignação, ou de outra paixão vehemente cortam por uma viva agitação o fio do discurso, concebem logo novo deizgnio, na ametade delle propõem outro, e voltam rapidamente ao primeiro. Estes transportes representam-se maravilhozamente, pela confusão das vozes, nesta figura. Também tẽ lugar no estylo da proza, porque esta não menos procura chegar-se à perfeição da natureza. [...] Doutrina é de todos sabida, que da juntura e suave disposição das palavras depende a principal graça da elocução, porque sem perturbar o sentido, e intelligencia do pensamento devem encher, e deleitar pela harmonia o ouvido [...]. (Figueiredo 1827 [1799]: 157-158)

Esta longa nota – que ocupa cerca de quatro páginas – surge sobretudo como resposta às críticas que, como vimos, Jerónimo Soares Barbosa dirige a Figueiredo¹⁵⁴. O autor da *Arte da grammatica portugueza* apoia-se em pressupostos de ordem estilística e em modelos de autoridade para defender a sua posição, apresentando uma definição desta figura mais abrangente do que a de Barbosa (Duarte 2010: 113)¹⁵⁵.

Na quarta edição da obra, o capítulo dedicado à *sintaxe irregular* inclui ainda algumas considerações finais em que o autor explica o modo como encara as figuras (Figueiredo 1827 [1799]: 108-109). Apesar de o texto não fazer parte das edições anteriores, são

¹⁵⁴ Escreve Barbosa (1822: 420) que “o Author da *Arte da Gramm. Portug.* Impressa em Lisboa em 1799 principia a dedicatória: *Quando esta Grammatica Portugueza comecei a escrever*, &c. querendo por ventura imitar a João de Barros, *Dial. em louvor da L. P.* p. 207 da edição de Lisboa 1785, onde diz: *Que importa o meu trabalho ao Principe N. S. começar d’ aprender*, &c. Porém esta construção he muito mais retorcida, que a que o mesmo João de Barros tacha de tal nos versos *ibid.* p. 209”. A estas palavras responde Figueiredo (1827 [1799]: 157-158) do seguinte modo: “Fui notado de certo grammatico, por escrever assim na dedicatória desta arte: *Quando esta Grammatica comecei a escrever* etc, defeito em que crimina igualmente a Camões, [...] por imaginar verdadeira a regra, que havia dado, de que o paciente, quando é de couza, deve ir sempre depois do verbo”.

¹⁵⁵ Repare-se que a questão da ordem de palavras não foi apenas abordada por estes dois autores, mas também por diversos outros, como é o caso de, para referir apenas o contexto português, Bacelar, Manuel Dias de Sousa, António de Morais Silva e João Crisóstomo do Couto e Melo, uma vez que, como explica Gonçalves (2006: 12-15), esta discussão foi particularmente produtiva na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX.

desenvolvidos e clarificados aspetos que já antes eram abordados. Neste sentido, Figueiredo identifica as figuras com as “gallas, e enfeites da oração”, esclarecendo que devem ser utilizadas de modo ponderado:

quando por ellas [figuras] provem ao que dizemos energia, primor, graça laconica, e gravidade, então devidamente são consideradas figuras, e verdadeiros ornamentos da oração; e ao contrario quando empregadas incompetentemente, e com uso immoderado, em vez de produzirem bom effeito, trazem à oração deformidade, e embaraço na intelligencia, que he oposta à natura da linguagem, são vícios e devem-se evitar com a maior cautella, porquanto da boa elocução a principal virtude é a clareza (Figueiredo 1827 [1799]: 108).

Põe-se, então, em evidência a ideia de que ao uso das figuras subjaz uma preocupação estilística, ou seja, uma intenção de adornar o discurso. Paralelamente, o gramático destaca a questão do desvio ou incumprimento gramatical, que, segundo Duarte (2012b: 101), é a mais evidente nesta edição, ao contrário do que acontece nas anteriores. De facto, são também introduzidos neste texto final o solecismo, o barbarismo e o arcaísmo, vícios que se devem evitar para que a oração seja clara. O primeiro consiste na desigualdade ou desconcerto das partes da oração, desrespeitando as regras da sintaxe; o segundo no uso de palavras estrangeiras ainda não adotadas no idioma em questão e no errado acento e pronúnciação; o terceiro no uso de termos antigos ou de sintaxe fora da prática comum (Figueiredo 1827 [1799]: 108-109).

2.2.7. Os *Rudimentos de grammatica portugueza, commodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores* (1799), de Pedro José da Fonseca

2.2.7.1. Vida e obra de Pedro José da Fonseca

Até recentemente, permaneceram dúvidas relativamente à data de nascimento de Pedro José da Fonseca. Silva (1862: 419), baseando-se nos documentos de que dispunha, aponta como possíveis datas de nascimento os anos de 1734 e de 1737. Contudo, Kemmler (2012b: 99-100), a partir da consulta dos registos paroquiais da

freguesia natal do autor, conclui que Fonseca terá, na verdade, nascido a 29 de junho de 1736.

Em 1759, foi nomeado professor régio de Retórica e Poética em Lisboa e transferido anos mais tarde para o Colégio Real dos Nobres para lecionar as mesmas disciplinas, função que terá exercido até à sua jubilação em 1804 (Schäfer-Priess 2019: 46). Teve, segundo Silva (1862: 419), um papel de relevo na Academia das Ciências de Lisboa: além de membro fundador e de sócio veterano a partir de 1790, Fonseca foi eleito diretor da tipografia da mesma instituição e diretor da comissão encarregada da composição do Dicionário da Língua Portuguesa, publicado em 1793.

Apesar de ter sido uma figura proeminente da sua época, Fonseca passou o fim da vida quase na miséria. Faleceu em 1816, tendo vivido os seus últimos anos com a ajuda de uma órfã que os seus pais haviam acolhido desde menina, de duas sobrinhas da mesma e dos consócios da Academia, que conseguiram que os seus manuscritos fossem comprados (Silva 1862: 419-420).

De acordo com Silva (1862: 421-424), o autor publicou cerca de vinte obras em vida e deixou dezasseis manuscritos inéditos. Redigidas em prosa ou em verso, estas obras enquadram-se em temáticas variadas, como a lexicografia, a retórica, a poética, a tradução, a ortografia e a literatura. Os *Rudimentos de grammatica portugueza*, obra de que nos ocuparemos em seguida, foram publicados anonimamente em 1799, mas, como percebemos pelas palavras de Silva (1862: 422), a sua autoria cedo se tornou conhecida.

2.2.7.2. Descrição geral dos *Rudimentos de grammatica portugueza, commodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores* (1799)

Os *Rudimentos de grammatica portugueza, commodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores* foram publicados em 1799 e não há registo da existência de outras edições da obra. A gramática encontra-se dividida em duas partes, por influência da GRAE, segundo Moura & Assunção (2012: 98-100): a

primeira é dedicada às partes da oração e a segunda à sintaxe (Fonseca 1799: 2)¹⁵⁶. Apesar de a atenção dedicada à sintaxe ser bastante considerável (Fonseca 1799: 209-308), é a primeira parte que constitui a maioria da gramática. São consideradas nove partes da oração, esquema que se aproxima consideravelmente da tradição latino-portuguesa – nome, pronome, artigo, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição (Fonseca 1799: 2-3). A abordagem que o autor faz de cada uma revela, como mostra o estudo de Moura & Assunção (2012: 103-110), uma grande proximidade com as ideias contidas na GRAE.

Efetivamente, ainda que a GRAE não seja mencionada uma única vez ao longo dos *Rudimentos*, é esta a obra que parece ser a grande influência no que às ideias linguísticas de Fonseca diz respeito. Os pontos de contacto entre as duas gramáticas foram estudados por Schäfer-Priess (2005) e por Moura & Assunção (2012), que concluem que Fonseca segue muito de perto o modelo da GRAE, tanto no que diz respeito à conceção de gramática como às partes da oração e à sintaxe.

Importa, então, atentarmos no modo como Fonseca perspetiva o conceito de gramática: Grammatica he a arte de fallar, e escrever correctamente.

Arte he uma collecção de regras, que ensinão a fazer bem alguma coisa. A Grammatica he arte, porque dá preceitos para fallar, e escrever huma lingoa correctamente, isto he sem erros. Estes preceitos se formão de observações feitas sobre o modo, com que as pessoas bem educadas, e os bons Autores costumão fallar, e escrever a lingoagem da sua nação. (Fonseca 1799: 1-2).

Estamos, portanto, perante uma conceção normativa de gramática, ou seja, o autor, abstendo-se de tecer quaisquer considerações de carácter filosófico, vê a gramática não enquanto ciência, mas enquanto arte que ensina a falar e escrever corretamente¹⁵⁷ (Moura & Assunção 2012: 103). Além disso, explica Fonseca que as regras gramaticais

¹⁵⁶ Repare-se que a obra inclui ainda uma secção final dedicada às notas, que constitui uma parte considerável da gramática (Fonseca 1799: 311-350) e na qual “se precisan o ahondan ciertos aspectos mencionados en el cuerpo del texto más allá de las notas a pie de página que aparecen a lo largo de la obra, en su mayoría para las referencias bibliográficas” (Duarte 2017: 239).

¹⁵⁷ Também na GRAE (1771: 1) gramática é definida como “arte de hablar bien”, mas este tópico não é tão desenvolvido como na obra de Fonseca.

têm por base uma norma social, isto é, o uso daqueles que a sociedade considera falarem e escreverem corretamente na sua língua: as pessoas bem-educadas e os bons autores.

Apesar de, como estamos a ver, Fonseca se aproximar em diversos momentos da tradição normativa e descritiva, é também um gramático que revela estar em consonância com as ideias do seu tempo. Segundo Schäfer-Priess (2005: 129), a partir do final do século XVIII, a influência castelhana já tinha sido ultrapassada pela francesa, impondo-se os autores da gramática geral e filosófica enquanto modelo e referência. Desta tendência Fonseca é, então, exemplo: no Prólogo dos *Rudimentos*, encontramos um número bastante considerável de referências e citações de autores como Du Marsais e Condillac. Ainda que a influência dos mesmos não se estenda, na generalidade, às ideias linguísticas, reflete-se, por exemplo, na importância concedida ao estudo da gramática da língua materna e no método para o levar a cabo (Moura & Assunção 2012: 100-102).

Defende Fonseca que o estudo da gramática da língua materna, que se deve iniciar desde tenra idade, contribui para o aperfeiçoamento da mesma e, conseqüentemente, para um melhor exercício dos mais diversos cargos e funções (Fonseca 1799: III-IV). Seguindo as ideias de Condillac, o gramático explica ainda que o conhecimento da língua materna facilita muito a aprendizagem das regras de línguas estrangeiras, nomeadamente o latim (Fonseca 1799: V).

Não obstante a existência de “elementos comuns [...] a todas as línguas” (Fonseca 1799: V), o autor setecentista tem consciência de que cada língua deve ser regulada pelas suas próprias regras e não pelas regras de outras. Assim, traduzindo as palavras de Du Marsais, escreve Fonseca (1799: VI-VII) o seguinte:

Os nossos Grammaticos [...] querendo sугeitar as lingoas modernas ao methodo Latino, as embaraçãõ com hum grande número de preceitos inuteis, como são *casos*, *declinações*, e outros termos, que não convém a estas lingoas, e que nunca se haverião recebido a não terem os Grammaticos começado pelo estudo da lingua Latina. Assim vierão a submetter simplicis equivalentes a regras estranhas.

Repare-se que, tal como acontecerá ao longo da gramática, Fonseca rejeita as noções de *caso* e *declinação* – o que, segundo Schäfer-Priess (2019: 312), acontece pela primeira vez na gramaticografia portuguesa (mesmo que o autor não apresente ainda o conceito de uma flexão formal)¹⁵⁸. Por essa razão, Gonçalves (1997: 47) caracteriza-o como o gramático que, até à data, “mais explicitamente assumiu a independência da gramática da língua materna em relação ao modelo latino, já pelo formato da gramática, já pela rejeição da análise das funções sintáticas a partir das declinações e dos casos”.

Além destas considerações, é também no Prólogo que Fonseca clarifica o seu método e objetivos ao redigir a gramática. O seu método pauta-se, então, pela clareza e brevidade – como o próprio título da obra anuncia –, mas sem omitir o necessário (Fonseca 1799: IX). Relativamente aos exemplos, o gramático tem consciência de que são muitos e alguns deles extensos, mas justifica a sua posição, explicando que são eles que atenuam a dureza dos preceitos e que o seu conteúdo é instrutivo (Fonseca 1799: X-XII). Acrescenta ainda Fonseca (1799: XII) que estes exemplos são “tirados dos nossos Classicos, isto he daquelles bons escritores Portuguezes, que ou pela sua ancianidade, ou por consenso commum fazem autoridade na lingoa” – segundo Coelho (2011: 175) este princípio revela-se importante para o autor, pois o próprio título da obra faz referência ao mesmo.

Note-se que perpassa a todas estas considerações uma preocupação didática, que determina também o fim a que a gramática se destina. Consciente de que as gramáticas até ao momento não satisfaziam os requisitos necessários, Fonseca (1799: 2) redige uma obra que pretende romper com os métodos anteriores e que permita uma fácil e breve aprendizagem da língua portuguesa por parte dos jovens alunos (Coelho 2011: 172). Perante uma tal obra, reconhece Jerónimo Soares Barbosa o mérito do autor, atribuindo-lhe “distincto louvor” (Barbosa 1822: XII) devido ao facto de, por influência

¹⁵⁸ Moura & Assunção (2013: 104), a partir da análise do nome na tradição gramatical portuguesa na segunda metade do século XVIII, concluem que “Fonseca foi o autor que mais modificações estabeleceu nesta classe de palavras, o que poderia constituir um sintoma da preocupação dos gramáticos em corrigir as insatisfatórias classificações anteriores e tentar elaborar uma classificação nova e atual”.

das ideias da GRAE, ter corrigido muitos erros que se encontravam nas gramáticas anteriores¹⁵⁹.

2.2.7.3. As figuras de construção

A “Syntaxe, ou Construcção figurada” constitui o Capítulo IV da Parte II (“Da Syntaxe, ou Construcção em geral”) dos *Rudimentos de grammatica portugueza* e ocupa vinte e duas páginas. Syntaxe figurada é definida como aquela que se afasta da construção natural, quando o uso ou a elegância e energia da oração o requerem; figura, por sua vez, é definida como “ficção, [que] se commette na construcção, e ordem das partes do discurso, sempre que nella usamos de alguma locução apartada do commum uso de fallar, e que primeiramente nos ocorre” (Fonseca 1799: 272-273). Fonseca explica ainda que as expressões figuradas, que têm como função substituir as naturais e verdadeiras, podem dar-se por quatro modos: transposição (hipérbato), falta (elipse), sobejidão (pleonismo) e ausência de concordância (silepse) (Fonseca 1799: 273).

Esta perspectiva – tanto o modo de caracterizar a syntaxe figurada como a divisão e classificação das figuras – assemelha-se muito à da GRAE¹⁶⁰. Iremos verificar que isto também acontece no tratamento das diversas figuras, correspondendo muitas vezes o texto de Fonseca a uma tradução quase literal da referida gramática.

¹⁵⁹ Apesar do mérito que reconhece em Fonseca, o gramático oitocentista dirige-lhe também a sua crítica, apontando os defeitos que encontra nos *Rudimentos*:

Esta Grammatica porêem he mais hum systema analogico de regras e exemplos, do que Logico; e posto que reforme muitos abusos das antigas Grammaticas, segue comtudo a mesma trilha, e desamparando os principios luminosos da Grammatica geral e razoada, multiplica em demazia as regras, que poderia abbreviar mais reduzindo-as a ideas mais simples e geraes. Nenhuma destas duas Grammaticas [*Rudimentos da Grammatica Portugueza* e *Grammatica da Lingua Castelhana composta pela Real Academia Hespanhola*] se faz cargo de Orthoepia e Orthographia, partes essenciaes e importantes a qualquer Grammatica vulgar. (Barbosa 1822: XII)

¹⁶⁰ Veja-se, então, o que é dito na GRAE a este respeito:

“CONSTRUCCION FIGURADA es la que se aparta de la natural, quando lo piden así el uso ó la mayor elegancia y energia de la expresion. Figura en su recto significado no es otra cosa que ficcion, y en este sentido se usa en la Gramática, porque las expresiones figuradas ó fingidas se ponen para substituir á otras naturales y verdaderas.

Por medio de las figuras se altera con freqüencia el órden y colocacion natural de las palabras: se callan unas: se aumentan otras; y se falta á las leyes de la concordancia.” (GRAE 1771: 326).

O hipérbato é, ao contrário do que acontece com a maioria dos restantes autores, a primeira figura abordada por Fonseca e aquela à qual é dedicada mais atenção¹⁶¹. Esta figura consiste na inversão da ordem natural das palavras, inversão esta que ocorre porque o uso a legitima ou porque a oração requer mais elegância e energia (Fonseca 1799: 273-277). Devido ao “uso estabelecido” (Fonseca 1799: 277), alguns adjetivos colocam-se sempre antes do substantivo, como é o caso de *algum*, *nenhum*, *muito*, *pouco* e *certo* (Fonseca 1799: 278-279). Além disso, defende o gramático que a inversão da ordem de palavras pode alterar a significação ou a energia das expressões, como acontece, por exemplo, com a colocação do adjetivo antes ou depois do substantivo nas expressões *bom homem* e *homem bom* (Fonseca 1799: 279-281). Estas ideias, que não vimos ainda abordadas pelos gramáticos anteriores, são, na sua generalidade, retiradas da GRAE (1771: 329-338), confirmando a influência desta obra na perspetiva linguística do autor. Fonseca considera ainda a existência de uma espécie de hipérbato denominada sínquise e que, característica sobretudo do discurso poético, ocorre quando a ordem de palavras é muito confusa (Fonseca 1799: 281-282).

Segue-se a elipse, figura que, segundo o gramático, ocorre “quando se suprime, ou cala huma, ou mais palavras, que seriam necessárias para a regularidade da construção, mas não para intelligencia do que se exprime” (Fonseca 1799: 282). O uso desta figura é muito frequente, uma vez que permite que, sem prejuízo da clareza, o discurso seja conciso e, conseqüentemente, enérgico, características valorizadas pelos gramáticos iluministas. Neste sentido, estamos perante uma elipse, por exemplo, quando o verbo não se encontra explícito, quando há casos de aposição, quando nomes próprios admitem artigo e quando advérbios se juntam de modo irregular a adjetivos (Fonseca 1799: 283-287). Assim, como conclui o próprio autor, a elipse ocorre “em muitas frases, e locuções, que á primeira vista se tem por defeituosas, ou irregulares, e que por meio della se reduzem ás regras geraes, de que não são excepções” (Fonseca 1799: 287). Significa isto que esta figura adquire o estatuto de procedimento sintático, como

¹⁶¹ Relembramos que, como explica Gonçalves (2006: 12-15) e comprova Fonseca (1799: 273-282), a discussão sobre a ordem de palavras foi muito rica no final do século XVIII, o que pode explicar, além da influência da GRAE (1771: 329-338), a atenção concedida pelo gramático a esta figura.

percebemos também pelo facto de o autor fazer referência à elisão de constituintes em diversos outros momentos da gramática, por exemplo, a propósito dos pronomes relativos (Fonseca 1799: 56), dos verbos impessoais (Fonseca 1799: 89) e dos participípios (Fonseca 1799: 182). A abordagem da elipse levada a cabo por Fonseca segue muito de perto, mais uma vez, aquela que encontramos na GRAE (1771: 338-342).

O pleonasma é a terceira figura abordada e é descrito, à semelhança da GRAE (1771: 342-344), como sobejidão de palavras, ou seja, ocorre “quando se usa de palavras, posto que superfluas, com tudo uteis, e convenientes para dar, ou mais força à expressão, ou maior certeza, e efficacia às cousas, que se dizem, e asseverão” (Fonseca 1799: 287). Explica Fonseca que o uso permite que se acrescentem palavras gramaticalmente desnecessárias de modo a tornar o discurso mais firme, enérgico ou claro, como nos exemplos “*eu o vi com os meus olhos*”, “*eu mesmo o presenciei*” e “*parece-me a mim*” (Fonseca 1799: 288-289). Repare-se que o pleonasma se torna vicioso quando “se dizem algumas palavras que se podem escusar e são absolutamente supérfluas” (Fonseca 1799: 288), isto é, o recurso a esta figura está ligado a questões retóricas ou pragmáticas.

Por último, Fonseca analisa a silepse, que ocorre “todas as vezes, que na concordancia das palavras se atende, não o valor, que ellas tem, mas o sentido, que se concebe” (Fonseca 1799: 290). O gramático explica que a silepse pode dar-se ao nível do género, do número ou de ambos, como mostram, respetivamente, os exemplos “*Sua Magestade, justo, e pio, foi servido ordenar*”, “*Das ovelhas a maior parte ao desamparo dos pegureiros se perderão*” e “*Onde estavam armadas tamanha somma de rendas, e leitos como para tanta cavellaria parecia necessario*” (Fonseca 1799: 291-292). A abordagem desta figura é também muito semelhante à da GRAE (1771: 345-347), mas nesta obra não há uma divisão entre silepse do género e do número; ainda assim, a apresentação e análise dos exemplos permite concluir que essa distinção é feita, apenas não é explicitada. Na edição de 1796 da GRAE, data mais próxima da publicação dos *Rudimentos*, essa distinção é já feita de modo claro (GRAE 1796 [1771]: 373). Não podemos, no entanto, afirmar que Fonseca tenha consultado esta edição, não só porque as semelhanças com a primeira edição são muito mais evidentes, mas também porque

a divisão da silepse em género e em número atravessa toda a tradição gramatical portuguesa.

Da abordagem das figuras de construção na obra de Fonseca concluímos, antes de mais, uma inquestionável proximidade com o texto da GRAE, como, de resto, já vem sendo notada pelos investigadores (*vide* Schäfer-Priess [2005], Duarte [2017: 242] e Moura & Assunção [2012]). Destaca-se na perspetiva linguística do gramático a importância concedida ao uso e à questão estilística, desempenhando conceitos como a elegância, a energia, a força e a clareza um papel determinante enquanto instâncias legitimadoras do uso das figuras. Além disso, repare-se que funcionam também como procedimento sintático, sobretudo a elipse, na medida em que explicam as construções ao nível da realização oracional. As figuras afastam-se, então, das regras gramaticais, mas não são vistas como erro. É neste ponto que se distinguem do barbarismo e do solecismo, esses sim, considerados vícios que se opõem à “oração pura, e correcta” (Fonseca 1799: 294).

2.3—As figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII – síntese

Relativamente à secção dedicada às figuras de construção nas diferentes gramáticas do *corpus*, verifica-se que praticamente todos os autores a incluem no capítulo da sintaxe, mostrando desde logo que existe uma estreita relação entre sintaxe simples e sintaxe figurada. A única exceção é Bacelar que, como vimos, não só adota uma divisão de gramática completamente inovadora como também não dedica nenhuma secção às figuras.

Na generalidade, aquilo que os autores denominam sintaxe figurada, sintaxe irregular ou figuras de construção corresponde a construções que se afastam das regras gramaticais, ou seja, das normas prescritas na sintaxe regular. O que varia é, então, a causa ou legitimação desse afastamento da norma, assim como a abordagem das diversas figuras. Neste sentido, verifica-se que aquilo que determinados gramáticos consideram como figura pode não ser assim considerado por outros (que podem, por exemplo, ver nessa mesma construção a aplicação de uma regra sintática regular).

Paralelamente, encontramos construções que podem ser classificadas como figuras diferentes consoante o gramático em questão, já que também divergem os esquemas das figuras apresentados pelos autores. Começamos, então, por este ponto – o número e a classificação das figuras nos vários gramáticos, o que nos permitirá tecer desde logo algumas considerações.

De um modo geral, o número de figuras definido varia entre as três e as cinco. A elipse, o pleonismo e o hipérbato são as três figuras comuns aos sete gramáticos e as únicas consideradas por Bacelar e por Figueiredo, ainda que este último apresente também quatro tipos de elipse: zeugma, silepse, síntese e enálage. O caso de Lobato é semelhante ao de Figueiredo (talvez porque o primeiro tenha influenciado o segundo no que ao esquema das figuras diz respeito): ainda que o autor da *Arte* defenda a existência de sete figuras, quatro delas (o zeugma, a silepse, a síntese e a enálage) são apresentadas como espécies de elipse. Casimiro e Fonseca consideram quatro figuras de construção – elipse, silepse, pleonismo e hipérbato –, o que corresponde diretamente ao esquema quadripartido apresentado na *Minerva* do Brocense (*vide* secção x). Não obstante, relembramos que a influência mais direta de Fonseca não será a referida gramática sanctiana (ainda que provavelmente o autor a tenha conhecido e consultado), mas sim a GRAE, onde são apresentadas as mesmas quatro figuras. O esquema defendido por Argote não se afasta de modo substancial daquele do Brocense: o gramático português defende a existência das mesmas quatro figuras, apenas acrescentando o idiotismo, figura característica da concepção linguística do gramático e que consiste nas particularidades de determinada língua que se afastam da gramática latina. Por último, também Chantal Álvares apresenta cinco figuras, mas distintas das referidas pelo gramático anterior: elipse, silepse, síntese, pleonismo e hipérbato.

A primeira figura abordada é, em todas as gramáticas à exceção da de Fonseca, a elipse. Esta opção poderá ser justificada pela importância que esta figura deteve desde o início da corrente racionalista e sobretudo com as ideias do Brocense, cuja influência na gramática de Lobato, manual oficial nas escolas portuguesas, foi determinante. A descrição geral da elipse é idêntica nos diferentes autores, que concordam em estarmos perante a supressão de algum constituinte necessário à oração e no facto de ser um

fenómeno muito frequente. De igual modo, o estatuto de procedimento sintático explicativo concedido a esta figura atravessa todas as gramáticas, à exceção do *Breve Compendio da grammatica portugueza* de Chantal Álvares – cuja autora, como vimos, perspetiva as figuras na sua vertente estilística ou literária, pouco devendo à corrente racionalista. Diverge, então, de gramático para gramático a sistematicidade com que a elipse é aplicada e, consequentemente, o tipo de construções consideradas elíticas. Caso evidente e digno de reparo é o de Argote e Lobato, uma vez que o segundo critica o primeiro por não recorrer à elipse com a frequência que esta requer e, consequentemente, analisar erradamente determinadas construções, atribuindo estes erros à influência de Manuel Álvares e dos seus comentadores (Lobato 1770: XXXVIII). Na perspetiva de Argote, a oração “Eis aqui o ladrão” exemplifica a regra sintática que dita que o advérbio pede nominativo (Argote 1725 [1721]: 199); por sua vez, a oração “Posto eu à meza ouvi meyo dia” mostra que, quando existem nomes independentes do sentido da oração, se colocam-se em nominativo absoluto (Argote 1725 [1721]: 199-200)¹⁶². Por outro lado, Lobato enquadra estas duas construções na sintaxe figurada, explicando que em ambas existem constituintes elididos e que, portanto, as regras prescritas por Argote estão erradas; para Lobato, tais orações corresponderiam, então, às seguintes: “Eis-aqui está o ladrão” e “Posto eu à meza, ouvi o relógio, que fez o sinal de ser passado o meio dia” (Lobato 1770: XXXVIII-XL). Também Bacelar se refere a estes dois exemplos. Relativamente ao primeiro, defende, tal como Lobato, que os advérbios não regem nominativo e que há constituintes elididos (Bacelar 1783: 51, n. d); relativamente ao segundo, mostra como, ao contrário do que defende Argote, o particípio “posto” não é independente, mas concorda com “eu” em género, número e caso (Bacelar 1783: 48-49). Assim, determinadas construções que para Argote correspondem a mais uma regra sintática, para Lobato e Bacelar são o resultado da aplicação de uma figura. Estes dois gramáticos formulam, então, um número menor de regras do que Argote, explicando os desvios das mesmas através das figuras de

¹⁶² Este mesmo exemplo – “Posto eu à meza ouvi meyo dia” – é também considerado por Argote como um idiotismo, visto que em latim, ao contrário do que acontece em português, não existe nominativo absoluto (Argote 1725 [1721]: 270). Assim, o gramático revela ter consciência da especificidade deste tipo de construção, mesmo que a inclua nas regras da sintaxe simples.

construção, o que revela uma maior influência da corrente racionalista na perspectiva linguística dos mesmos do que na de Argote.

Algo semelhante ocorre com a silepse, uma vez que determinadas construções que Argote integra nas regras da sintaxe regular outros gramáticos abordam a propósito daquela figura. Por exemplo, o autor das *Regras* prescreve, na secção relativa à sintaxe de concordância, que, quando existem diversos substantivos a concordar com um mesmo adjetivo, este se coloca no plural e no género mais nobre, o masculino, como no exemplo “A Rosa, e o Cravo murchos perdem a gala” (Argote 1725 [1721]: 190), e que, quando existem diversos nominativos relativos a um mesmo verbo, este se coloca no plural e na pessoa mais nobre, como no exemplo “Eu, e Pedro escapámos da tormenta” (Argote 1725 [1721]: 191-192). Pelo contrário, este mesmo tipo de construções, acompanhadas de uma descrição semelhante à de Argote, é perspectivada por outros gramáticos como silepse – falamos do caso de Lobato (1770: 236-237), Bacelar (1783: 48), Chantal Álvares (1786: 39-40) e Figueiredo (1799: 110-111)¹⁶³.

Não obstante, vimos que também Argote considera a existência da silepse, definindo-a como a palavra que não concorda com outra com a qual devia concordar, mas com a significação ou sentido dela (Argote 1725 [1721]: 252). Fonseca (1799: 290-294) é o único gramático que trata esta figura de modo igual a Argote, já que para os restantes autores – veja-se Lobato (1770: 238-239), Chantal Álvares (1786: 40) e Figueiredo (1799:

¹⁶³ Note-se que, ainda que os quatro gramáticos vejam estas construções como silepse, a abordagem da figura não é a mesma em todos. Assim, se Chantal Álvares e Figueiredo se aproximam bastante da perspectiva de Argote, o caso de Lobato e Bacelar é diferente. Ambos os autores defendem que a concordância do nominativo quer com o adjetivo quer com o verbo se faz na verdade com um constituinte que está elidido, apenas parecendo que a concordância se faz com o género ou a pessoa mais nobre. Veja-se o exemplo “feliz pai, e mãe, igualmente ditosos”, para o primeiro caso, em que a palavra “indivíduos”, com a qual o adjetivo “ditosos” concorda, está subentendida (Bacelar 1783: 48) e o exemplo “Eu, e Pedro militámos na Índia”, para o segundo caso, em que a expressão “nós ambos homens”, com a qual o verbo “militámos” concorda, está elidida (Lobato 1770: 237). Importa reparar também numa nota de rodapé de Lobato apresentada a propósito da regra de concordância do substantivo com o adjetivo em género: o gramático critica aqueles que, como Argote (que poderá ser o alvo da crítica, ainda que Lobato não o explicita), defendem que o adjetivo concorda com o substantivo do género mais nobre, explicando que “fallão assim, por não reflectirem, que nesta [*João, e Maria são dotados de virtude*], e semelhantes orações faltão palavras, que se sobentendem” (Lobato 1770: 196-197, n.a).

111-112) –, esta definição e o tipo de construções que a exemplificam correspondem à figura da síntese.

Relativamente ao pleonismo e ao hipérbato, a caracterização geral e a exemplificação não apresenta diferenças substanciais nos sete autores: enquanto o primeiro consiste no acrescentamento de alguma palavra supérflua à oração, o segundo corresponde à inversão da ordem natural das palavras. O principal aspeto que divide os autores no que diz respeito à abordagem destas duas figuras consiste na adoção ou não de uma perspetiva estilística ou pragmática. No caso do pleonismo, vários são os autores que defendem que esta figura é utilizada com a intenção de acrescentar energia ou graça ao discurso: Lobato (1770: 240-241), Chantal Álvares (1786: 40-41), Figueiredo (1799: 112-113) e Fonseca (1799: 287-290). Por sua vez, Argote e Casimiro não referem esta questão estilística e Bacelar não aborda sequer o pleonismo. No caso do hipérbato, a vertente estilística é destacada por Bacelar (1783: 16, n. b), Chantal Álvares (1786: 41-43), Figueiredo (1827 [1799]: 157-160) e Fonseca (1799: 273-282), que veem esta figura, mais associada ao discurso poético, como um meio de acrescentar graça, elegância ou energia à oração. Pelo contrário, Argote (1725 [1721]: 255-257), Lobato (1770: 242-244) e Casimiro (1803 [1792]: 69) abordam o hipérbato como uma variante neutra da ordem de palavras.

Importa ainda debruçarmo-nos sobre um fenómeno que não é abordado por todos os gramáticos e que apenas é considerado figura por um: o idiotismo. Argote é o único dos gramáticos em estudo que o integra no esquema das figuras, atribuindo-lhe, assim, o mesmo estatuto que às restantes. Vimos já o modo como o gramático aborda o idiotismo (*vide* secção x), por isso interessa-nos agora confrontar essa abordagem com a dos restantes autores que o referem: Lobato, Bacelar e Figueiredo. Lobato menciona este fenómeno duas vezes: a primeira a respeito dos adjetivos *isto*, *isso*, *aquilo*, *tudo*, *ninguém*, *alguém*, *outrem* e *quem*, que, por não poderem concordar com nenhum substantivo expresso, seriam um idiotismo introduzido pelo uso para trazer brevidade

ao discurso (Lobato 1770: 196)¹⁶⁴ e a segunda relativamente às expressões pleonásticas “parece-me a mim” e “lembra-me a mim” (Lobato 1770: 241). Bacelar, como vimos já, refere-se ao idiotismo a propósito dos tempos compostos, identificando formas como “temos visto” ou “estamos lendo” com particularidades do português, por oposição ao modelo latino (Bacelar 1783: 51). Por fim, Figueiredo identifica como idiotismos três tipos de fenómenos: pronomes como *isto*, *isso* e *aquilo*, a que chama neutros por não concordarem com nenhum substantivo (Figueiredo 1799: 16, n. 11), concordância de nomes no plural com vozes que parecem do singular, como no exemplo “havia muitos homens”¹⁶⁵ (Figueiredo 1799: 28-29, n. 3) e uso pessoal do modo infinitivo¹⁶⁶ (Figueiredo 1799: 109, n. 1). Apesar de nenhum dos três autores apresentar o idiotismo como uma figura, todos eles o identificam com as particularidades do português, ou seja, com construções que, pela sua especificidade, são características da língua portuguesa, sobretudo face ao modelo gramatical latino que continuava a ser a referência para os gramáticos.

Partindo do exposto, podemos avançar algumas conclusões sobre a abordagem das figuras de construção nas gramáticas em estudo, nomeadamente quais as fontes que influenciaram os autores e qual o estatuto das figuras.

Percebemos, em primeiro lugar, que a influência da corrente racionalista se continua a fazer sentir ao longo do século XVIII, sobretudo na gramática de Lobato, de Bacelar e de Casimiro. O caso de Lobato é evidente, uma vez que, como vimos na secção respetiva, as ideias do gramático têm muito a dever ao Brocense; relativamente a Bacelar, estamos perante um gramático em muitos pontos inovador, mas que está, nomeadamente no

¹⁶⁴ De modo semelhante, também Argote aborda este tipo de construções, considerando haver idiotismo nos pronomes *isto*, *isso*, *aquilo* e no adjetivo *tudo*, uma vez que “significação por hum modo especial”, não têm plural e não podem concordar com nenhum substantivo (Argote 1725 [1721]: 259-260).

¹⁶⁵ Relativamente a este aspeto, esclarece Ponce de León (2019c: 122) que Figueiredo “renuncia a explicar a sequência sintática em que se insere forma impessoal de ‘haver’, limitando-se a invocar a *auctoritas* dos escritores”.

¹⁶⁶ Figueiredo (1799: 109, n. 1) considera que o infinitivo nunca pode ser pessoal e, por isso, formas verbais como *amores*, *amarmos*, *amardes*, *amarem*, *defenderes*, *defendermos* resultam da junção, pela figura paragoge, dos *vicepronomes* *es*, *mos*, *des*, *em* ao verbo no infinitivo e podem ser resolvidas pela enálage – figura que consiste em tomar as partes da oração umas por outras ou em trocar os seus acidentes uns por outros (Figueiredo 1799: 112). Deste modo, o gramático está a defender, como explica Ponce de León (2006c: 179), a não gramatização do infinitivo flexionado.

que às figuras diz respeito, em consonância com as ideias racionalistas; Casimiro, por sua vez, apresenta-nos uma obra muito sintética e fundamentada na tradição gramatical, nomeadamente em Lobato, já que a sua finalidade pedagógica mais não exigia. Assim, para estes três autores, as construções figuradas podem ser sempre reduzidas à sintaxe regular, o que significa que, apesar de parecerem desviantes, não se afastam das regras prescritas. Neste sentido, as figuras funcionam como procedimentos sintáticos aplicados de modo sistemático, o que se verifica de modo mais evidente no caso da elipse – figura por excelência na corrente racionalista.

As gramáticas de Argote e de Chantal Álvares demarcam-se consideravelmente das acima referidas. Relativamente a Argote, as diversas influências que sofreu, a saber, da corrente normativa, da racionalista e da logicista, tornaram a gramática bastante complexa. Neste sentido, torna-se difícil propor uma caracterização geral para o estatuto que as figuras têm na obra; podemos, ainda assim, afirmar que as perspectivas como modos de falar que, apesar de não respeitarem a sintaxe regular, são legitimados pelo uso. No que diz respeito a Chantal Álvares, a obra destaca-se pela preocupação retórica e estilística que a autora imprime à abordagem das figuras: vistas como desvios intencionalmente introduzidos pelos bons autores com o objetivo de tornar o discurso mais elegante e expressivo. Estabelece-se, então, uma ligação entre as figuras e a literatura, de modo coerente com a finalidade da obra: contribuir para a formação geral das meninas, que passava também pelos conhecimentos literários.

Todavia, Chantal Álvares não é a única a destacar a vertente estilística das figuras, uma vez que também Figueiredo e Fonseca o fazem, ainda que não do mesmo modo que a primeira autora. No que diz respeito a Figueiredo, as figuras estão ainda relacionadas até certo ponto com o uso e com o incumprimento gramatical. Mas é verdade que subjaz à abordagem de cada figura uma preocupação estilística, que é exacerbada, como vimos, na edição de 1827. Diferentemente da obra de Chantal Álvares, o que acontece é que a alusão a conceitos como clareza e brevidade reflete já a influência do logicismo e do iluminismo linguísticos. O mesmo acontece com Fonseca: apesar de as figuras serem também vistas como procedimento sintático, são legitimadas por fatores como a elegância, a energia, a força e a clareza. Não obstante a dívida que ainda apresentam

para com a tradição gramatical anterior, as gramáticas de Figueiredo e de Fonseca, publicadas mesmo no fim do século, são obras de transição. De facto, revelam ser já influenciadas pelo iluminismo linguístico e pelos enciclopedistas e sensualistas (lembramos que Fonseca cita nomes como Du Marsais e Condillac), influência esta que será rápida e intensivamente recebida em Portugal até 1822, de acordo com Schäfer-Priess (2001: 139).

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo o estudo das figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII. Uma vez que a conceção linguística presente em qualquer obra reflete os seus antecedentes, foi necessário abordar, primeiro de tudo e de acordo com o nosso primeiro objetivo, alguns aspetos relativos à gramaticografia prévia, nomeadamente o tratamento das figuras pelos autores quinhentistas e seiscentistas. Começámos, então, pelo estudo do século XVI, que constituiu a secção 1.1. Marcado pela transição da gramática medieval para a renascentista, este século viu impor-se gradualmente o uso do vernáculo. No caso português, surgem as primeiras descrições metalinguísticas dedicadas à língua portuguesa – as obras de Fernão de Oliveira e de João de Barros. Se, por um lado, se assiste neste século à crescente importância da Companhia de Jesus e da gramática de Manuel Álvares, no que diz respeito ao ensino do latim, por outro lado, começa também a ganhar terreno a corrente racionalista, sobretudo com a figura do Brocense, que influenciará o pensamento de boa parte dos gramáticos seiscentistas e setecentistas. De seguida, abordámos o século XVII. O *Methodo* de Roboredo é a única gramática cujo foco é a gramática portuguesa comparada com o latim e destaca-se por introduzir já ideias da corrente racionalista. Neste século, desenvolvem-se as linhas gerais do racionalismo cartesiano e do empirismo lockiano, duas correntes de pensamento fundamentais e que estarão na base das ideias dos Mestres de Port-Royal.

No que diz respeito ao século XVIII, procedemos, num primeiro momento, à descrição do contexto cultural e gramaticográfico português, o que correspondia ao nosso segundo objetivo. Esta secção foi desenvolvida tendo por base os conceitos de “clima de opinião” (Koerner 2014: 88) e de “perspetiva externa” (Swiggers 2009: 70), que advogam a importância de conhecer a conjuntura em que determinada obra surge para a conseguirmos analisar de modo aprofundado. Assim, vimos que o panorama sociocultural e político português é fortemente influenciado pelo iluminismo francês. Importa ainda ter em conta o impacto que a reforma dos estudos levada a cabo pelo Marquês de Pombal teve na gramaticografia portuguesa, nomeadamente devido à

expulsão dos jesuítas e proibição de uso dos seus manuais e à oficialização do ensino da língua portuguesa.

Ao terceiro objetivo – compreender a abordagem que cada um dos sete gramáticos faz das figuras de construção – dedicámos toda a secção 2.2. Além da apresentação da vida e obra de cada autor e da descrição geral de cada gramática, analisámos o tratamento e o estatuto das figuras de construção em cada uma das sete obras em estudo. Tendo em conta que o nosso objetivo era reconstruir a conceção linguística de cada gramático, o método para o atingir partiu sobretudo dos conceitos de “lógica interna” (Breva-Claramonte 2002) e de “perspetiva interna” (Swiggers 2009: 70). Assim, para Argote, as figuras de construção correspondem a modos de falar que, apesar de não respeitarem a sintaxe simples, são admitidos pelo uso. No caso de Lobato, por influência da corrente racionalista, são vistas como procedimento sintático explicativo (com destaque para a elipse), ou seja, como construções que, parecendo desviantes, são redutíveis à sintaxe simples. Já Bacelar não dedica nenhuma secção às figuras, mas as referências pontuais que faz às mesmas e a conceção linguística presente na gramática permitem afirmar que as perspetiva como mecanismos para explicar a estrutura sintática. A abordagem de Chantal Álvares destaca-se pela preocupação com a vertente estilística e retórica das figuras, que são vistas como irregularidades introduzidas na oração com o objetivo de contribuir para a sua elegância e expressividade. Na obra de Casimiro, as figuras são abordadas de modo muito breve e tradicional, correspondendo a construções que, apesar de se afastarem das regras, são admitidas na gramática. Por sua vez, Figueiredo vê nas figuras um meio para adornar o discurso, mas destaca também a questão do incumprimento gramatical, na medida em que o uso inadequado das mesmas torna a oração viciosa. Para Fonseca, as figuras, apesar de também funcionarem como procedimento sintático, são admitidas por contribuírem para a elegância, energia, força ou clareza da oração.

Feita esta análise, dedicámos a secção 2.3 ao quarto objetivo do estudo – a caracterização das figuras de construção nas gramáticas portuguesas do século XVIII a partir do confronto das diferentes obras estudadas. Incluída nas secções dedicadas à sintaxe, a sintaxe figurada corresponde, numa perspetiva geral, às construções que se

afastam das regras prescritas na sintaxe regular, mas que são admitidas na gramática. Consoante as correntes em que os autores se inserem, as fontes em que se baseiam, a finalidade e o público a que se destina a gramática, entre outros aspetos, as abordagens dos vários gramáticos revelam-se distintas.

A corrente racionalista continua a ser determinante na perspetiva linguística de grande parte dos gramáticos setecentistas, razão pela qual importa ter em conta na análise das suas obras os aspetos abordados na secção 1.1. De facto, o estatuto de procedimento sintático explicativo conferido às figuras remonta às ideias desenvolvidas pelos gramáticos renascentistas, sobretudo o Brocense, que atribuiu à elipse o papel de destaque que ainda possui no século XVIII. Apesar de a sistematicidade com que é aplicada pelos gramáticos do *corpus* variar, o seu estatuto de mecanismo sintático é assumido por todos, à exceção de Chantal Álvares. De igual modo, o esquema quadripartido das figuras defendido na *Minerva* manifesta-se também em gramáticos como Argote, Lobato ou Casimiro, ainda que por vezes com algumas adaptações. Tendo em conta a conceção linguística e a abordagem das figuras, os autores que mais se aproximam da corrente racionalista são Lobato, Bacelar e Casimiro, que defendem que as construções figuradas, apesar de parecerem desvios, não se afastam das regras prescritas, pois podem ser reduzidas à sintaxe regular.

A corrente logicista, tal como delineada pelos Mestres de Port-Royal (cf. secção 1.2) revela-se também influente no século XVIII, ainda que não na mesma medida que a anterior. Veja-se o caso de Argote, gramático que, apesar de basear as suas ideias em diferentes correntes, é aquele em que, na época em estudo, mais pontos de contacto com a doutrina logicista encontramos. Por exemplo, vimos que não recorre à elipse com a mesma sistematicidade que os autores racionalistas, como Lobato ou Bacelar, e que encontra no uso a legitimação para as construções figuradas.

A conceção linguística de Chantal Álvares parece não se enquadrar de maneira clara em nenhuma corrente, seja ela normativa, racionalista ou logicista. Predomina na abordagem das figuras a vertente estilística, uma vez que as mesmas são utilizadas com o objetivo de tornar o discurso mais elegante e expressivo. Estabelece-se, então, uma

relação direta entre as figuras e a retórica e a literatura, o que não acontece em nenhum outro autor.

Relativamente aos gramáticos que publicaram as suas obras já na viragem do século – falamos de Figueiredo e de Fonseca –, verifica-se que as correntes racionalista e logicista vão perdendo o destaque que tinham para dar lugar a outras. Assim, o iluminismo linguístico que ia ganhando terreno com os ideólogos franceses vai gradualmente sendo introduzido nas obras gramaticais portuguesas. No caso de Figueiredo, as figuras têm já como principal função, ainda que não única, adornar o discurso. Relativamente a Fonseca, é verdade que a sua principal influência ao nível da perspetiva linguística é a GRAE, mas as citações de Du Marsais e de Condillac e a importância concedida a fatores como a elegância ou a clareza enquanto legitimação das construções figuradas são já reflexo da influência francesa.

Traçadas estas considerações, julgamos poder afirmar que os objetivos a que nos propusemos ficaram cumpridos. Todavia, sendo a investigação em qualquer área uma tarefa interminável, temos consciência de que há muito trabalho por desenvolver. Particularmente no que diz respeito ao nosso tema, devido a limitações de tempo e espaço, ficam por trabalhar as figuras de construção na gramaticografia portuguesa do início do século XIX – mais concretamente até 1822, data da publicação da *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), de Jerónimo Soares Barbosa, que “pode ser considerada o ponto culminante da gramaticografia portuguesa anteriormente à entrada em Portugal do método histórico-comparativo” (Schäfer-Priess 2019: 1). Sabemos, então, que o nosso estudo ficou limitado por não contemplar uma análise da evolução que a abordagem das figuras levada a cabo pelos autores setecentistas terá nos gramáticos posteriores – na medida em que qualquer obra não só é influenciada pelo contexto gramaticográfico anterior como também ela própria influencia o contexto posterior. Apesar de deixarmos esta lacuna, este tópico poderá tornar-se o objeto de trabalhos e investigações futuras, para as quais este trabalho poderá funcionar como ponto de partida.

Para concluir, esperamos ter dado o nosso contributo para a área, não só ao nível da investigação, mas também da sua valorização. À historiografia linguística tem sido

concedida pouca atenção, mas o seu estudo é não só relevante como indispensável. A este propósito, explica Swiggers (2013: 49), com quem concordamos, que esta área se revela fundamental ao nível cognitivo e educativo, ensinando-nos muito sobre a nossa história enquanto seres humanos, nomeadamente sobre a importância que exerce a linguagem na história das culturas, das sociedades e das atividades intelectuais da humanidade.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Álvares, F. C. (1786). *Breve Compendio da gramatica portugueza para o uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa*, Por huma Religioza do mesmo Mosteiro. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria.

Álvares, M. (2002) [1572]. *Emmanuelis Alueri e Societate Iesu de institutione grammatica libri tres*. In R. Ponce de León. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Argote, J. C. (1721). *Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina ou Disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Officina da Música.

Argote, J. C. (1725) [1721]. *Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina ou Disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Officina da Música.

Arnauld, A. & Lancelot, C. (1660). *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Chez Pierre le Petit, Imprimeur & Libraire ordinaire du Roy.

Bacelar, B. L. M. (1783). *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*. Lisboa: Na Offic. De Simão Thaddeo Ferreira.

Barbosa, J. S. (1822). *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral applicados à nossa Linguagem, Por J. S. B., Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra*. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias.

Barros, J. (1540). *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Luís Rodrigues.

Casimiro, J. J. (1803) [1792]. *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*. Porto: Na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.

Figueiredo, A. P. (1761). *Figuras da syntaxe latina, explicadas, e illustradas por Antonio de Figueiredo, segundo os principios de Linacro, Sanches, Vossio, e Perizonio. Principes da Grammatica Moderna*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa.

Figueiredo, P. J. (1799). *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil, e claro, offererecida a Sua Alteza Real o serenissimo Senhor Dom Antonio, Principe da Beira*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica.

Figueiredo, P. J. (1811) [1799]. *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil, e claro, offererecida a Sua Alteza Real o serenissimo Senhor Dom Antonio, Principe da Beira. Terceira Edicção para uso do Collegio Real de Nobres, e do Seminario do Patriarchado*. Lisboa: Na Impressão Regia.

Figueiredo, P. J. (1827) [1799]. *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, facil, e claro, Reformada nesta quarta edição para uso do Collegio Real de Nobres, e do Real Seminario do Patriarchado, por Pedro José de Figueiredo, Socio da Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Impressão Regia.

Fonseca, P. J. (1799). *Rudimentos da grammatica portugueza, Cómmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*. Lisboa: Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.

Lobato, A. J. R. (1770). *Arte da grammatica da língua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Nebrija, A. (1492). *Gramática Castellana*. Salamanca. Cf. Nebrija, A. (1992) [1492].

Nebrija, A. (1992) [1492]. *Gramática Castellana*. In M. A. Esparza & R. Samiento (Eds.). *Elio Antonio de Nebrija. Gramática Castellana. Introducción y notas: Miguel Ángel Esparza, Ramón Sarmiento*. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija.

Oliveira, F. (1536). *Grammatica da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Germão Galharde. Cf. Oliveira, F. (2012) [1536].

Oliveira, F. (2012) [1536]. *Grammatica da Linguagem Portuguesa*. In J. E. Franco & J. P. Silvestre. *Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira. Fac-símile*,

introdução e edição actualizada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, B. (1672). *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur*. Lyon, Laurent Anissont.

Real Academia Española (=GRAE) (1771). *Gramática de la Lengua Castellana, compuesta por la Real Academia Española*. Madrid: Por Don Joachin Ibarra, impresor de Cámara de S. M..

Real Academia Española (=GRAE) (1796) [1771]. *Gramática de la Lengua Castellana, compuesta por la Real Academia Española. Quarta Edicion Corregida y Aumentada*. Madrid: Por Don Joachin Ibarra, impresor de Cámara de S. M..

Roboredo, A. (1619). *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

Sánchez de las Brozas, F. (1995) [1587]. *Minerva seu de causis linguae Latinae*. In E. Sánchez Salor & C. Chaparro Gómez (Eds.). *Francisco Sánchez de las Brozas. Minerva o de causis linguae latinae*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense.

Verney, L. A. (1746). *Verdadeiro Metodo de Estudar*. Tomo Primeiro. Valença: Na Officina de Antonio Balle.

Verney, L. A. (1758). *Grammatica latina tratada por um metodo novo, claro e facil. Para uzo daquellas pessoas, que querem aprendela brevemente e solidamente. Traduzida de francez em italiano: e de italiano em portuguez*. Barcelona: [s.n.].

Fontes Secundárias

Albuquerque García, L. (2005). Las figuras retóricas de la Gramática Castellana de Nebrija en el contexto del Humanismo. In *Filología y Lingüística: Estudios Ofrecidos a Antonio Quilis. Volumen II*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1635-1650.

Andrade, A. B. (1966). *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Andrade, A. B. (1980). *Verney e a projecção da sua obra*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Andrade, A. B. (1981). *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771). Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal*. 1º Volume (A Reforma). Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Andrade, A. B. (1982). *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Aranha, B. (1900). *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva Aapplicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Décimo Sétimo. Lisboa: Imprensa Nacional.

Araújo, A. C. (2003). *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Asensio, E. (1960). La lengua compañera del império. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal. *Revista de Filología Española*. 43 (3/4), 399-413.

Assunção, C. (1997). *Para uma gramatologia portuguesa: dos primórdios do gramaticalismo em Portugal a Reis Lobato*. Vila Real: UTAD.

Assunção, C. (1998). Gramaticalismo Português Setecentista e a Gramática de la Lengua Castellana da RAE. In *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 103-115.

Assunção, C. (1999). A Gramática de Reis Lobato (1770) e a Gramática de la Lengua Castellana da ERA (1771): duas gramáticas do poder. In M. C. Henríquez Salido & M. Á. Esparza Torres (Eds.). *Estudios de Historiografia Lingüística Hipánica Ofrecidos a Hans-Josef Niederehe*. Vigo: Universidade, Departamento de Filología Española, 25-37.

Assunção, C. (2000). Introdução. In *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa, de António José dos Reis Lobato. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários* (pp. 7-109). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Assunção, C. & Fernandes, G. (2007). Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos. In *Methodo Grammatical para todas as Línguas, Edição Facsimilada, com prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes* (pp. XI-CII). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Auroux, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. UNICAMP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

Breva-Claramonte, M. (1980). La teoría gramatical del Brocense en los siglos XVII y XVIII. *Revista Española de Lingüística*. 10, 357-385.

Breva-Claramonte, M. (1983). *Sanctius' Theory of Language: A contribution to the history of Renaissance linguistics*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

Breva-Claramonte, M. (2002). La lógica interna como método historiográfico. Su aplicación a la *Minerva* (1587) del Brocense. In M. A. Esparza; B. Fernández & H.-J. Niederehe (Ed.). *SEHL 2001. Estudios de Historiografía Lingüística. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (pp. 25-34). Hamburgo: Helmut Buske.

Breva-Claramonte, M. (2006). La huella de la *Minerva* (1587) del Brocense en la gramática castellana del siglo XVII. In J. J. Gómez Asencio (Dir.). *El castellano y su codificación gramatical. Volumen II. De 1614 (B. Jiménez Patón) a 1697 (F. Sobrino)* (pp. 71-102). Castilla y León: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

Buescu, M. H. C. (1978). *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Buescu, M. H. C. (1984a). *Babel ou a ruptura do signo. As gramáticas e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Buescu, M. H. C. (1984b). *Historiografia da língua portuguesa. Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa.

- Calero Vaquera, M. L. (2007). Desarrollo de la sintaxis en la tradición gramatical hispánica. In J. Dorta, C. Corrales & D. Corbella (Eds.). *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico. Fundamentos epistemológicos y metodológicos*. Madrid: Arco/Libros, 89-118.
- Carvalho, L. R. (1978). *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva, Editora da Universidade de São Paulo.
- Carvalho, R. (1986). *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casas Rigall, J. (1997). Vicios gramaticales y licencias oratorias: un capítulo deturpado de la Gramática de Nebrija. *Neophilologus*. 81, 539-549.
- Coelho, S. (2011). As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822). In Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 168-181.
- Colombat, B. (1993). *Les figures de construction dans la syntaxe latine (1500-1780)*. Paris: Éditions Peeters.
- Coseriu, E. (2000). Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In A. Torres & C. Assunção (Eds.) Gramática da Linguagem Portuguesa (1536). *Edição crítica, semidiplomática e anastática com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu* (pp. 29-60). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Duarte, S. (2010). A censura, por Jerónimo Soares Barbosa, à *Arte da grammatica portugueza* de Pedro José de Figueiredo: o debate sobre a ordem das palavras, na esteira da gramática racionalista. *Estudios Portugueses*. 10, 9-26.
- Duarte, S. (2012a). A defesa perante Jerónimo Soares Barbosa nas *Anotações à Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo. In Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 235-255.
- Duarte, S. (2012b). La presencia castellana en el *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo. In E. Battaner Moro, V. Calvo Fernández & P. Peña (Eds.).

Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación. Volumen I. Münster: Nodus Publikationem, 295-305.

Duarte, S. (2012c). As edições da *Arte da Grammatica Portuguesa* de Pedro José de Figueiredo. *Revista de Letras*. 11, 67-104.

Duarte, S. (2016). Vozes castelhanas na tradição portuguesa (textos metagramaticais e metaortográficos). *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. 2-10, 235-252.

Duarte, S. (2017). *La lengua y la gramaticografía españolas en la tradición portuguesa: gramática y ortografías (siglos XVI-XIX)* [Tese de doutoramento]. León: Universidade de León.

Esparza, M. A.; Samiento, R. (1992). Introducción a la Gramática Castellana (1492) de Elio Antonio de Nebrija. In M. A. Esparza & R. Sarmiento (Eds.). *Elio Antonio de Nebrija. Gramática Castellana. Introducción y notas: Miguel Ángel Esparza, Ramón Sarmiento* (pp. 9-95). Madrid: Fundación Antonio de Nebrija.

Fávero, L. L. (1996). *As concepções lingüísticas no século XVIII. A gramática portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP.

Fernandes, G. (2002). *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas* [Tese de doutoramento]. Vila Real: UTAD.

Fernandes, G. (2004). A edição *princeps* da *Minerva* (León, 1562) de Sánchez, o Brocense. *Revista Portuguesa de Humanidades*. VIII, 251-265.

Fernandes, G. (2006). As *Introductiones Latinae* (1481) de Élio António de Nebrija. *Humanitas*. 58, 253-271.

Fernandes, G. (2009). A Primeira Gramática do Português como Língua Estrangeira (Lugduni 1672). In T. Bastardín Candón & M. Rivas Zancarrón (Eds.). *Estudios de Historiografía Lingüística* (pp. 205-220). Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

Franco, J. E. & Silvestre, J. P. (2012). Introdução. In J. E. Franco & J. P. Silvestre (Eds.). *Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira. Fac-símile, introdução e*

edição actualizada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre (pp. 7-35). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

García Martín, A. M. (2007). Sobre la referencia al castellano en la tradición gramatical del português. In A. M. Dios (Ed.). *Aula ibérica. Actas de los congresos de Évora y Salamanca (2006-2007)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 209-218.

Gómez Gómez, J. M. (2000). La figura de construcción en la Gramática de Manuel Álvares. Un planteamiento lingüístico-retórico. *Anuário de Estudos Filológicos*. XXIII, 187-204.

Gómez Gómez, J. M. (2002). *Emmanuelis Alvari e Societate Iesv De Institvtione Grammatica liber secvndus: De octo partivm orationis constrvctione*. Estudio, edición crítica, traducción, notas e índices [Tese de doutoramento]. Cáceres: Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones.

Gonçalves, M. F. (1997). As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII. *Confluência*. 14(2), 37-59.

Gonçalves, M. F. (2001). Aspectos da história e da historiografia portuguesa na época pombalina. In W. Thielemann (Ed.). *Século XVIII: Século das luzes – Século de Pombal*. Frankfurt am Main: TFM, 11-31.

Gonçalves, M. F. (2005). Da "francezia" ou o problema das palavras afrancesadas no século XVIII: as ideias de António das Neves Pereira. *Estudios Portugueses*. 5, 45-62.

Gonçalves, M. F. (2005). Revisitando o texto preambular setecentista: a produção metalinguística em português. In M. A. Marques, E. Koller, J. Teixeira & A. S. Lemos (Orgs.). *Ciências da Linguagem: 30 Anos de Investigação e Ensino*. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Humanísticos, UM, 99-116.

Gonçalves, M. F. (2006). Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. In *Actas do VII Congrès de Linguística General, 18 al 21 d' abril de 2006*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona.

Gonçalves, M. F. (2010). A normalização da língua portuguesa no século XVIII e o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney. *Confluência*. 37/38, 83-109.

Gonçalves, M. F. (2011). La conexión portuguesa: gramáticas portuguesas y gramáticas españolas entre 1700 e 1835. In J. J. Gómez Asencio (Dir.). *El castellano y su codificación gramatical. Volumen III. De 1700-1835* (pp. 419-441). Castilla y León: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

Guimarães, R. D. (2012). Argote e o pioneirismo em variação linguística e dialectologia em Portugal, séc. XVIII. *Revista de Letras*. 11, 119-131.

Harto Trujillo, M. L. (1996). Tomás Linacro y el Brocense. In E. Sánchez Salor, L. Merino Jerez & S. López Moreda (Eds.). *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*. Cáceres: Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 95-103.

Kemmler, R. (2005). António José dos Reis, gramático pombalino. In M. Gonçalves, A. S. Silva, J. Coutinho, J. C. Martins & M. J. Ferreira (Coords.). *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Volume I. Braga: ALETHEIA, 429-448.

Kemmler, R. (2011). As Origens da Disciplina 'Historiografia Linguística' na Notícia Succinta (1823) de José Vicente Gomes de Moura. *Confluência*. 35/36, 37-83.

Kemmler, R. (2012a). Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portuguesa, espelho da lingua latina* (1721, 1725). *Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*. 6, 75-101.

Kemmler, R. (2012b). *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1858-1958): contributos e limitações para a disciplina da Historiografia Linguística Portuguesa. In P. Petrov, P. Q. Sousa, R. L.-I. Samartim & E. J. T. Feijó (Eds.). *Avanços em Ciências da Linguagem*. Santiago de Compostela: Através Editora, 93-116.

Kemmler, R. (2012b). O gramático Manuel Álvares e o percurso editorial dos *De institutione grammatica libri tres* em Espanha. *Revista Portuguesa de Humanidades*. 16(1), 155-174.

Kemmler, R. (2013). Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*. 19, 145-176.

- Kemmler, R. (2014). O gramático Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1721, 1725). In *Textos Seleccionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 289-300.
- Kemmler, R. (2015). The First Edition of the ars minor of Manuel Álvares' *De institvtione grammatica libri tres* (Lisbon, 1573). *Historiographia Linguistica*. 42(1), 1-19.
- Kemmler, R. (2016). The Role of the Vernacular in the First Two Editions of Manuel Álvares' *ars minor* (Lisbon, 1573 and 1578). *Philologica Jassyensia*. 23, 57-67.
- Kemmler, R. (2020). The Emergence of Divergent Text Traditions of Manuel Álvares' *De Institvtione Grammatica Libri Tres* in 16th Century Europe. *Philologia Classica*. 15(1), 107-119.
- Kemmler, R.; Assunção, C. & Fernandes, G. (2010). A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786). *Diacrítica: Revista do Centro de Estudos Humanísticos, Série Ciências da Linguagem*. 24(1), 373-393.
- Kemmler, R.; Coelho, S. & Fontes, S. (2014). O “Prologo aos que lerem o *Novo Methodo da Grammatica Latina*” de António Pereira de Figueiredo (1725-1797) e a sua importância para a historiografia linguística portuguesa. *Revista Portuguesa de Humanidades*. 18(1), 41-56.
- Kemmler, R.; Fontes, S. & Coelho, S. (2016). Antonio Pereira de Figueiredo's «Prologo aos que lerem o *Novo Methodo da Grammatica Latina*” and his thoughts on Manuel Alvares' Latin grammar. *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*. 26(2), 207-228.
- Koerner, E. F. K. (2014). O problema da metalinguagem na historiografia linguística. In *Quatro décadas de historiografia linguística - Estudos Seleccionados* (pp. 75-90). Vila Real: UTAD.
- Kossarik, M. (1997). A Doutrina Linguística de Amaro de Roboredo. In *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, Linguística Histórica, História da Linguística. Lisboa: APL, 429-443.

- Kossarik, M. (2002). A obra de Amaro de Roboredo. In *Methodo Grammatical para Todas as Linguas. Edição Facsimilada* (pp. 7-63). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kretzmann, N. (1976). The Main Thesis of Locke's Semantic Theory. In H. Parrett (Ed.). *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlim: Walter de Gruyter, 331-347.
- Lakoff, R. (1976). La Grammaire générale et raisonnée, ou la grammaire de Port-Royal. In H. Parrett (Ed.). *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlim: Walter de Gruyter, 348-373.
- Law, V. (2003). *The history of linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leite, M. Q. (2011). A construção da norma linguística na gramática do século XVIII. *Alfa*. 55(2), 665-684.
- Lima, E. (1981). Os Oratorianos e a Polémica da Gramática Latina no Século XVIII. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 36, 57-72.
- Loureiro, M. (2012). A descrição das partes da oração na primeira gramática portuguesa para o ensino feminino. In *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, 340-359.
- Louro, E. (1929). *Gramáticos portugueses do século XVI: F. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D. N. de Leão*. Lisboa: Ressurgimento.
- Machado, D. B. (1741). *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronológica. Na qual se Comprehende a Noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Tomo I, Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Machado, D. B. (1747). *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronológica. Na qual se Comprehende a Noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Tomo II, Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.

- Machado, J. B. (2005). A imprensa e a tradução como factores de mudança na língua e na cultura portuguesas do século XV. *Estudios Portugueses*. 5, 151-160.
- Magalhães, P. A. I. (2009). A palavra e o Império: a propósito de uma *Arte da Grammatica* impressa na Bahia em 1811. *Anais de História de Além-Mar*. 10, 231-248.
- Maia, C. A. (2010). A consciência da dimensão imperial da língua na produção linguístico-gramatical portuguesa. In A. M. Brito (Org.). *Gramática: História, Teorias, Aplicações*. Porto: FLUP, 29-50.
- Martínez Gavilán, M. D. (1990). La concepción del modo verbal en la gramática española del siglo XVII. *Estudios Humanísticos. Filología*. 12, 197-213.
- Martínez Gavilán, M. D. (1994). Tradición e innovación en la teoría gramatical española del siglo XVII. In R. E. Zamora; E. H. Sánchez; J. M. H. Terres & M. I. L. Martínez (Eds.). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística. Volumen 3: Nebrija y otros temas de historiografía lingüística* (pp.421-436). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Murcia.
- Martínez Gavilán, M. D. (2007). Racionalismo y tradición escolar en el *Arte* de Nebrija reformado por el P. Juan Luis de la Cerda. *Península, Revista de Estudos Ibéricos*. 4, 327-346.
- Melo, L. (2020a). A Gramática Filosófica de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783). *Confluência*. 59, 166-176.
- Melo, L. (2020b). As ideias linguísticas e pedagógicas da primeira gramática feminina em Portugal (Francisca de Chantal Álvares, 1786). *Filologia e Linguística Portuguesa*. 22(1), 123-136.
- Morais, C. (Coord.) (2009). *Fernando de Oliveira: um humanista genial (V Centenário do seu nascimento)*. Aveiro: Universidade de Aveiro - Centro de Línguas e Culturas.
- Moura, T. (2012). *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Vila Real: UTAD.
- Moura, T; Assunção, C. (2012). Influência da GRAE (1771) em Pedro José da Fonseca (1799). *Romanistik in Geschichte und Gegenwart*. 18(1), 97-113.

- Moura, T; Assunção, C. (2013). Classificação do nome na tradição gramatical portuguesa na segunda metade do século XVIII. *Todas as Letras V. 15*(2), 92-107.
- Niederehe, H. (2004). La Gramática de la lengua castellana (1492) de Antonio de Nebrija. *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística. 4*, 41-52.
- Padley, G. A. (1976). *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: The Latin Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Padley, G. A. (1985). *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: Trends in Vernacular Grammar I*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paiva, M. H. (1986). Vernacularidade vs. relatinização: O testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas. In *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 375-397.
- Percival, W. K. (1976). Deep and Surface Structure Concepts in Renaissance and Mediaeval Syntactic Theory. In H. Parrett (Ed.). *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlim: Walter de Gruyter, 238-253.
- Pérez Rodríguez, E. (1996). Algunas reflexiones sobre la receptio de las figuras en el Renacimiento. In E. Sánchez Salor, L. Merino Jerez & S. López Moreda (Eds.). *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*. Cáceres: Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 393-400.
- Ponce de León, R. (1996). La pedagogía del latín en Portugal durante la primera mitad del siglo XVII: cuatro gramáticos lusitanos. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos. 10*, 217-228.
- Ponce de León, R. (2000). Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos. 19*, 233-257.
- Ponce de León, R. (2001). El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII. *Línguas e Literaturas. 18*, 317-338.

Ponce de León, R. (2002a). Estudio preliminar. In *Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres* (pp. XV-CCIV). Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Ponce de León, R. (2002b). O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII. *Línguas e Literaturas*. 19, 491-520.

Ponce de León, R. (2003). La difusión de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII). *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. 0, 119-145.

Ponce de León, R. (2004a). “In grammaticos”: en torno a las ideas lingüísticas de Francisco Martins (†1596). *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. 1, 215-234.

Ponce de León, R. (2004b). Infinitus lusitanus: considerações sobre o infinitivo flexionado nas gramáticas portuguesas renascentistas. In A. M. Brito; O. Figueiredo & C. Barros, C. (Orgs.). *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa, Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: FLUP, 315-327.

Ponce de León, R. (2005a). Fuentes españolas en la primera polémica gramatical portuguesa del siglo XVIII (1721-1736). *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. 2, 365-375.

Ponce de León, R. (2005b). Os verbos em confronto: considerações sobre a tipologia verbal nas Artes gramaticais portuguesas setecentistas (1699-1758). In M. Gonçalves, A. S. Silva, J. Coutinho, J. C. Martins & M. J. Ferreira (Coords.). *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*. Volume I. Braga: ALETHEIA, 449-464.

Ponce de León, R. (2005c). Para uma gramaticografia antijesuítica: o Exame da syntaxe e reflexoens sobre as suas regras (Lisboa, 1729) de Manuel Coelho de Sousa. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela* (pp. 811-822). Porto: FLUP.

Ponce de León, R. (2006a). De pasiones gramaticales: en torno a las *Obieções contra esta Grammatica, & repostas a ellas* de Amaro de Roboredo. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*. 3, 61-99.

Ponce de León, R. (2006b). Notas sobre la presencia de la gramática y de los gramáticos españoles en la gramaticografía portuguesa (siglos XVI-XVIII). *Romanistik in Geschichte und Gegenwart*. Hamburg: Helmut Buske, 12(2), 147-165.

Ponce de León, R. (2006c). O tratamento do infinitivo flexionado na gramaticografia portuguesa setecentista: descrição e uso. In A. Endruschat, R. Kemmler & B. Schäfer-Priess (Orgs.). *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus, 167-198.

Ponce de León, R. (2006d). Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon, 1672) de Bento Pereira (S. I.). *Forma y Función*, 19, 11-30.

Ponce de León, R. (2007). El «Álvarez» trasladado: el romance en las ediciones quinientistas portuguesas, castellanas e catalanas de los «De institutione grammatica libri tres» (Lisboa 1572) de Manuel Álvares. In M. Fernández Pérez (Ed.), *Actas de VI Congreso de Linguística General (Santiago de Compostela, 3-7 de mayo de 2004)*. Madrid: Arco Libros, 2975-2985.

Ponce de León, R. (2008). Fuentes españolas en la primera gramática latina de Amaro de Roboredo. In M. A. Maquieira Rodríguez & M. D. Martínez Gavilán (Eds.). *Gramma-Temas 3: España y Portugal en la tradición gramatical* (pp. 239-265). León: Universidad de León, Centro de Estudios Metodológicos e Interdisciplinarios. Igual a 2006.

Ponce de León, R. (2009a). Gramaticografia e lexicografia em Portugal durante o século XVI: do Latim ao Português. *Limite*. 3, 45-65

Ponce de León, R. (2009b). Oliveira perante Nebrija: Uma visão da *Grammatica da lingoagem portuguesa* à luz da *Grammatica castellana*. In C. Morais (Coord.). *Fernando de Oliveira: um humanista genial (V Centenário do seu nascimento)*. Aveiro: Universidade de Aveiro - Centro de Línguas e Culturas, 131-153.

Ponce de León, R. (2012). Notas sobre a *Explicação das oito partes da oração da língua portuguesa* (1721), de Manuel Coelho de Sousa. In R. Schöntag, B. Schäfer-Priess & R.

Kemmler (Eds.). *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte I* (pp. 125-139). Tübingen: Calepinus Verlag.

Ponce de León, R. (2015). A gramática racionalista em Portugal no século XVI (1497-1610). In S. Duarte & R. Ponce de León (Eds.). *A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Porto: FLUP/CLUP, 9-40.

Ponce de León, R. (2016). Contra las interferencias castellanas: en torno a la doble serie de formas del modo subjuntivo en la gramaticografía de la lengua portuguesa (siglos XVII y XVIII). In A.-M. Fryba; R. Antonelli & B. Colombat (Eds.). *Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 15: Histoire de la linguistique et de la philologie*. Nancy: ATILF, 135-145.

Ponce de León, R. (2018). Notas sobre a tradução para português dos tempos verbais do passado em gramáticas latino-portuguesas (1535-1615). *Confluência*. 55(2), 230-245.

Ponce de León, R. (2018). La théorie syntaxique dans la grammaticographie latino-portugaise de la deuxième moitié du XVIIIe siècle. *Dossiers d'HEL, SHESL, 2018, Aspects historiques des grammaires portugaises et brésiliennes*. 12, 26-43.

Ponce de León, R. (2019a). Considerações sobre a teoria linguística nas gramáticas latinas de António Pereira de Figueiredo (1752-1753) e Luís António Verney (1758). In S. Duarte & R. Ponce de León (Orgs.). *Estudos de historiografia linguística portuguesa* (pp. 63-79). Porto: FLUP/CLUP.

Ponce de León, R. (2019b). Los verbos impersonales en la gramaticografía portuguesa de los siglos XVI y XVII (a la luz de la gramaticografía latino-ibérica). *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*. 29(1), 71-96.

Ponce de León, R. (2019c). Os verbos impessoais na gramaticografia portuguesa setecentista: descrição e abordagens teóricas subjacentes. *Linha D'Água*. 32(1), 107-128.

Ponce de León, R., Assunção, C. & Fernandes, G. (2008). A *Arte de Grammatica* de Pedro Sánchez. In P. Sánchez, *Arte de Grammatica, Pera Em Breve Saber Latim*. Edição

Facsimilada, com prefácio de Amadeu Torres e estudo introdutório de Rogelio Ponce de León, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes (pp. XI-XLIII). Vila Real: UTAD.

Reale, G.; Antiseri, D. (1990). *História da Filosofia. Do Humanismo a Kant*. Volume 2. 2ª edição. São Paulo: Paulus.

Salus, P. H. (1976). Universal Grammar 1000-1850. In H. Parrett (Ed.). *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlim: Walter de Gruyter, 85-101.

Sánchez Salor, E. (1996). La gramática racional del siglo XVI. ¿Continuidad o ruptura? In E. Sánchez Salor, L. Merino Jerez & S. López Moreda (Eds.). *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*. Cáceres: Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones, 25-48.

Santos, Z. C. (2002). *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Porto: FLUP.

Schäfer-Priess, B. (2001). A introdução da *Grammaire Générale* francesa em Portugal. In W. Thielemann (Ed.). *Século XVIII: Século das luzes – Século de Pombal* (pp. 129-142). Frankfurt am Main: TFM.

Schäfer-Priess, B. (2005). Gramaticografia em contacto: as gramáticas portuguesas de Pedro José da Fonseca e Jerónimo Soares Barbosa e a Gramática de la lengua castellana da Real Academia Española de 1771. *Estudios Portugueses*. 5, 129-136.

Schäfer-Priess, B. (2015). A gramática racionalista em Portugal no século XVII: a obra de Amaro de Roboredo. In S. Duarte & R. Ponce de León (Orgs.). *A Gramática Racionalista na Península Ibérica* (pp. 41-53). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.

Schäfer-Priess, B. (2019). *A gramaticografia portuguesa até 1822. Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Vila Real: UTAD.

Silva, I. F. (1858). *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva Aapplicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, I. F. (1859). *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva Aapplicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Terceiro. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Silva, I. F. (1862). *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva Aapplicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Sexto. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. F. (1867). *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva Aapplicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Oitavo. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Swiggers, P. (2004). Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In C. C. Zumbado; J. D. Luis; S. C. Díaz; A. N. T. Conzález; F. M. P. Picón; L. I. Guzmán; M. A. M. Díaz; J. M. López & B. H. Díaz (Eds.). *Nuevas aportaciones a la historiografia lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL La Laguna (Tenerife), 22 a 25 de octubre de 2003*. Madrid: Arco Libros, 113-146.
- Swiggers, P. (2009). La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista argentina de historiografia lingüística*. 1(1), 67-76.
- Swiggers, P. (2013). A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*. 44-45, 39-59.
- Torres, A. (1996). Introdução. In A. Torres (Ed.). *Gramática filosófica da língua portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Reprodução Fac-similada da edição de 1783* (pp.1-43). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Torres, A. (1998). *Gramática e Linguística. Ensaios e Outros Estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia - Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Linguísticos.
- Torres, A. (2003). O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa. In A. M. Brito; O. Figueiredo & C. Barros, C. (Orgs.). *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa, Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: FLUP, 89-105.
- Verdelho, T. (1995). *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Verdelho, T. (2001). Um remoto convívio interlinguístico: tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesas. In M. H. M. Mateus (Coord.), *Caminhos do*

português. Exposição comemorativa do ano europeu das línguas. Lisboa: Biblioteca Nacional, 75-94.

Verdelho, T. (2012). Historiografia linguística do latim ao português: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal. In R. Schöntag, B. Schäfer-Priess & R. Kemmler (Eds.). *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte I* (pp. 213-255). Tübingen: Calepinus Verlag.

Vilela, M. (1981). A norma 'purista' no século XVIII (com base num exemplo). *Revista de História*. IV, 49-61.